

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE



RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS EXERCÍCIO DE 2015





Presidente:

Marcos Costa Holanda

Diretores:

Francisco das Chagas Soares
Isaias Matos Dantas
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Romildo Carneiro Rolim
Wanger Antonio de Alencar Rocha

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: Francisco José Araújo Bezerra

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Marcos Falcão Gonçalves

Revisão Vernacular:

Hermano José Pinho



Equipe Técnica:

Marcos Falcão Gonçalves – Coordenador

Elizabeth Castelo Branco
Iracly Soares Ribeiro Maciel
Jane Mary Gondim de Souza
Luiz Fernando Gonçalves Viana
Jamile Ulisses Pereira - Bolsista

Colaboradores:

Allisson David de Oliveira Martins
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Cláudio Pereira Bentemuller
Jacqueline Nogueira Cambota
João Bosco Ximenes Carmo
Leonardo Dias Lima
Luísa Maria Tessman
Maria Neidevanya Feitosa Melo
Paulo Dídimio Camurça Vieira
Rômulo Cesar Salgado
Zidiê Batista de Medeiros

SUMÁRIO

PREFÁCIO	1
1 – INTRODUÇÃO	2
2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE	3
3 – A EXECUÇÃO DO FNE	11
3.1 – Contratações setoriais	15
3.1.1 – Setor Rural	17
3.1.2 – Setor Agroindustrial	35
3.1.3 – Setor Industrial	37
3.1.4 – Setor Turismo	40
3.1.5 – Setor Comércio e Serviços	41
3.1.6 – Setor Infraestrutura	43
3.2 – Valores programados e valores realizados	44
3.3 – Impactos redistributivos das aplicações do FNE	49
3.3.1 – Contratações por estado	49
3.3.2 – Contratações no semiárido e fora do semiárido	53
3.3.3 – Contratações por porte de beneficiário	57
3.3.4 – Municípios atendidos pelo FNE	61
3.4 – Repasses do FNE a outras instituições	64
3.5 – Prioridades definidas pelo Condrel/Sudene para a aplicação do FNE	70
3.5.1 – Prioridades espaciais	71
3.5.2 – Prioridades setoriais	74
3.6 – O FNE no Contexto da PNDR	82
4 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL	100
4.1 – Inadimplemento das operações	100
4.2 – Recuperação de crédito	102
4.3 – Operações renegociadas com base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27/09/1989	104
4.4 – Operações liquidadas/renegociadas com base nas medidas legais de regularização de dívidas (resoluções CMN nº 4.298, 4.299, 4.314, 4.315, 4.365 e Art. 8º e 9º da Lei 12.844/2013)	105
5 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS	106
5.1 – Síntese das visitas de acompanhamento realizadas em 2015	106
5.2 – Principais ocorrências	107
6 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE	108
6.1 – Síntese dos indicadores utilizados na avaliação de resultados e impactos do FNE – Exercício 2015	108
6.1.1 – Indicadores de eficácia	108
6.1.2 – Indicadores de efetividade	112
6.1.3 – Indicadores de eficiência operacional	113

6.2 - Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das contratações realizadas pelo FNE no ano de 2015.....	113
6.2.1 - Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto	113
6.2.2 - Impactos socioeconômicos do FNE na área de atuação do Banco do Nordeste – Contratações no ano de 2015	117
7 - TÓPICOS ESPECÍFICOS CONSTANTES DO OFÍCIO Nº 142/SFRI DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.....	128
REFERÊNCIAS.....	136
ANEXOS	142

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do PIB per Capita das regiões em relação ao PIB per Capita do Brasil, 1989 a 2013.	6
Gráfico 2 - PIB: Evolução das taxas de crescimento trimestral e acumulado em quatro trimestres (em %) – 2008.1 a 2015.3.....	7
Gráfico 3 - PIB: Evolução das taxas de crescimento – Por setores da economia – acumulado em quatro trimestres (em %) – 2014.1 a 2015.4	8
Gráfico 4 – PIB: Ótica da demanda - Evolução do consumo das famílias, gastos do governo e investimentos – Acumulado em quatro trimestres (em %) – 2014.1 a 2015.4.....	9
Gráfico 5 – Índices de confiança da indústria, comércio, serviços e consumidor – Julho/2014 a Dezembro/2015.	10
Gráfico 6- Evolução das taxas de crescimento do PIB trimestral, Brasil, Bahia, Pernambuco e Ceará - 2014.III a 2015.III.	11
Gráfico 7 – FNE – Ingressos mensais (R\$ mil) de recursos – 2014 e 2015.....	14
Gráfico 8- Contratação Pronaf - Distribuição por setor	25
Gráfico 9 - Setor Pecuário – Distribuição por atividade	26
Gráfico 10 - Agroamigo – Unidades de atendimento – 2015.....	27
Gráfico 11- Agroamigo – Quantidade de operações contratadas por ano.....	28
Gráfico 12 - Agroamigo – Valores contratados por ano (R\$ Mil)	28
Gráfico 13- Agroamigo – Número de clientes ativos por ano.....	29
Gráfico 14- Agroamigo – Carteira ativa por ano (R\$ Mil).....	29
Gráfico 15– Agroamigo – Distribuição por setor – 2015	30
Gráfico 16– Agroamigo – Distribuição por atividade – Pecuária – 2015	30
Gráfico 17- Agroamigo Crescer– Distribuição por faixa de valor financiado– 2015	31
Gráfico 18 – Agroamigo Mais – Distribuição por faixa de valor financiado –2015	31
Gráfico 19- Agroamigo Crescer – Distribuição por prazo médio	32
Gráfico 20- Agroamigo Mais – Distribuição por prazo médio – 2015	32
Gráfico 21– Situação dos Empreendimentos Vistoriados pelo BNB, no âmbito do FNE, em 2015, exceto Agroamigo.	107

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – FNE – Valor contratado - 2015	63
Figura 2– Tipologia de renda dos municípios na área de atuação do FNE	84
Figura 3 – Mesorregiões na Área de Atuação do FNE.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de eventos realizados no âmbito de FNE Itinerante – 2010-2015	55
Quadro 2 – Indicadores de eficácia – FNE 2015	109
Quadro 3 – Indicadores de eficácia – Contratação por estado – FNE 2015	111
Quadro 4 – Indicadores de efetividade – FNE 2015	112
Quadro 5 – Indicadores de eficiência operacional – FNE 2015	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do PIB regional e participação % no PIB do Brasil, 1989-2013 – em R\$ Milhões.....	4
Tabela 2 - Evolução do PIB per Capita (R\$) e variação (%), Brasil, Regiões e unidades da federação do Nordeste – 1989 e 2013.....	5
Tabela 3 – FNE – Desempenho operacional e propostas em carteira – 2015	12
Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do patrimônio líquido – Posição em 31.12.2015	13
Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – 2015	14
Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das variações das disponibilidades –2015	15
Tabela 7– FNE – Participação setorial nas contratações ⁽¹⁾ – Período: 1998 a 2015	16
Tabela 8– FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Exercício de 2015	17
Tabela 9– FNE – Setor Rural contratações ⁽¹⁾ estaduais – Exercício de 2015.....	19
Tabela 10 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Pronaf ⁽²⁾ – 2015	25
Tabela 11– FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Exercício de 2015.	36
Tabela 12 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações ⁽¹⁾ estaduais – Exercício de 2015	37
Tabela 13– FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Industrial – Exercício de 2015.....	38
Tabela 14 - FNE - Setor Industrial - Contratações ⁽¹⁾ estaduais - Exercício de 2015	39
Tabela 15 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Turismo – Exercício de 2015.....	40
Tabela 16– FNE – Setor Turismo – Contratações ⁽¹⁾ estaduais – Exercício de 2015	41
Tabela 17–FNE–Contratações ⁽¹⁾ por atividade no Setor Com. Serviços–Exercício de 2015.....	42
Tabela 18– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comércio e Serviços – Exercício de 2015	43
Tabela 19– FNE -Contratações ⁽¹⁾ por atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2015	44
Tabela 20– FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2015	44
Tabela 21– FNE – Valores programados e realizados por estado – Exercício de 2015	45
Tabela 22 – FNE – Valores programados e realizados por Setor – Exercício de 2015	46
Tabela 23 – Percentual de contratações ⁽¹⁾ no semiárido em relação à meta programada – Exercício de 2015	47

Tabela 24 – FNE – Projetos contratados ⁽¹⁾ nas mesorregiões PNDR – Exercício de 2015	48
Tabela 25 – FNE – Valores programados e realizados por tipo de município – Exercício de 2014	49
Tabela 26 – FNE – Contratações e demanda de recursos por estado – Exercício de 2015	49
Tabela 27– FNE – Contratações ⁽¹⁾ acumuladas por estado – Período: 1989 a 2015	51
Tabela 28 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em relação ao número de beneficiários – Exercício de 2015	51
Tabela 29 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em relação à população residente – Exercício de 2015.....	52
Tabela 30 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em relação ao PIB dos estados – Exercício de 2015	53
Tabela 31 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2015.....	54
Tabela 32 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ acumuladas por porte de beneficiários – Período: 1989 a 2015	58
Tabela 33 – FNE – Beneficiários por porte e setor – Exercício de 2015	59
Tabela 34– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por porte dos beneficiários e setor – Exercício de 2015.....	60
Tabela 35 – FNE – Distribuição territorial dos recursos – Exercício de 2015.....	61
Tabela 36– FNE – Distribuição territorial e setorial dos recursos – Exercício de 2015	62
Tabela 37– FNE – Contratações por tipo de município ⁽¹⁾ – Exercício de 2015 ...	64
Tabela 38 – FNE – Bancos repassadores – Contratações ⁽¹⁾ – Exercício de 2015 .	65
Tabela 39 – FNE – Bancos repassadores – Desempenho operacional – Contratações ⁽¹⁾ exercício de 2015	65
Tabela 40– FNE – Bancos repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por atividade no Setor Rural – Exercício de 2015	66
Tabela 41– FNE – Bancos repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por atividade nos Setor de Comércio e Serviços – Exercício de 2015	66
Tabela 42– FNE – Bancos repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2015.....	67
Tabela 43– FNE – Bancos repassadores – Beneficiários por porte e setor – Exercício de 2015	67
Tabela 44– FNE – Bancos repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por porte e setor do beneficiário – Exercício de 2015	68
Tabela 45– FNE – Bancos repassadores – Saldos devedores e inadimplência – Exercício de 2015	69
Tabela 46– FNE – Bancos repassadores – Distribuição territorial e setorial dos recursos – Exercício de 2015.....	70
Tabela 47– FNE – Bancos repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por município – Exercício de 2015	70
Tabela 48 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Exercício de 2015	71
Tabela 49 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ com mini, micro e pequenos produtores rurais ⁽²⁾ /empresas – Exercício de 2015	73
Tabela 50 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ com empreendedores individuais – Exercício de 2015.....	74

Tabela 51– FNE – Projetos contratados ⁽¹⁾ na indústria automotiva – Exercício de 2015	74
Tabela 52– FNE – Projetos contratados ⁽¹⁾ na indústria química, petroquímica e biocombustíveis – Exercício de 2015	75
Tabela 53 – FNE – Projetos contratados ⁽¹⁾ nas indústrias siderúrgica e metal-mecânica – Exercício de 2015	76
Tabela 54– FNE – Projetos contratados ⁽¹⁾ no Setor da Indústria Extrativa de Minerais – Exercício de 2015	77
Tabela 55 – FNE – Projetos contratados ⁽¹⁾ na indústria de beneficiamento e transformação de minerais não metálicos – Exercício de 2015.....	77
Tabela 56 – FNE – Projetos contratados ⁽¹⁾ nas indústrias de produtos alimentares e de bebidas – Exercício de 2015	78
Tabela 57 – FNE – Projetos contratados ⁽¹⁾ nas Indústrias de calçados, mobiliários e vestuário e acessórios – Exercício de 2015.....	79
Tabela 58 – FNE – Projetos contratados ⁽¹⁾ na indústria de embalagens – Exercício de 2015.....	80
Tabela 59 – FNE – Projetos contratados ⁽¹⁾ nos setores exportadores – Exercício de 2015	81
Tabela 60 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Segmento de Fármacos, Eletroeletrônica, Biocombustíveis, Informática e Comunicação – Exercício de 2015..	81
Tabela 61– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por tipo de município e porte (áreas prioritárias) – Exercício de 2015	85
Tabela 62– FNE – Contratações ⁽¹⁾ por tipo de município e setor (áreas prioritárias) – Exercício de 2015	87
Tabela 63 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por tipo de município e estado (áreas prioritárias) – Exercício de 2015	88
Tabela 64 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por tipo de município e região (áreas prioritárias) – Exercício de 2015	90
Tabela 65 – FNE – Projetos contratados ⁽¹⁾ nas mesorregiões – Exercício de 2015	91
Tabela 66 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em mesorregiões por porte – Exercício de 2015	93
Tabela 67– FNE – Contratações ⁽¹⁾ em mesorregiões por estado – Exercício de 2015	94
Tabela 68– FNE – Contratações ⁽¹⁾ em mesorregiões – Região Semiárida e outras regiões – Exercício de 2015.....	95
Tabela 69 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em mesorregiões por setor – Exercício de 2015	97
Tabela 70– FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por município – Exercício de 2015	98
Tabela 71 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por setor – Exercício de 2015	99
Tabela 72 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon – Por município – Exercício 2015.....	99
Tabela 73 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon – Por setor – Exercício 2015	100
Tabela 74– FNE – Saldos de aplicações e atraso por porte dos beneficiários ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2015.....	100
Tabela 75 – FNE – Saldos de aplicações e atraso por setor ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2015	101

Tabela 76 – FNE – Saldos de aplicações e atraso por data de contratação ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2015.....	102
Tabela 77 – FNE – Recuperação de dívidas ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2015	102
Tabela 78 – FNE – Liquidações pelo equivalente financeiro em 2015 – Resolução 55/2012 do CONDEL – Posição 31/12/2015	104
Tabela 79 – FNE – Regularizações de operações realizadas em 2015 com base nas resoluções CMN nº 4.298, 4.299, 4.314, 4.315, 4.365 e Art. 8º e 9º da Lei 12.844/2013 – Posição 31/12/2015	105
Tabela 80 – Repercussões econômicas das contratações do FNE – 2015 ¹ - R\$ Milhões e empregos em número de pessoas.....	119
Tabela 81 - Repercussões econômicas das contratações do FNE por porte da empresa (micro, mini, pequena e média) – 2015 ¹ – R\$ milhões e empregos em número de pessoas.....	121
Tabela 82 - Resultado dos impactos do FNE sobre o crescimento médio anual do PIB per capita no nível municipal (modelo espacial, efeitos diretos e indiretos).....	126
Tabela 83 - Recursos previstos para aplicações - 2015.....	129
Tabela 84 – Valores da reprogramação de recursos	130
Tabela 85 - Orçamento por UF e setor ^{(*) (**)}	131
Tabela 86 - Ticket médio das contratações por estado e setor - Exercícios 2014 e 2015	133

PREFÁCIO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao ano de 2015.

Além de informações sobre a execução do Fundo, este Relatório traz os resultados e impactos do FNE, objeto das avaliações concluídas no mesmo período. Estas avaliações foram realizadas em conformidade com a Metodologia de Avaliação do FNE, desenvolvida pelo BNB.

O BNB contratou, desde o início da operacionalização do FNE, em 1989, até dezembro de 2015, o montante de R\$ 180,4 bilhões¹. Tais financiamentos foram direcionados a empreendimentos predominantemente de mini, pequeno e médio portes dos setores rural, industrial e agroindustrial, comércio e serviços, turismo e de infraestrutura, localizados nos onze estados da área de atuação do FNE.

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem as operações no âmbito do FNE, ressalta-se a importância da elaboração deste Relatório. Ele permite dar transparência à execução das ações, monitorar e avaliar sistematicamente o desempenho operacional e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica da região Nordeste.

Assim, espera-se que este Relatório seja um instrumento que contribua para o aperfeiçoamento do processo de financiamento produtivo, no âmbito do FNE, com foco na geração de emprego e renda.

Francisco José Araújo Bezerra
Superintendente do ETENE

¹ Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2015.

1 – INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado através do artigo 159 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado por força da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste.

O presente Relatório apresenta os principais resultados e impactos do FNE no ano de 2015, tendo por base as contratações realizadas nesse período.

As operações contratadas com recursos do FNE, no período considerado, alcançaram o montante de R\$ 11,5 bilhões, distribuídos em 506.117 operações de crédito.

Em termos de demanda por recursos, no final do ano de 2015, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R\$ 1,4 bilhão.

Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas ao meio rural absorveram R\$ 5,5 bilhões ou 47,9% do total contratado pelo FNE no ano de 2015, enquanto o Setor Comércio e Serviços contratou R\$ 3,4 bilhões (29,3%). Ao Setor Industrial foram direcionados R\$ 1,5 bilhão (12,9%) e ao Setor de Turismo, R\$ 525,9 milhões (4,6%). O Setor de Infraestrutura contratou R\$ 488,6 milhões (4,3%) e o Setor Agroindustrial R\$ 125,4 milhões (1,1%).

No que se refere à distribuição por região climática, as contratações no Semiárido totalizaram, aproximadamente, R\$ 4,1 bilhões, contemplando aproximadamente, 967,4 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste. Tal volume de recursos representa 63,7% dos valores repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no período.

Os mini, os micros, os pequenos e os pequeno-médios empreendedores contrataram recursos da ordem de R\$ 6,8 bilhões, ou 59,1% do volume total. Cerca de 1,46 milhão de beneficiários do FNE, no período, pertenciam a essas categorias.

À agricultura familiar, por meio do Pronaf, foram destinados recursos do Fundo no total de R\$ 2,3 bilhões. Os financiamentos do FNE beneficiaram 1,40 milhão de pessoas, aproximadamente, pertencentes a esse Programa.

O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação e em todos os municípios que compõem esta área.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, acredita-se que as contratações realizadas no exercício de 2015 pelo FNE

possam gerar para a Região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 23,7 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 14,3 bilhões; geração e/ou manutenção de aproximadamente 840 mil ocupações (considerando-se empregos diretos, indiretos e induzidos); pagamento de salários por volta de R\$ 4,2 bilhões e geração de impostos estimada em R\$ 1,8 bilhão. Ressalte-se que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

O presente Relatório está dividido em seis capítulos. Esta **Introdução** faz uma síntese dos principais resultados das aplicações do FNE no período analisado.

O segundo capítulo, **Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste**, apresenta um panorama da economia nordestina, que serve de subsídio para a compreensão da dinâmica do Fundo.

A **Execução do FNE** discrimina a aplicação do Fundo, analisando em consonância com os cortes por setor, estado, região climática (dentro e fora do semiárido), porte dos empreendimentos, mesorregiões e tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), além das prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional.

A **Gestão do Ativo Operacional** analisa o comportamento da adimplência do FNE no período e o processo de gerenciamento de crédito, enquanto o **Resultado dos Acompanhamentos e Fiscalizações dos Empreendimentos Financiados** faz uma síntese das visitas ao longo do ano de 2014, as principais ações e ocorrências.

Finalizando, o sexto capítulo, **Avaliação dos Resultados e Impactos do FNE** apresenta uma síntese dos indicadores utilizados, bem como faz uma análise das externalidades provocadas nas economias regional e brasileira, utilizando-se da Matriz de Insumo-Produto Regional. O capítulo apresenta, ainda, síntese de uma avaliação de impacto do FNE realizada por técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Universidade Rural de Pernambuco (URPE) e da Universidade Regional do Cariri (URCA).

2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

A Constituição de 1988 incorporou diversos dispositivos a respeito da redução das disparidades de renda regional, incluindo, a criação dos fundos constitucionais – FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e FCO

(Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) para fomentar a atividade econômica em regiões menos desenvolvidas.

Esses fundos representam os principais instrumentos de promoção e financiamento de atividades intrínsecas à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) instituída por meio do Decreto nº 6.047, de 2007. Desde 2013, essa política tem sido objeto de discussões em nível nacional e estadual, o que resultou em uma proposta de projeto de Lei para a criação de uma Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, cujo principal avanço reside na criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) destinado ao financiamento dos governos estaduais e das prefeituras. Tal fundo permitirá que diversos municípios pequenos se consorciem para captar recursos, possibilitando uma melhor distribuição de atividades produtivas e de infraestrutura dentro do território nacional, uma vez que os fundos existentes na política atual atendem apenas a empresas privadas.

Os resultados desses esforços podem ser observados na redução da desconcentração espacial do PIB do Brasil dentro do território nacional entre 1989 e 2013. Nesse período, diminuiu a participação da região Sudeste na atividade econômica do País em favor das demais regiões (Tabela 1). A despeito de a região Sudeste permanecer concentrando a maior parte da produção do País, sua participação no PIB nacional foi reduzida de 62,5%, em 1989, para 55,3%, em 2013. Por outro lado, a participação da região Nordeste passou de 11,0%, em 1989, para 13,6%, em 2013. Essa mudança na participação relativa entre as regiões sinaliza um processo de redução das desigualdades inter-regionais no que se refere à distribuição da produção.

Tabela 1 – Evolução do PIB regional e participação % no PIB do Brasil, 1989-2013 – em R\$ Milhões

Brasil e Regiões	1989	Participação (%)	2013	Participação (%)
Região Centro-Oeste	152.457,10	7,3	430.055,69	9,1
Região Norte	81.268,11	3,9	259.429,32	5,5
Região Nordeste	228.072,74	11,0	641.433,14	13,6
Região Sul	317.116,93	15,3	779.285,42	16,5
Região Sudeste	1.297.689,71	62,5	2.607.710,95	55,3
Brasil	2.076.604,59	100,0	4.717.913,63	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Contas Regionais do Brasil (IBGE).

Obs.: Valores constantes a preços de 2010 (com base no deflator implícito do PIB).

Para a análise da evolução do desenvolvimento regional, os dados do PIB *per capita* representam um bom indicador-síntese do nível de desenvolvimento relativo de uma localidade geográfica (país, região, estado ou município), uma vez que essa medida mostra o quanto da produção está sendo apropriada pela população residente de uma localidade. Nesse sentido, esse indicador mostra que houve melhora relativa no bem-estar da população nesse período. Na Tabela 2, observa-se que todas as regiões brasileiras tiveram crescimento real do PIB *per capita* entre 1989 e 2013, tendo a região Nordeste registrado o maior

crescimento relativo (111,96%). Destaca-se, ainda, o crescimento de alguns estados em relação à média do Nordeste: Rio Grande do Norte (162,93%), Ceará (137,66%), Pernambuco (116,26%) e Bahia (114,79%).

Tabela 2 - Evolução do PIB per Capita (R\$) e variação (%), Brasil, Regiões e unidades da federação do Nordeste – 1989 e 2013.

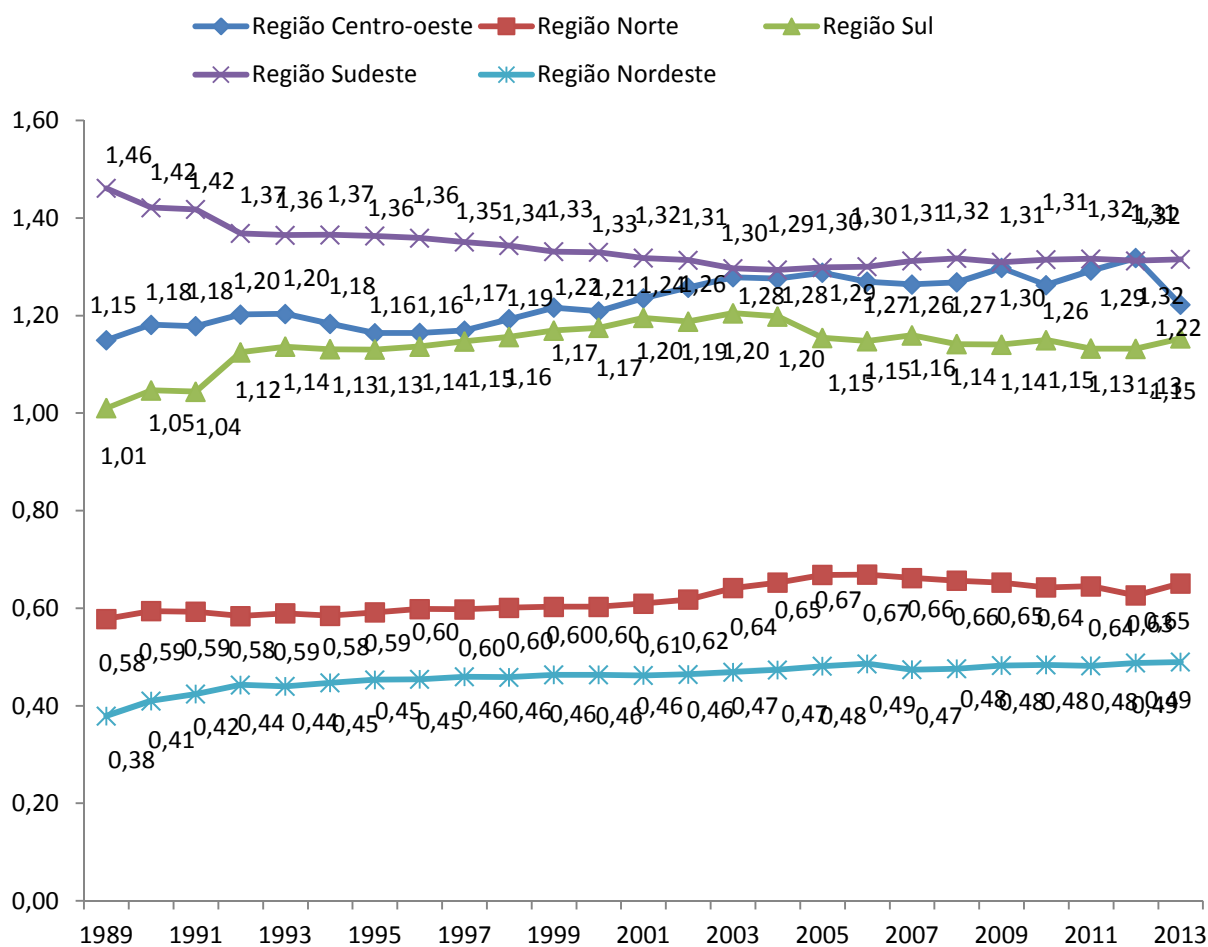
Região	1989	2013	Variação %
Brasil	14.301,00	23.468,39	64,10
Região Centro-Oeste	16.437,27	28.683,37	74,50
Região Norte	8.265,59	15.275,38	84,81
Região Sul	14.447,80	27.062,49	87,31
Região Sudeste	20.896,73	30.873,06	47,74
Região Nordeste	5.423,79	11.496,31	111,96
Alagoas	5.771,64	10.007,04	73,38
Bahia	5.609,76	12.049,12	114,79
Ceará	4.627,59	10.998,11	137,66
Maranhão	4.702,63	8.828,44	87,73
Paraíba	5.037,41	10.502,17	108,48
Pernambuco	6.271,02	13.561,76	116,26
Piauí	4.178,16	8.706,49	108,38
Rio Grande do Norte	5.146,29	13.531,22	162,93
Sergipe	8.532,04	14.223,77	66,71

Fonte: Elaboração própria a partir das Contas Regionais do Brasil (IBGE).

Obs.: Valores constantes a preços de 2010 (com base no deflator implícito do PIB).

A melhora relativa na desigualdade de renda regional entre 1989 e 2013 pode ser percebida pelo crescimento da relação entre os PIBs per capita da região Nordeste e aquele encontrado como média nacional, em que essa relação passa de 0,38, em 1989, para 0,49, em 2013. A despeito da melhora nesse indicador, a região Nordeste permanece como a mais desfavorecida em termos de apropriação de bem-estar econômico (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução do PIB per Capita das regiões em relação ao PIB per Capita do Brasil, 1989 a 2013.

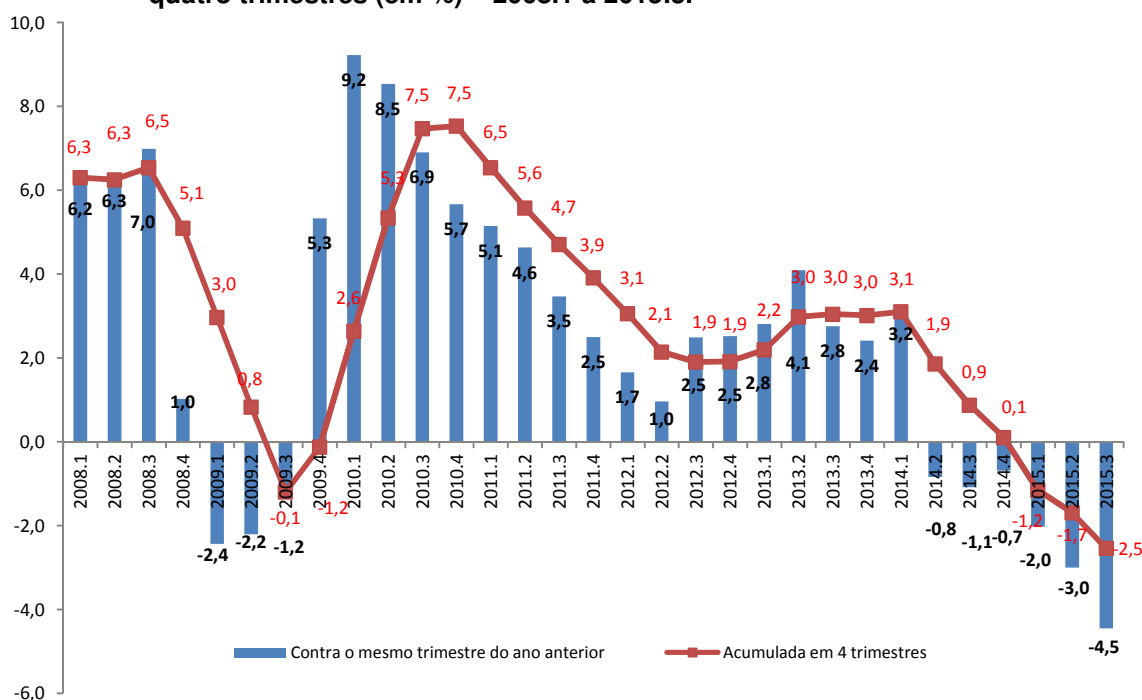


Fonte: Elaboração própria a partir das Contas Regionais do Brasil (IBGE).

Outro ponto que deve ser considerado são os rebatimentos sobre a economia do Nordeste e as desigualdades regionais do quadro recessivo, que vem caracterizando a economia brasileira desde o segundo trimestre de 2014.

A análise da trajetória das taxas de variação de um período recente (2008.1 a 2015.3) mostra que a sexta queda consecutiva do PIB na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, superou o recorde anterior, quando a queda no PIB atingiu os três primeiros trimestres de 2009, no auge da crise financeira internacional. Na comparação da variação acumulada em quatro trimestres, também se observa perda de dinamismo da economia brasileira, que, em 2015, registrou três quedas seguidas (Gráfico 2).

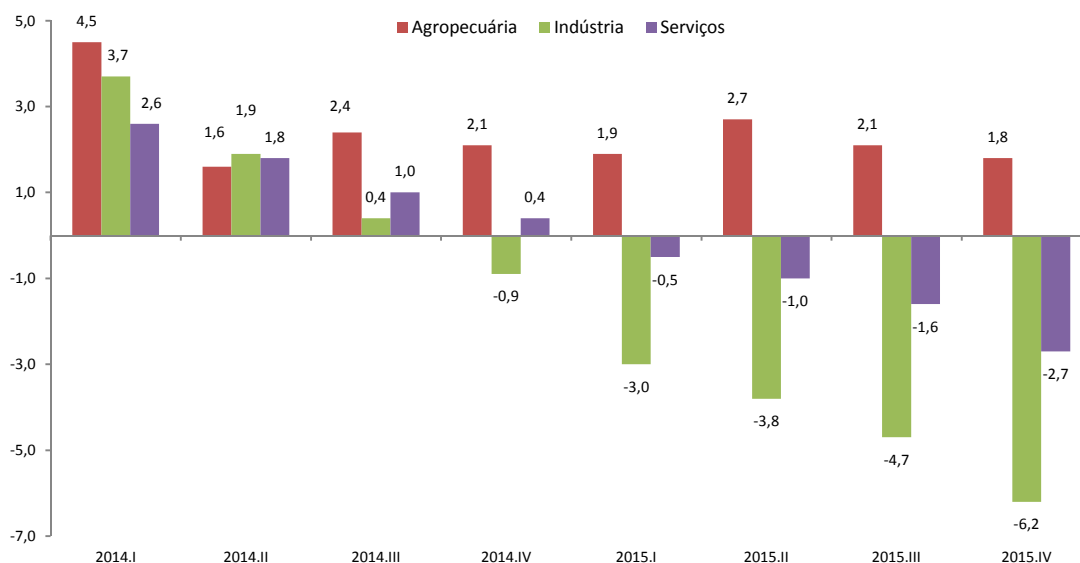
Gráfico 2 - PIB: Evolução das taxas de crescimento trimestral e acumulado em quatro trimestres (em %) – 2008.1 a 2015.3.



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE). Elaboração: BNB – Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação.

Na análise do nível atividade econômica, do ponto de vista setorial, observa-se que a agropecuária, continua apresentando resultados positivos, mesmo com a perda da dinâmica de crescimento nacional, principalmente em razão da competitividade do agronegócio nacional. Em outro sentido, a indústria e o setor de serviços, apresentam trajetória descendente, quando comparado o crescimento acumulado dos últimos quatro períodos, inclusive permanecendo no campo negativo há pelo menos quatro trimestres (Gráfico 3).

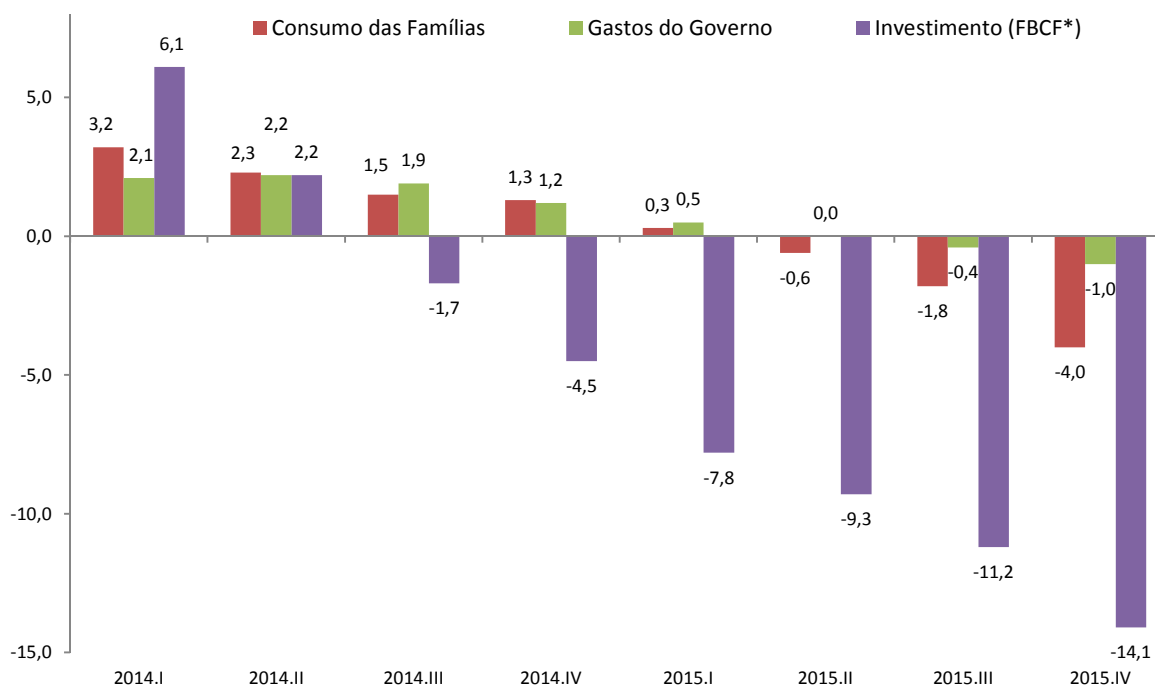
Gráfico 3 - PIB: Evolução das taxas de crescimento – Por setores da economia – acumulado em quatro trimestres (em %) – 2014.1 a 2015.4



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE). Elaboração: BNB – Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação.

A evolução do Produto Interno Bruto – PIB sob a ótica da demanda, onde são observados os componentes de consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e balança comercial, tem como objetivo identificar o destino dos bens e serviços finais, realizado pelos agentes econômicos. Neste contexto, conforme se visualiza no Gráfico 4, verifica-se que os investimentos, representados pela Formação Bruta de Capital Fixo, acumulam seis trimestres consecutivos no campo negativo, chegando a registrar retração de 14,1% no acumulado do ano de 2015, quando comparado a 2014. Este resultado decorre da conjugação da redução na produção dos bens de capital (máquinas e equipamentos) e dos resultados negativos da atividade de construção civil. O menor dinamismo da economia fez a taxa de investimento cair para 18,2% do valor do PIB em 2015. Em razão da deterioração do quadro econômico nacional, o consumo das famílias, fundamentalmente devido à inflação e à menor capacidade de endividamento, e os gastos do governo, em decorrência do descompasso fiscal, apresentaram queda nos últimos trimestres.

Gráfico 4 – PIB: Ótica da demanda - Evolução do consumo das famílias, gastos do governo e investimentos – Acumulado em quatro trimestres (em %) – 2014.1 a 2015.4.



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE). Elaboração: BNB – Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação.

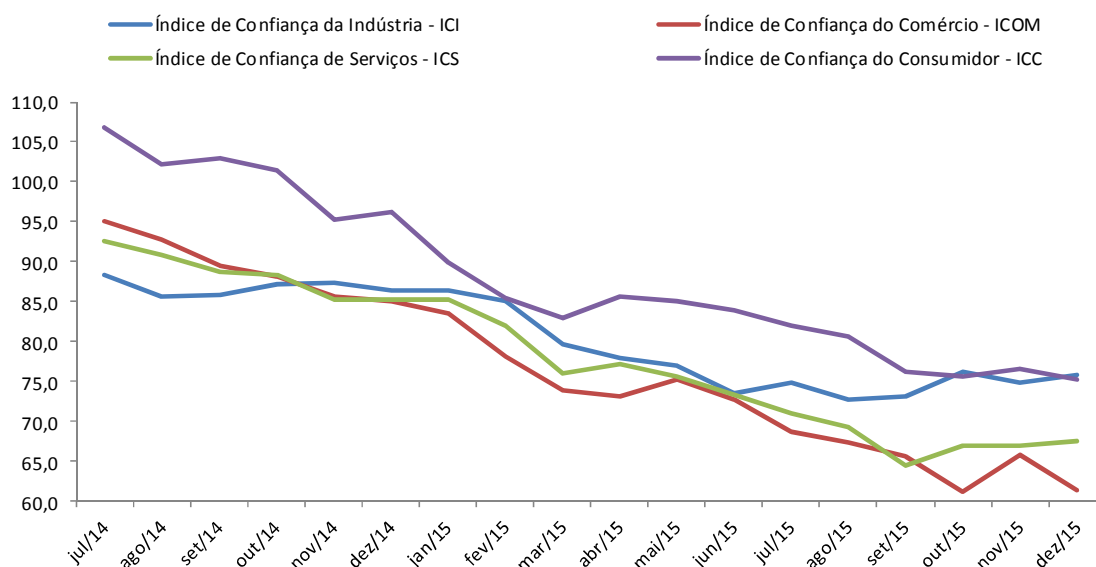
* FCBF = Formação Bruta de Capital Fixo.

Entre os elementos que corroboram com o cenário adverso da economia brasileira nos últimos períodos, podemos ainda elencar os indicadores de confiança dos empresários e dos consumidores. Estes índices estatísticos são sinalizações de tendências econômicas, de profunda relevância, por conseguir captar com rapidez o cenário econômico, além da sua importância para as famílias, empresas e governos, no sentido de detectar a situação conjuntural, possibilitar análises empresariais e concorrenciais, que por consequência influenciam a tomada de decisões.

O ano de 2015 foi claramente de trajetória declinante dos índices de confiança nos setores econômicos, na medida em que comércio, serviços e indústria de transformação observaram queda de 22,0, 17,7 e 10,7 pontos, respectivamente, na comparação de dezembro de 2015 com o mesmo mês do ano anterior (Gráfico 5). Os principais quesitos que resultaram na piora da confiança do empresariado foram: ajuste das finanças familiares, em decorrência da inflação e elevação do desemprego; redução do volume de vendas; margens de lucro e rentabilidade menores, além das expectativas futuras em processo de deterioração. Sob a ótica do consumidor, o indicador de confiança também registrou queda, na ordem de 21,0 pontos, na mesma base de comparação, o que significou o menor nível da série histórica iniciada em 2005, conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (2016). Além da inflação e desemprego, a piora do índice de confiança do consumidor está relacionada com o nível de endividamento, que influencia a percepção

negativa da situação financeira das famílias, sobretudo dos consumidores de baixa renda.

Gráfico 5 – Índices de confiança da indústria, comércio, serviços e consumidor – Julho/2014 a Dezembro/2015.

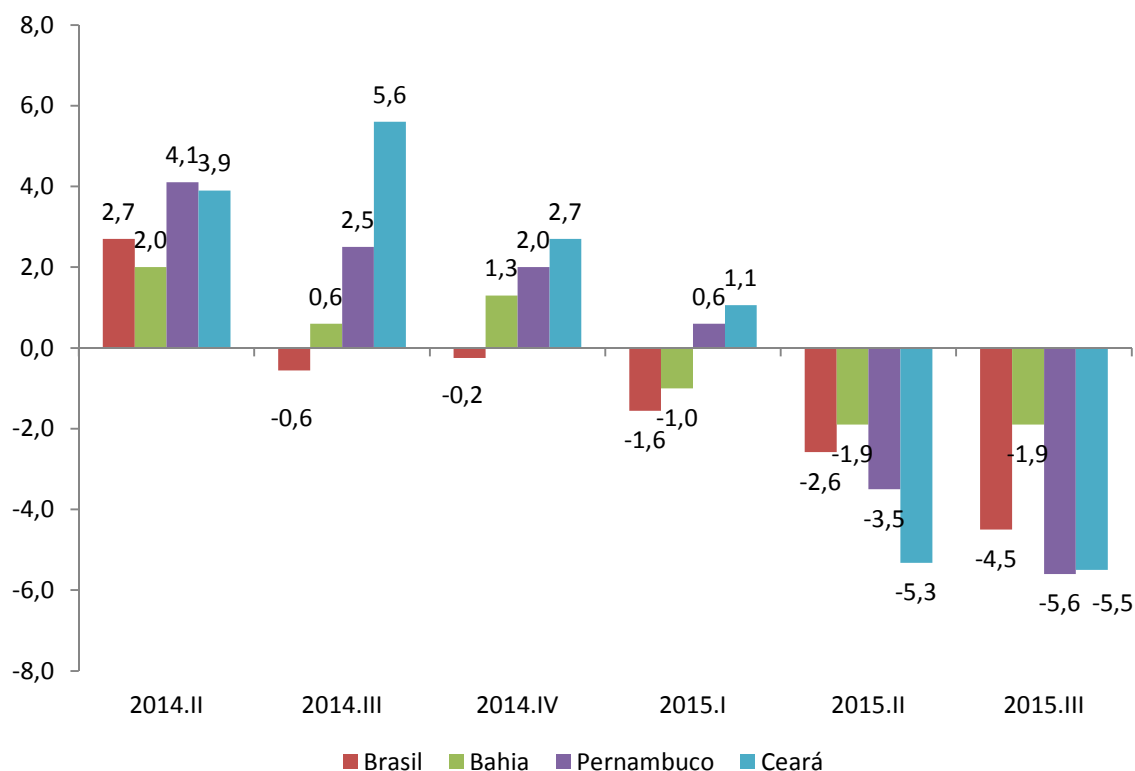


Fonte: Fundação Getúlio Vargas – Instituto Brasileiro de Economia (2016). Elaboração: BNB – Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação.

Apesar de a desaceleração econômica no Nordeste ser sentida apenas a partir do primeiro trimestre de 2015, conforme estimativas do PIB trimestral realizadas pelos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará², a queda no PIB desses estados se acentua, principalmente, a partir do segundo trimestre, quando as estimativas do PIB de Pernambuco e Ceará mostram queda acima da observada para o Brasil no mesmo período (Gráfico 6).

² De acordo com as Contas Regionais do Brasil (2010-2013), os PIBs da Bahia, Pernambuco e Ceará representavam aproximadamente 62,8% do PIB da região Nordeste em 2013.

Gráfico 6- Evolução das taxas de crescimento do PIB trimestral, Brasil, Bahia, Pernambuco e Ceará - 2014.III a 2015.III.



Fontes: IBGE, SEI, CONDEPE/FIDEM e IPECE. Elaboração: BNB – Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação.

Diante do cenário atual de queda no crescimento da economia do Nordeste, é de fundamental importância a continuidade e o fortalecimento das políticas de desenvolvimento regional para que a Região não tenha perdas no nível de bem-estar social alcançado pela redução das desigualdades regionais nos últimos anos.

3 – A EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE, no ano de 2015, somaram R\$ 11,5 bilhões (Tabela 3), registrando redução nominal de 15,5% em relação ao mesmo período de 2014, quando foram contratados R\$ 13,5 bilhões. Tal resultado é reflexo da conjuntura econômica adversa – retração da atividade econômica nacional e regional – que tem impactado negativamente os índices de confiança do consumidor e do empresário, conforme discutido no item 2, “Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste”.

Observa-se que, do total de beneficiários do FNE no exercício de 2015 (1,46 milhão), 97,3% foram atendidos no âmbito do FNE Setor Rural (1,42 milhão), mantendo o mesmo grau de importância verificado no exercício de 2014. No âmbito do FNE Rural, a quase totalidade dos beneficiários (99,5%) pertence à categoria de mini/micro (1,41 milhão). No

FNE Setor Comércio e Serviços, 96,7% dos empreendimentos financiados são de mini/micro e pequeno portes (Tabela 33).

Tabela 3 – FNE – Desempenho operacional e propostas em carteira – 2015

Setores e Programas	Valores em R\$ mil				Valor das Propostas em Carteira (2)
	Contratações ⁽¹⁾				
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
RURAL	474.380	1.423.526	5.510.079	47,9	386.188
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	8.019	24.434	2.962.251	25,8	174.374
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf - Grupo A)	4.491	13.473	101.488	0,9	4.572
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf – Grupo B)	434.824	1.304.472	1.690.605	14,7	25.625
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf - Demais Grupos)	26.709	80.127	529.031	4,6	18.127
FNE Aquipesca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	55	162	31.205	0,3	8.500
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	41	123	35.370	0,3	61.498
FNE Irrigação - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada	241	735	160.129	1,4	93.492
AGROINDUSTRIAL	3.541	10.582	125.400	1,1	28.864
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	53	141	78.093	0,7	28.400
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	99	279	14.982	0,1	464
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	8	19	18.114	0,2	-
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf – Grupo B)	3.319	9.957	12.852	0,1	-
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf - Demais Grupos)	62	186	1.359	-	-
INDUSTRIAL	3.213	3.213	1.482.069	12,9	559.532
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	698	698	855.216	7,4	467.404
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	2.507	2.507	293.331	2,6	12.127
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	6	6	331.800	2,9	30.345
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	2	2	1.722	0,0	49.656
TURISMO	578	578	525.861	4,6	199.989
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	73	73	458.565	4,0	194.960
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	505	505	67.296	0,6	5.029
INFRAESTRUTURA	6	6	488.637	4,3	49.409
FNE Proinfra - Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste	6	6	488.637	4,3	49.409
COMÉRCIO E SERVIÇOS	24.399	24.497	3.363.181	29,3	167.861
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	3.479	3.479	1.661.927	14,5	108.295

FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	9	9	1.805	0,0	-
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	8	8	15.257	0,1	-
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	20.903	21.001	1.684.192	14,7	59.566
Total	506.117	1.462.402	11.495.227	100,0	1.391.843

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente da Administração das Centrais de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, considerando parcelas desembolsadas e a desembolsar, inclusive as operações no âmbito do PROCIR. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do ano de 2015, o estoque de propostas em carteira (em fase de análise e/ou em fase de contratação) totalizou R\$ 1,4 bilhão, valor que, somado àquele efetivamente contratado, é condizente com o total programado para o período (Tabelas 3 e 21).

O patrimônio líquido do Fundo, então de R\$ 53,5 bilhões em 31.12.2014, passou para R\$ 59,9 bilhões em 31.12.2015, apresentando crescimento nominal de 12,0%. Nesse mesmo período, a Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional repassou R\$ 6,4 bilhões ao FNE (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do patrimônio líquido – Posição em 31.12.2015

	Valores em R\$ mil
(1) Até 31.12.2014	53.478.865
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	54.813.282
. Resultados acumulados	(1.334.468)
. Provisões para pagamentos a efetuar	51
(2) No Exercício de 2015	6.414.305
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	6.394.782
. Resultado do exercício	45.144
. Ajustes de resultados de exercícios anteriores	(25.630)
. Provisões para Pagamentos a Efetuar	9
Patrimônio Total em 31.12.2015(1) + (2)	59.893.170

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

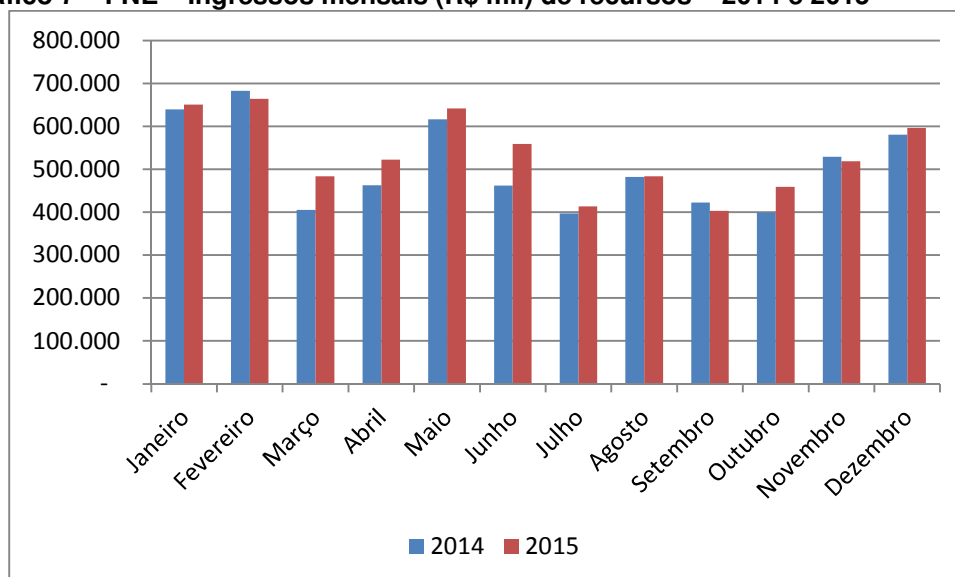
Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – 2015

Mês	Ingressos	Valores em R\$ mil
		Ingressos Acumulados
Janeiro	650.560	650.560
Fevereiro	664.096	1.314.656
Março	483.696	1.798.352
Abril	522.036	2.320.388
Maiο	641.959	2.962.347
Junho	558.570	3.520.917
Julho	413.603	3.934.520
Agosto	483.738	4.418.258
Setembro	403.295	4.821.553
Outubro	459.017	5.280.570
Novembro	518.266	5.798.836
Dezembro	595.946	6.394.782

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

No Gráfico 7 verifica-se que, à exceção dos meses de fevereiro, setembro e novembro, em todos os outros meses de 2015 os repasses mensais de recursos foram maiores que os do mesmo período de 2014, embora com pouca alteração, acompanhando o comportamento do ano anterior. O total de repasses da STN foi 5,2% superior ao ano anterior, refletindo a situação econômica nacional.

Gráfico 7 – FNE – Ingressos mensais (R\$ mil) de recursos – 2014 e 2015



Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

O reembolso dos recursos emprestados teve um aumento significativo (21,4%), passando de R\$ 7,8 em 2014, para R\$ 9,5 bilhões em 2015. As disponibilidades do FNE, contudo, apresentaram forte

acréscimo, totalizando R\$ 11,3 bilhões ao final do período em análise, dos quais R\$ 6,1 bilhões representados por valores a liberar por conta de operações já contratadas e R\$ 5,2 bilhões para contratação de novos financiamentos (Tabela 6). Acreditamos que a retomada da atividade econômica e o crescimento do índice de confiança do empresário, somados às ações do BNB no curto prazo para incremento das aplicações em áreas prioritárias reverterão tal quadro.

Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das variações das disponibilidades –2015

	Valores em R\$ Mil
Disponibilidades em 31.12.2014	7.790.705
Disponibilidades para Novas Contratações	1.530.838
Recursos a liberar por conta de financiamentos contratados	6.259.867
Disponibilidades em 31.12.2015	11.324.340
Disponibilidades para novas contratações	5.231.546
Recursos a liberar por conta de financiamentos contratados	6.092.794
Variação das Disponibilidades	3.533.635
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	6.394.782
- Remuneração das disponibilidades	1.122.202
- Reembolsos ops crédito/repasses (líquido bônus adimplência)	9.486.806
- Ressarcimento parcelas de risco pelo BNB	412.048
- Recebimento de valores baixados como prejuízo	190.183
- Cobertura ops p/fundos de aval	2.005
- Cobertura de ops pelo Proagro	4.841
- Dispensa/remissão/rebate ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	7
- Desembolsos de ops crédito/repasses outras instituições	(11.186.862)
- Taxa de administração	(1.278.956)
- Del credere do BNB - Repasses Lei 7.827 Art. 9º A	(38.613)
- Del credere do BNB - Demais Operações	(1.168.276)
- Del credere instituições operadoras	(3.465)
- Remuneração do BNB sobre saldos operações Pronaf	(234.753)
- Remuneração do BNB sobre desembolsos operações Pronaf	(55.011)
- Prêmio de desempenho do BNB sobre operações Pronaf	(31.266)
- Despesa auditoria externa	(105)
- Bônus adimplência ops repasses BNB - Art 9º A Lei 7.827	(10.308)
- Dispensa/remissão/rebate ops FNE - Lei 12.249 - Ônus FNE	(14.857)
- Dispensa/remissão/rebate outras ops - Lei 12.249 - Ônus FNE	(5.230)
- Conversão de ops para o FNE - Lei 10.464/10.696	(3.724)
- reclassificação ops outras fontes para FNE - Lei 11.775	(9.347)
- Devolução ao BNB ops PJ renegociadas - Parcela risco BNB	(34.454)
- Transferência para o BNB encargos inadimplência recebidos	(3.491)
- Outros eventos	(521)
Total	3.533.635

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

3.1 – Contratações setoriais

As contratações setoriais do FNE, em 2015, quando comparadas ao exercício anterior, apresentam variação negativa no Setor Industrial, cuja participação, no âmbito do FNE, diminuiu de 27,3% em 2014 para

12,9% em 2015. Tal retração na demanda por recursos pelo Setor Industrial propiciou uma acentuada mudança na participação setorial nas contratações do FNE, conforme observado na Tabela 7.

Nessa perspectiva, a despeito da ocorrência, na região Nordeste, do fenômeno da seca por cinco anos consecutivos, o Setor Rural teve sua participação aumentada em 10,0 p.p., passando de 37,9% em 2014, para 47,9% em 2015. Todos os demais setores apresentaram aumento na participação global, conforme (Tabela 7).

Em termos absolutos, observa-se que o montante de contratações do Setor Rural apresentou elevação nominal de aproximadamente 8,0%, em relação ao exercício anterior, permanecendo com a maior participação em relação aos outros setores econômicos. É importante, pois, salientar que o fortalecimento do meio rural é fundamental para o desenvolvimento sustentável das economias do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo, objetivando, sobretudo, a implantação de empreendimentos bem-sucedidos, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida no meio rural, possibilitando, ao mesmo tempo, que as pessoas permaneçam no campo, ao invés de serem obrigadas a aventurar-se em busca de melhores condições de vida nas regiões metropolitanas.

Tabela 7– FNE – Participação setorial nas contratações⁽¹⁾ – Período: 1998 a 2015

Exercício	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
1998	84,5	1,4	14,1	-	-	100,0
1999	80,2	0,9	18,9	-	-	100,0
2000	49,5	0,7	49,8	-	-	100,0
2001	35,4	1,2	63,4	-	-	100,0
2002	76,4	0,7	14,2	-	8,7	100,0
2003	47,5	0,3	44,9	-	7,3	100,0
2004	25,7	1,2	25,9	21,1	26,1	100,0
2005	51,4	1,0	14,2	19,4	14,0	100,0
2006	48,9	2,5	24,1	11,6	12,9	100,0
2007	45,2	3,3	21,1	16,8	13,6	100,0
2008	29,7	4,2	23,2	25,8	17,1	100,0
2009	28,2	5,1	20,2	25,4	21,1	100,0
2010	40,7	2,9	23,0	8,0	25,4	100,0
2011	38,4	2,3	19,7	15,9	23,6	100,0
2012	40,6	1,1	33,4	2,6	22,3	100,0
2013	41,8	0,8	27,6	0,9	28,9	100,0
2014	37,9	0,3	30,9	1,7	29,1	100,0
2015	47,9	1,1	17,5	4,3	29,3	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Nos itens seguintes será analisado o desempenho de cada um dos setores.

3.1.1 – Setor Rural

Conforme Tabela 8, as contratações do FNE no Setor Rural, no ano de 2015, totalizaram R\$ 5,5 bilhões. Nesse período, as atividades relacionadas à pecuária consumiram pouco mais da metade dos recursos disponibilizados pelo Fundo para o Setor Rural (50,9%), contratando aproximadamente R\$ 2,8 bilhões.

Tabela 8– FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Exercício de 2015

Atividades	Valores em R\$ mil		
	Valor	% Setor	% FNE
PECUÁRIA	2.810.559	50,9	24,4
Bovinocultura	1.942.057	35,2	16,9
Avicultura	170.372	3,1	1,5
Ovinocaprinocultura	382.780	6,9	3,3
Suinocultura	187.679	3,4	1,6
Apicultura	11.687	0,2	0,1
Equinocultura	262	-	-
Bubalinocultura (Búfalo)	13.290	0,2	0,1
Outras atividades	102.432	1,9	0,9
AQUICULTURA E PESCA	31.205	0,5	0,3
Carcinicultura	24.629	0,4	0,2
Piscicultura	5.754	0,1	0,1
Outros	822		
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	2.086.714	37,9	18,0
Grãos	1.322.844	24,1	11,5
Fibras e têxteis	452.532	8,2	3,9
Fruticultura	112.134	2,0	1,0
Gramíneas	71.493	1,3	0,6
Raízes e tubérculos	24.914	0,5	0,2
Bebidas e fumos	93.956	1,7	0,8
Olericultura	2.184	-	-
Oleaginosas	1.200	-	-
Outras atividades	5.457	0,1	-
AGRICULTURA IRRIGADA	371.680	6,7	3,4
Fruticultura	122.774	2,2	1,1
Bebidas e fumo	87.534	1,6	0,8
Gramíneas	28.763	0,5	0,3

Grãos	69.522	1,3	0,6
Fibras e têxteis	31.252	0,6	0,3
Olericultura	13.286	0,2	0,1
Raízes e tubérculos	8.095	0,1	0,1
Flores	528	-	-
Oleaginosas	563	-	-
Mudas e sementes	5.947	0,1	0,1
Especiarias	3.294	0,1	-
Outras atividades	122	-	-
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	209.922	4,0	1,8
Florestamento e reflorestamento	3.316	0,1	-
Extração vegetal	27.195	0,5	0,2
Silvicultura	20.219	0,4	0,2
Atividades não agrícolas no rural	159.192	3,0	1,4
Total	5.510.080	100,0	47,9

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, com valor contratado superior a R\$ 1,9 bilhão, respondendo por 35,2% das contratações do Setor Rural e por 16,9% do FNE, no período sob análise. Em relação ao ano de 2014, tal atividade apresentou crescimento no volume de recursos absorvidos da ordem de 11,34%, apesar da sequência de 5 anos de estiagem na Região, com precipitações pluviométricas significativamente abaixo da média histórica.

Dentre as atividades agrícolas, as contratações nas atividades de Grãos, Fibras e Têxteis, Fruticultura e Bebidas e Fumo representaram 93,3% do montante contratado na agricultura, somando aproximadamente R\$ 2,3 bilhões (Tabela 8).

Especificamente para a agricultura de sequeiro, apesar do cenário de seca mencionado, o volume nominal de recursos foi 13,8% superior àquele contratado em 2014. Nesse grupo de atividades foram contratados R\$ 2,1 bilhões, o que corresponde a 37,9% das contratações no âmbito do Setor Rural e 18,0% daquelas realizadas pelo FNE, destaque para as atividades de Grãos, que contrataram R\$ 1,3 bilhão (Tabela 8).

Participando com 6,7% e 3,4% das contratações do FNE Setor Rural e do FNE total, respectivamente, a agricultura irrigada totalizou, em 2015, cerca de R\$ 371,7 milhões, volume de recursos 6,0% superior ao montante aplicado em 2014. As atividades que receberam os maiores aportes neste segmento, no período, foram Fruticultura (R\$ 122,8

milhões); Bebidas e Fumo³ (R\$ 87,5milhões) e Grãos (R\$ 69,5 milhões)(Tabela 8).

Os financiamentos do FNE Setor Rural dirigidos ao semiárido totalizaram R\$ 2,2 bilhões, em 2015, o que representa 53,6% do volume de recursos aplicados na região semiárida (R\$ 3,8 bilhões) no período (Tabela 1.A).

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE Setor Rural. Assim, dos 1.990 municípios da área de atuação do FNE, 1.987 foram beneficiados com recursos do FNE Setor Rural, alcançando praticamente toda a área de abrangência do Fundo, com expressivos 99,8% de cobertura (Tabelas 9 e 36).

Em 2015, os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE Setor Rural foram: Bahia (R\$ 1,9 bilhão); Maranhão (R\$ 836,8 milhões) e Piauí (R\$ 711,3 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 62,0% do volume de recursos contratados no Setor Rural (Tabela 9).

Tabela 9– FNE – Setor Rural contratações ⁽¹⁾ estaduais – Exercício de 2015

Estado	Valores em R\$ mil	
	Valor	%
Alagoas	160.024	2,9
Bahia	1.877.831	33,9
Ceará	443.606	8,1
Espírito Santo	52.664	1,0
Maranhão	836.819	15,2
Minas Gerais	409.311	7,4
Paraíba	267.017	4,9
Pernambuco	377.926	6,9
Piauí	711.333	12,9
Rio Grande do Norte	192.610	3,5
Sergipe	180.938	3,3
Total	5.510.079	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Pronaf foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio e, em 1996, adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas

³Aproximadamente 100,0% das contratações referem-se a café.

consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996 estando vinculado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais foram estabelecidas pela Lei no 11.326, de 2006, passando a agricultura familiar a ser reconhecida como segmento produtivo, o que garantiu a institucionalização das políticas públicas para ela voltadas.

O Pronaf tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a lhes propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, por meio do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Entendem-se como atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

O público-alvo do Pronaf é classificado por grupos, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, aos limites de financiamento, ao bônus de adimplência e às finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do Pronaf, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

O BNB, na qualidade de principal agente financeiro do Pronaf na Região, operacionaliza o Programa com uma proposta de desenvolvimento rural, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o exercício da cidadania no campo.

Como forma de maximizar suas ações no processo de operacionalização, acompanhamento e orientação técnica aos agentes produtivos, o BNB desenvolve parcerias com empresas públicas e privadas, com destaque para a existente com o MDA.

São discriminadas, abaixo, as modalidades, o público-alvo e as finalidades de crédito, de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

Pronaf Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide

do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

Pronaf Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou a beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Microcrédito Produtivo Rural (Pronaf Grupo B) – É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta até R\$ 20,0 mil. Os créditos destinam-se às atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Nesse contexto, o crédito é utilizado para implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, atividades não agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio no Grupo B são permitidos para a aquisição de matérias-primas e outros insumos destinados à produção artesanal, gastos de custeio da atividade de turismo rural e da prestação de serviços no meio rural e com o processo de beneficiamento e industrialização da produção própria.

Pronaf Linha de Crédito para Custeio - É uma linha de custeio rural, isolado ou vinculado para financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento, destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses de produção normal que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de até R\$ 360,0 mil. Nesse valor, deve estar incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros são definidas de acordo com o valor financiado.

Linha de Crédito para Investimento (Mais Alimentos) – É uma linha de investimento destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar, nos últimos 12 (doze) meses de produção normal que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$ 360,0 mil. Nesse valor, deve estar incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros são definidas pelo valor financiado.

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (Pronaf Agrinf)– Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias

e não agropecuárias de agricultores familiares, mediante financiamento das necessidades de custeio dos seguintes itens: beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos; formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado.

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria) – Trata-se de crédito de apoio a atividades agropecuárias e não agropecuárias de agricultores familiares, mediante o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e à exploração de turismo rural.

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) – Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários.

Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf, independentemente de sua condição civil. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos ao amparo do Pronaf Mulher.

Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou, ainda, há mais de um ano, curso de ciências agrárias ou veterinária, em instituição de ensino superior que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham

participado de cursos de formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ou do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), ou tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pelo Banco.

Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. É destinado à modalidade Pronaf Grupo Renda Variável, Grupo A, Grupo A/C e Grupo B.

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. É destinado à modalidade Pronaf Grupo Renda Variável, Grupo A, Grupo A/C e Grupo B.

Com o objetivo de manter a boa qualidade no atendimento aos agricultores familiares, o Banco implementou várias ações em 2015, dentre as quais se destacam:

- Conclusão do projeto de simplificação e reestruturação dos normativos do Pronaf com criação de título específico, com o objetivo de facilitar as consultas para os usuários;
- Atualização do roteiro de conformidade do Pronaf Grupo B utilizado pelo controle interno;
- Realização do *Encontro Estadual dos Gerentes de Negócios Pronaf* em todos os estados, com o objetivo de discutir os resultados do desempenho das carteiras e alinhar as estratégias para o alcance das metas;
- Participação no *II Encontro Nacional do Plano Safra da Pesca e Aquicultura*, promovido pelo Ministério da Pesca e aquicultura (MPA);
- Participação no fórum mensal promovido pelo MDA, para tratar de assuntos do Pronaf, Proagro⁴ e PGPAF⁵;
- Realização do *Fórum de Gestão* com a participação dos Gerentes Executivos Pronaf Estaduais, no âmbito do Banco do Nordeste;
- Participação no *Encontro Regional do Nordeste – Reforma Agrária e Crédito Fundiário*, organizado pelo MDA;
- Participação na elaboração do Plano Safra Pronaf 2015/2016 e implantação das mudanças introduzidas na operacionalização do Pronaf;

⁴Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zoneamento-agricola/proagro>. Acesso em 04 set 2015.

⁵ O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) garante às famílias agricultoras que acessam o **Pronaf Custeio** ou o **Pronaf Investimento**, em caso de baixa de preços no mercado, um desconto no pagamento do financiamento, correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-pgpaf/sobre-o-programa>. Acesso em 04 set 2015.

- Difusão de informações sobre práticas sustentáveis de produção entre os beneficiários dos programas de microcrédito na área de atuação do Banco;
- Capacitação para técnicos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) da região Nordeste sobre elaboração de projetos do Pronaf;
- Formalização de acordos de cooperação com estados do Nordeste para prestação de assistência técnica aos agricultores familiares que receberam financiamento;
- Divulgação da matéria *O Banco do Nordeste e a Agricultura Familiar* no Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar 2015;
- Participação no *Seminário Internacional de Microfinanças* realizado na cidade de Huancayo, no Peru, no mês de abril, com palestra do Superintendente de Microfinança e Agricultura Familiar sobre os 17 anos de atuação do Banco do Nordeste no microcrédito produtivo orientado;
- Realização do *Curso de Desenvolvimento em Lideranças de 2015*, no Centro Administrativo do Banco, direcionado aos Gerentes Executivos Estaduais e Gerentes Estaduais do Agroamigo, no qual foram apresentados conceitos e abordagens sobre liderança e papel do líder como agente de transformação nas organizações;
- Realização de 2.434 “Agências Itinerantes” pelas unidades do Banco que se destinam ao atendimento de agricultores familiares em municípios onde não há agência do Banco do Nordeste, com disponibilização de diversos serviços. Foram atendidos 63.616 agricultores em mais de 825 municípios.

A seguir, serão apresentados os resultados alcançados no segmento da agricultura familiar, considerando, inclusive, os resultados do Agroamigo. Em 2015, o Banco contratou, com recursos do FNE, 468.310 financiamentos, envolvendo o total de R\$ 2,3 bilhões de recursos (Tabela 10), dos quais 66,9% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Estão incluídas nessas informações as operações realizadas pela metodologia Agroamigo (Microcrédito Rural).

Tabela 10 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Pronaf⁽²⁾ – 2015

Grupo	Nº de operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Pronaf A	3.872	0,8	92.244	4,0
Pronaf B	438.063	93,5	1.703.357	73,3
Pronaf A/C	560	0,1	2.903	0,1
Pronaf Semiárido	9.415	2,0	151.261	6,5
Pronaf Floresta	137	0,0	3.112	0,1
Pronaf Mulher	786	0,2	12.363	0,5
Pronaf - Mais Alimentos	10.470	2,2	287.977	12,4
Demais Pronafs	5.007	1,1	69.060	3,0
Total	468.310	100,0	2.322.276	100,0

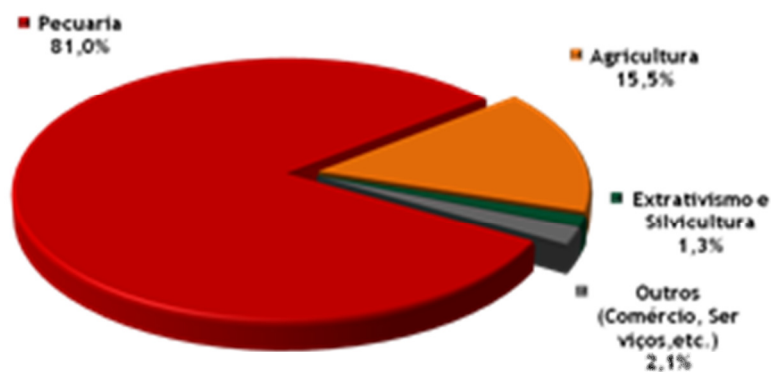
Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar; (2) Exclusive operações do Programa para a Recuperação da Capacidade de Investimento no Setor Rural – Procir.

O Banco aplicou, no período, R\$ 1,6 bilhão, correspondente a 25,0% do montante de recursos do FNE transferidos pela União ao Banco (R\$ 6,3 bilhões) em cumprimento ao Art. 7º da Lei nº 9.126/95, complementada pela Lei 12.249/2010, que estabelecem a destinação de 10,0% dessa fonte para aplicação no Pronaf Grupo A, Grupo A/C, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Semiárido, demais programas Pronaf aplicados na região semiárida, bem como valores correspondentes a obras de recuperação e proteção do solo, pagamento de assistência técnica e remuneração da mão de obra pra implantação das atividades.

A distribuição por setor de atividade das contratações Pronaf, conforme o Gráfico 8, mostra um maior percentual de aplicação na pecuária, que representa o setor tradicionalmente mais explorado pelos agricultores familiares.

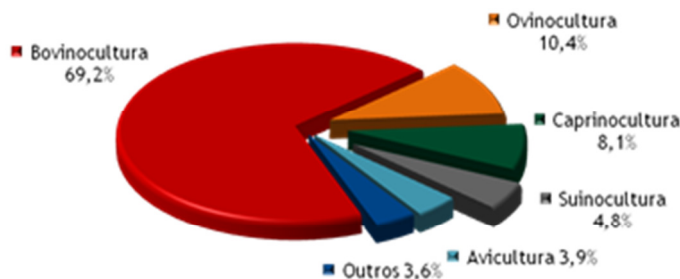
Gráfico 8- Contratação Pronaf - Distribuição por setor



Fonte: BNB - Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

O Gráfico 9 mostra a distribuição em 2015, das aplicações no setor pecuário, verificando-se que a bovinocultura é a atividade mais representativa no total de financiamentos, o que reflete a tendência da ocupação econômica dos agricultores familiares da Região.

Gráfico 9 - Setor Pecuário – Distribuição por atividade



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Na distribuição das contratações por gênero, as mulheres representam 41,9% das contratações em 2015.

O Programa Agroamigo

O Agroamigo é o Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste, idealizado em parceria com o MDA, que visa à concessão de financiamento para a área rural, com metodologia própria de atendimento. Implantado em 2005, é o programa de microcrédito rural produtivo e orientado pioneiro no Brasil, cujos principais objetivos são:

- Orientação para o crédito e acompanhamento;
- Maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- Expansão de atendimento aos agricultores familiares; e
- Maior proximidade com os clientes da área rural, através do atendimento ao agricultor na sua própria comunidade pelo assessor de microcrédito.

Em relação ao programa Pronaf Grupo B convencional, o Agroamigo apresenta as seguintes inovações operacionais:

- Atendimento ao cliente por profissional especializado, o agente de microcrédito rural;
- Uso de metodologia adequada para as atividades de microcrédito rural;
- Promoção e atendimento no local;
- Acompanhamento sistemático;
- Identificação das necessidades financeiras do cliente; e
- Orientação para transformar a agricultura de subsistência em agricultura sustentável.

O agente de microcrédito presta orientação para o crédito e faz o seu acompanhamento. Em geral, o agente tem origem na área de sua atuação, o que traz como vantagens conhecer as potencialidades

econômicas locais, comprometimento com o desenvolvimento local, além de inspirar confiança na comunidade.

Em 2012, teve início a operacionalização do Agroamigo Mais, expansão do Agroamigo, cujo objetivo é atender, além dos agricultores familiares do Grupo B, os demais grupos de Pronaf, exceto os grupos A e A/C, por meio da metodologia de microcrédito rural orientado e acompanhado, desenvolvida pelo Banco, em propostas de valor até R\$ 15 mil, considerando os seguintes aspectos:

- Elevar a qualidade das propostas e planos simplificados de financiamentos Pronaf;
- Permitir elevação da quantidade de financiamentos de custeio;
- Dar maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- Permitir acompanhamento sistemático aos empreendimentos financiados;
- Expandir o atendimento à agricultura familiar, com melhoria qualitativa.
- Elevação da adimplência da carteira;
- Proporcionar elevação da renda e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e de suas famílias.

A atuação do Agroamigo no ano de 2015 abrangeu 202 agências, atendendo a 1.990 municípios do Nordeste brasileiro e Norte de Minas Gerais, contando com 942 Agentes de Crédito, todos eles funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), parceiro na operacionalização do Programa (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Agroamigo – Unidades de atendimento – 2015

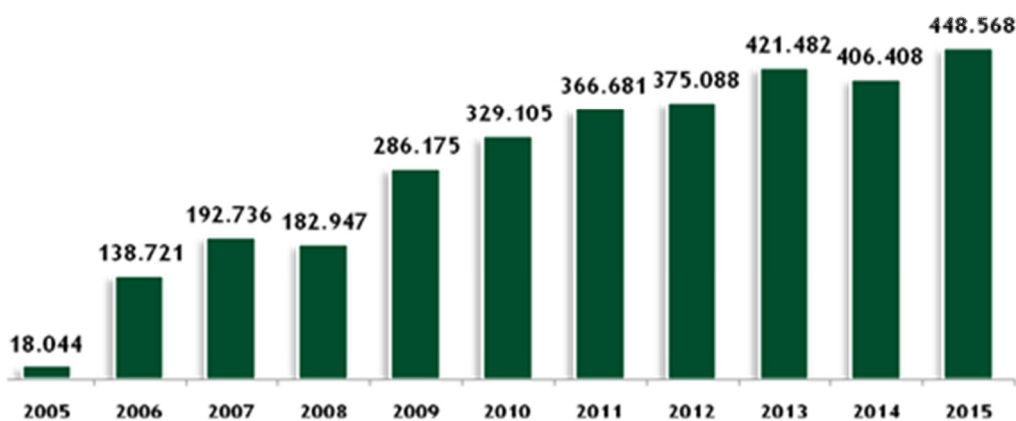


Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

A concessão de crédito orientado, de forma gradativa e sequencial, possibilita a educação financeira e o fortalecimento econômico do cliente. Aliado a isto, foram simplificados os processos, objetivando promover maior velocidade na aprovação e liberação dos créditos, sem perder de vista os riscos inerentes à concessão de um financiamento.

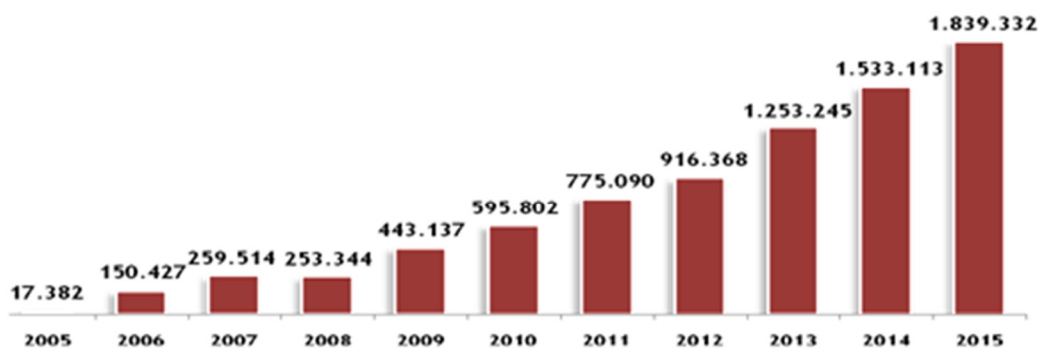
No período em referência, o Agroamigo, considerados o Crescer e o Mais, contratou aproximadamente 3,2 milhões de operações em toda a área de atuação do Banco, correspondendo a um montante de pouco mais de R\$ 8,0 bilhões (Gráficos 11 e 12), com um percentual de 68,9% dos financiamentos concedidos a empreendimentos localizados na região semiárida⁶.

Gráfico 11- Agroamigo – Quantidade de operações contratadas por ano



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Gráfico 12 - Agroamigo – Valores contratados por ano (R\$ Mil)

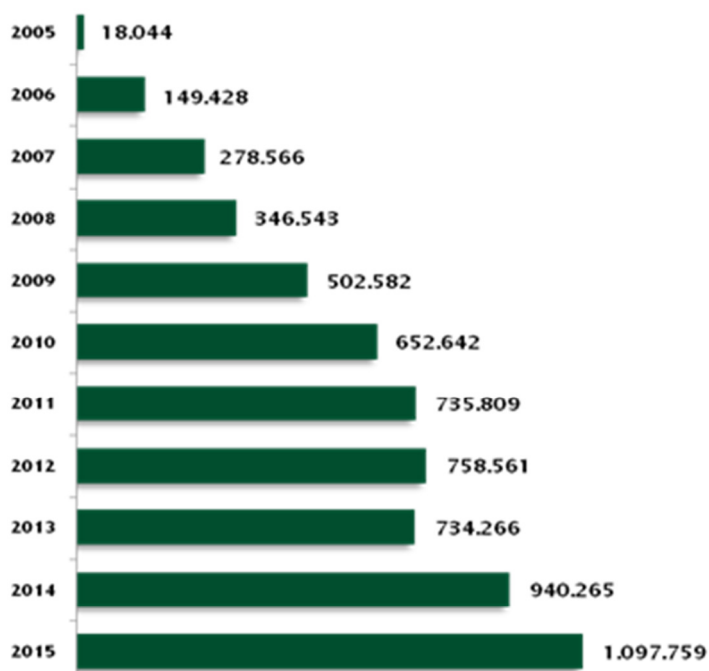


Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Em dezembro de 2015, o Agroamigo (Crescer e Mais) detinha em sua carteira 1.097.759 clientes ativos e aproximadamente R\$ 3,4 bilhões aplicados (Gráficos 13 e 14).

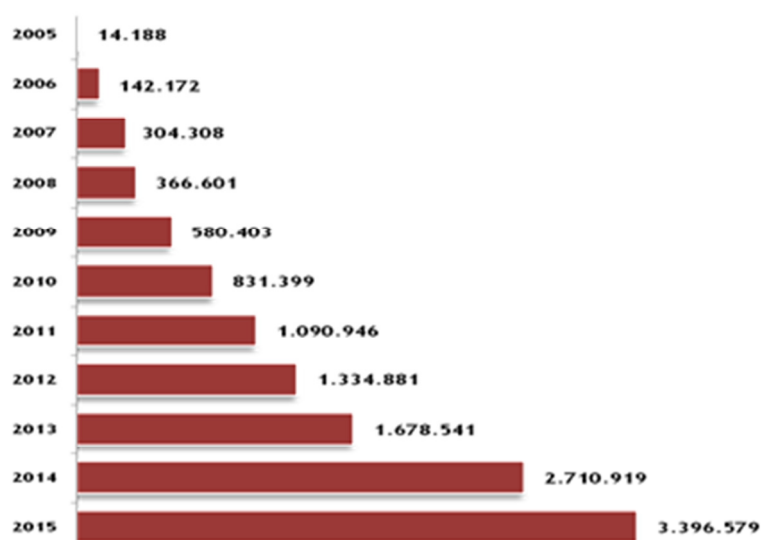
⁶Ambiente de Microfinanças e Agricultura Familiar.

Gráfico 13- Agroamigo – Número de clientes ativos por ano.



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Gráfico 14- Agroamigo – Carteira ativa por ano (R\$ Mil)



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Quanto à distribuição dos recursos por atividade econômica, a carteira ativa na posição de dezembro de 2015, apresenta a pecuária com 83,0% das contratações do Agroamigo, conforme Gráfico 15.

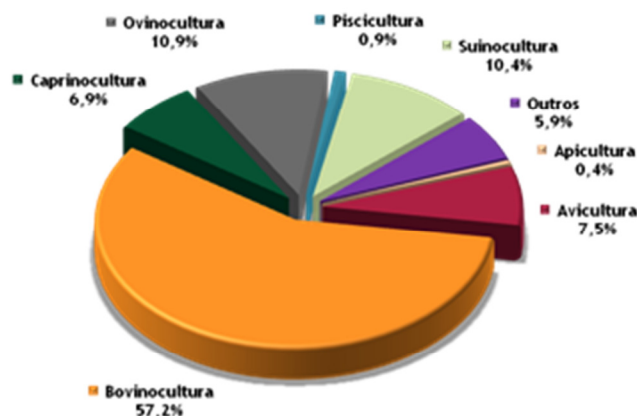
Gráfico 15– Agroamigo – Distribuição por setor – 2015



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Esse fato pode ser explicado pela própria estrutura econômica da Região, bastante influenciada pela pecuária, em particular a bovinocultura. Quando se analisa o volume de recursos destinados à pecuária, verifica-se que 57,2% foram para bovinocultura, apesar do estímulo à diversificação da carteira. Outras atividades contempladas são a ovinocultura (10,9%), a suinocultura (10,4%), a avicultura (7,5%) e a caprinocultura (6,9%) (Gráfico 16).

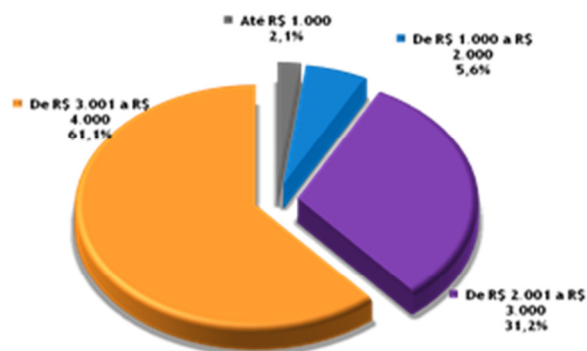
Gráfico 16– Agroamigo – Distribuição por atividade – Pecuária – 2015



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

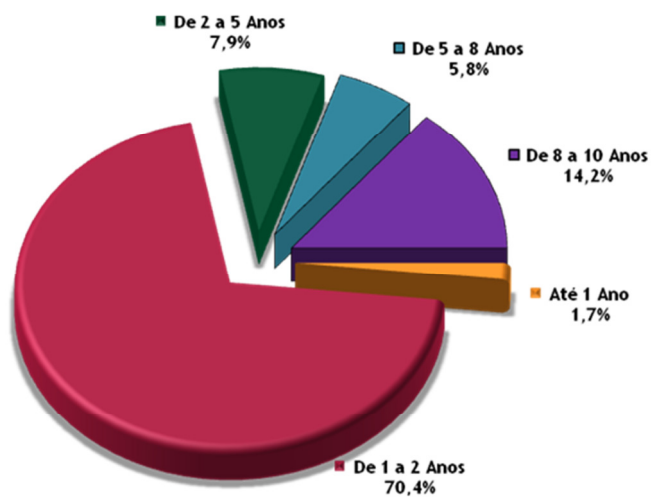
Quanto aos valores financiados pelos clientes do Agroamigo (Crescer e Mais), a estratégia é a concessão de crédito gradual e sequencial, destacando-se que, para o Agroamigo Crescer, o maior percentual de operações situa-se entre os valores de R\$ 3,1 mil e R\$ 4,0 mil, que representa 61,1% das operações contratadas (Gráfico 17 e 18).

Gráfico 17- Agroamigo Crescer– Distribuição por faixa de valor financiado– 2015



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

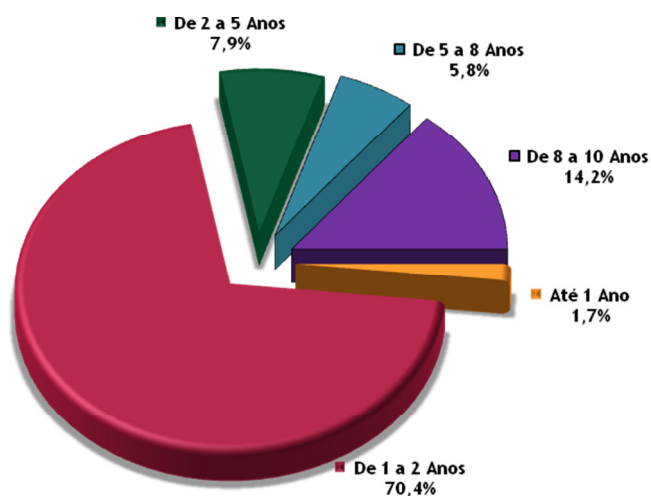
Gráfico 18 – Agroamigo Mais – Distribuição por faixa de valor financiado –2015



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

No que tange ao prazo de financiamento, 70,4% das operações do Agroamigo Crescer, possui prazo entre um e dois anos (Gráfico 19).

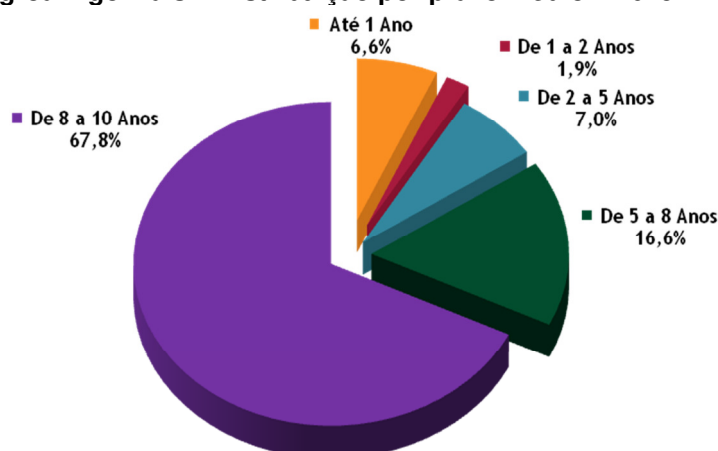
Gráfico 19- Agroamigo Crescer – Distribuição por prazo médio



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Considerando o Agroamigo Mais, a faixa de prazo mais expressiva situa-se entre oito e dez anos para reembolso (Gráfico 20).

Gráfico 20- Agroamigo Mais – Distribuição por prazo médio – 2015



Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Consiste em uma estratégia do Agroamigo a política de inserção econômica das mulheres, estimulando o aumento da participação nos financiamentos, inclusive, na exploração de atividades não agrícolas no meio rural. Dessa forma, na posição de dezembro/2015, 48,0% dos clientes que possuíam operações eram do gênero feminino, representando o quantitativo de mais de 572 mil operações ativas com clientes mulheres.

Além disso, o Agroamigo promove o acesso do agricultor familiar a conta-corrente, movimentada por meio de cartão de débito, colaborando para a inclusão financeira e facilitando as negociações comerciais dos

agricultores familiares. Na posição de dezembro/2015, mais de 969 mil clientes possuíam conta-corrente, o que representa 88,3% do total de clientes ativos do Programa.

No âmbito do Programa Brasil sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, o Banco do Nordeste tem atuado, por meio do Agroamigo, proporcionando atendimento aos beneficiários dos programas abaixo citados e de ações integradas com os mesmos, com o objetivo de contribuir para assegurar possibilidades de inclusão produtiva e social, bem como se constituindo em uma oportunidade de crescimento e de diminuição da dependência em relação aos programas sociais do Governo:

- Programa Bolsa Família, operacionalizado pelo MDS; e
- Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, operacionalizado pelo MDA.

Nessa perspectiva, na posição de dezembro de 2015, cerca de 575 mil clientes do Agroamigo eram também beneficiados pelo Programa Bolsa Família, o que representa 52,4% da carteira ativa de clientes.

As ações realizadas em 2015 voltadas ao Agroamigo ensejaram a divulgação do Programa, melhorias no atendimento aos clientes e capacitação da equipe, destacando-se:

- Elaboração do *Caderno Especial – Agroamigo 10 Anos*, com o registro da trajetória do Programa no primeiro decênio de atuação;
- Lançamento de Selo personalizado pelos Correios, criado em comemoração aos 10 anos do Agroamigo;
- Realização do *Encontro de Coordenadores 2015*, com 277 participantes, cujo objetivo consistiu em avaliar resultados, desempenho e perspectivas do Programa, além de realizar o planejamento estratégico, dentre outros temas;
- Realização do *Encontro de Monitores do Programa*, com o objetivo de apresentar as diretrizes da monitoração, avaliar as ações realizadas e orientar a equipe para os novos desafios;
- Realização, pelo Instituto Nordeste Cidadania - INEC, de 18 cursos, por meio da *Comunidade Virtual de Aprendizagem*, para colaboradores que operacionalizam o Agroamigo, com 1.134 participantes;
- Realização do *Fórum de Gestão do Agroamigo*, com vistas a promover a discussão e a avaliação dos resultados operacionais e financeiros do Programa, perante as metas estabelecidas, e proporcionar a difusão de práticas de sucesso adotadas nas unidades, além de possibilitar a integração e o alinhamento estratégico entre as equipes;
- Implantação de melhoria no Sistema Integrado de Administração de Crédito (SIAC), a fim de aperfeiçoar as atividades de emissão de parecer, em laudos de visitas de vistoria;

- Realização da 3ª turma do curso *Gestão em Microfinança Rural*, com o objetivo de aprimorar habilidades técnicas e métodos de gerenciamento em microfinança rural, alinhadas à metodologia específica do Agroamigo;
- Participação no Seminário Green Microfinance: Uma Nova Fronteira para os Serviços Financeiros Inclusivos, realizado em São Paulo, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o objetivo de discutir possibilidades e ações para integrar as iniciativas e estratégias ambientais na indústria brasileira de microfinanças;
- Implantação de melhorias nas planilhas Pronaf B – Parceiros e Pronaf B – Agência, visando propiciar agilidade na elaboração das propostas do Agroamigo Crescer;
- Implantação da Monitoração de Conformidade do Agroamigo Mais, verificando previamente as operações das demais linhas do Pronaf, exceto A, B e A/C, possibilitando o envio com maior conformidade para as Centrais de Crédito, com isso, agilizando o processo de contratação;
- Realização de 306 eventos, abordando as temáticas “O papel da mulher na Agricultura Familiar” e “Novas Tecnologias e Agricultura Familiar”, com o objetivo de divulgação do Programa, prospecção de negócios de crédito e de renegociação de dívidas, a fidelização e capacitação dos clientes, bem como o aprimoramento do relacionamento com parceiros institucionais, que contaram com a participação de mais de 16 mil clientes.

Destacamos ainda as ferramentas gerenciais abaixo, utilizadas para monitoramento dos resultados e adoção de ações corretivas, buscando o alcance das metas:

- Acompanhamento diário da Contratação do Agroamigo Crescer e Mais, por Gerência e Unidade de Atendimento do Agroamigo;
- Apuração do Desempenho Mensal por Gerência do Agroamigo e por Unidade de Atendimento do Agroamigo;
- Categorização das Carteiras do Agroamigo, classificando-as em “AA, A, B, C e D”, conforme indicadores de desempenho definidos, dentre os quais destacamos: Contratação do Agroamigo Crescer, Contratação do Agroamigo Mais, Reembolso Efetivo, Renovação Efetiva;
- Acompanhamento mensal dos saldos contratados e não liberados, com vistas ao desembolso tempestivo dos recursos financiados, dentre outras;
- Divulgação diária, para as Gerências Estaduais, das operações liberadas pelas Centrais de Crédito para contratação.

Por fim, enfatizamos as melhorias de processo e automatizações, realizadas nas rotinas de contratação, as quais impactaram positivamente no cumprimento das metas estabelecidas.

3.1.2 – Setor Agroindustrial

No decorrer do ano de 2015, o Setor Agroindustrial aplicou R\$ 125,4 milhões, o que representou 1,1% do volume contratado pelo FNE no período (Tabela 11). Considerando o volume de recursos contratados pelo Setor no exercício de 2014, observa-se recuperação dos financiamentos para o Setor Agroindustrial incremento nominal de 171,6% entre os dois períodos.

Dentre as atividades agroindustriais financiadas, duas delas (abate e preparação de carne, aves e pescado, além de processamento e beneficiamento de cana-de-açúcar), foram responsáveis por 64,0% das contratações no setor, absorvendo cerca de R\$ 80,1 milhões (Tabela 11). Ressalte-se a carência regional em abatedouros na Região, conforme demonstrado por Vidal e Gonçalves (2010) e Santos *et al* (2012), daí a importância das contratações nessa atividade.

Tabela 11– FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Exercício de 2015

Atividades	Valores em R\$ mil		
	Valor	% Setor	% FNE
Abate e prepar.prod.carne, aves e pescado	36.448	29,2	0,3
Avicultura	45	-	-
Bubalinocultura (Bufalo)	285	0,2	-
Fruticultura	5.121	4,1	-
Ind. de transformação	1.286	1,0	-
Ind. prod. alimenticios	5.611	4,5	-
Laticínios	4.658	3,7	-
Moagem e beneficiamento	6.810	5,4	0,2
Olericultura	42	-	-
Proces. benef. cana de açúcar	43.651	34,8	0,4
Proces. benef. castanha de caju	2.127	1,7	-
Proces. benef. frutas e hortaliças	6.714	5,4	0,1
Proces. benef. mel de abelha	265	0,2	-
Proces. benef. óleos e gorduras vegetais e animal	5.386	4,3	-
Produção de ovos	134	0,1	-
Raízes e tubérculos	27	-	-
Outras atividades	6.790	5,4	0,1
Total	125.400	100,0	1,1

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na região do semiárido nordestino, o Setor Agroindustrial contratou o montante de R\$ 28,2 milhões, representando 22,5% das contratações realizadas por esse segmento e 0,7% do total contratado na região semiárida (Tabela 1.A). Apesar da participação do Setor na região semiárida haver decrescido, passando de 56,7%, em 2014, para 22,5% no ano de 2015, o volume nominal de recursos destinados no presente exercício foi 7,9% superior.

Os contratos realizados com recursos do FNE no Setor Agroindustrial beneficiaram todos os estados da área de atuação do BNB, num total de 520 municípios, que representam 26,1% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabela 36). O estado de Alagoas foi responsável pela maior parte do volume de recursos contratados, com cerca de R\$ 26,4 milhões, ou 21,1% do total de recursos destinados ao setor, seguido pelo estado de Pernambuco, R\$ 25,1 milhões (20,0%) e Espírito Santo R\$ 22,4 milhões (17,9%), no ano de 2015 (Tabela 12).

Tabela 12 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações⁽¹⁾ estaduais – Exercício de 2015

Estado	Valores em R\$ mil	
	Valor	%
Alagoas	26.442	21,1
Bahia	16.243	13,0
Ceará	9.529	7,5
Espírito Santo	22.438	17,9
Maranhão	3.221	2,6
Minas Gerais	2.365	1,9
Paraíba	3.225	2,6
Pernambuco	25.127	20,0
Piauí	8.741	7,0
Rio Grande do Norte	6.198	4,9
Sergipe	1.871	1,5
Total	125.400	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Destaque-se a importância da Agroindústria para agregação de valor aos produtos primários regionais. Como foi observado, o Setor Rural continua preponderante no volume financiado pelo FNE (47,9%), constituindo potencial oferta para a Agroindústria. Permanece, então, a necessidade de adoção de políticas específicas para esse Setor.

3.1.3 – Setor Industrial

No período referente ao ano de 2015, o FNE Setor Industrial contratou R\$ 1,5 bilhão, correspondendo a 12,9% das contratações totais do FNE no período (Tabela 3), apresentando decréscimo de aproximadamente 60,0% no volume de contratações, em relação ao exercício de 2014, possivelmente afetado pela conjuntura econômica enfrentada pelo País, com desaceleração do setor e retração no índice de confiança do empresário industrial, conforme apresentado.

Nesse cenário, destacaram-se as contratações com bens de consumo não duráveis, que totalizaram R\$ 755,5 milhões, representando 51,0% das contratações do setor e 6,6% do total contratado no âmbito do FNE. Nesse grupo, as atividades da indústria alimentícia consumiram 22,5% desses recursos, conforme Tabela 13.

Tabela 13– FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Industrial – Exercício de 2015

Atividades	Valores em R\$ mil		
	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	755.490	51,0	6,6
Calçados	71.362	4,8	0,6
Produtos alimentícios	332.425	22,5	3,0
Têxteis	23.509	1,6	0,2
Gráfica	45.177	3,1	0,4
Celulose e papel	7.730	0,5	0,1
Bebidas	97.755	6,6	0,9
Eleto-eletrônica	15.431	1,0	0,1
Vestuários e acessórios	56.570	3,8	0,5
Ind.prod.farmaceuticos e defensivos agricolas	20.814	1,4	0,2
Ind. de moagem e beneficiamento	27.591	1,9	0,2
Proces.benef.castanha de caju	12.173	0,8	0,1
Ind.prod.limpez, perfumaria, cosmeticos	25.813	1,7	0,2
Indústria de gelo	4.218	0,3	0,0
Outras atividades	14.922	1,0	0,1
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	452.095	30,5	3,9
Produtos químicos	47.108	3,2	0,4
Produtos plásticos	56.670	3,8	0,5
Tintas, vernizes e esmaltes	2.392	0,2	0,0
Minerais não metálicos (inclui extr. min. não metal.)	234.011	15,7	1,9
Metal-mecânica	34.169	2,3	0,3
Madeira, exceto mobiliário	19.795	1,3	0,2
Extração de minerais metálicos	1.027	0,1	0,0
Extração de carvão, petróleo e gás	36	-	-
Produtos de borracha	1.797	0,1	0,0
Resinas e elastrômeros	30.336	2,1	0,3
Indústria de transformação	17.946	1,2	0,2
Outras atividades	6.808	0,5	0,1
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	274.484	18,5	2,4
Mobiliário	33.164	2,2	0,3
Edifícios e obras de eng. civil	7.108	0,5	0,1
Ind. adesivos, selantes, explosivos, catalizadores	1.911	0,1	0,0
Ind. transportes	101.612	6,9	0,9
Ind.combust.nucleares, refino petroleo e álcool	7.497	0,5	0,1
Reparação e conservação	2.966	0,2	0,0
Outros	120.226	8,1	1,0
Total	1.482.069	100,0	12,9

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O segmento de bens de consumo intermediário obteve participação de 30,5% no total contratado no Setor Industrial, o que representou um volume de recursos de R\$ 452,1 milhões, em 2015, ou seja, 3,9% das contratações efetivadas no FNE. A atividade de maior destaque nesse segmento está relacionada à Indústria de Minerais não Metálicos (R\$ 234,0 milhões), conforme Tabela 13.

No que se refere às contratações no segmento de bens de capital e de consumo duráveis, registram-se contratações no valor de R\$ 274,5 milhões, o que corresponde a 18,5% do total contratado no Setor Industrial e 2,4% dos valores contratados no âmbito do FNE (Tabela 13). A despeito da queda verificada no volume de recursos destinado ao Setor Industrial, em relação ao exercício anterior, este segmento absorveu 14,1% a mais, em 2015.

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 485,1 milhões dos recursos do FNE Setor Industrial, correspondendo a 32,7% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que, do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Industrial contribuiu com 11,9%, ou seja, 1,5 p.p. a mais que em 2014 (Tabela 1.A).

O FNE Setor Industrial atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 537 municípios no ano de 2015, o que representa 27,0% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 36). Os estados do Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia, receberam a maior parcela dos recursos e, juntos, foram responsáveis por 72,9% das contratações do FNE - Setor Industrial (Tabela 14).

Tabela 14 - FNE - Setor Industrial - Contratações ⁽¹⁾ estaduais - Exercício de 2015

Estado	Valores em R\$ mil	
	Valor	%
Alagoas	32.689	2,2
Bahia	216.155	14,6
Ceará	352.025	23,7
Espírito Santo	33.542	2,3
Maranhão	33.011	2,2
Minas Gerais	243.399	16,4
Paraíba	141.836	9,6
Pernambuco	269.622	18,2
Piauí	42.363	2,9
Rio Grande do Norte	54.639	3,7
Sergipe	62.788	4,2
Total	1.482.069	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.4 – Setor Turismo

Foi contratado pelo Setor Turismo, no período em análise, o montante de R\$ 525,9 milhões, representando 4,6% das contratações totais do FNE no período. Ressalte-se que o total contratado nesse segmento cresceu 7,7% em relação ao ano anterior (Tabela 3).

As atividades relacionadas a hospedagem cresceram substancialmente em relação entre 2014 e 2015, absorvendo 65,0% dos recursos desse Setor (R\$ 341,9 milhões), contra R\$ 173,7 milhões (35,6%) relativamente ao ano de 2014 (Tabela 15).

Tabela 15 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Turismo – Exercício de 2015

Atividades	Valores em R\$ mil		
	Valor	% Setor	% FNE
TURISMO	525.861	100,0	4,6
Hospedagem	341.915	65,0	3,0
Transportes	27.168	5,2	0,2
Alimentação	22.782	4,3	0,2
Entreterimento	17.864	3,4	0,2
Imobiliárias e alugueis	114.075	21,7	1,0
Outras atividades	2.057	0,4	-
Total	525.861	100,0	4,6

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A região semiárida foi beneficiada com cerca de R\$ 44,0 milhões dos recursos do FNE - Setor Turismo em 2015, correspondendo a 8,4% das contratações desse Setor (Tabela 1.A).

O FNE - Setor Turismo atendeu aos onze estados da área de atuação do Banco, beneficiando 173 municípios em 2015, o que representa 8,7% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 36). O estado da Bahia recebeu a maior parcela dos recursos (31,9%) que, somados ao Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará, foram responsáveis por 84,4% das contratações do FNE no Setor (Tabela 16).

Tabela 16– FNE – Setor Turismo – Contratações⁽¹⁾ estaduais – Exercício de 2015

Estado	Valores em R\$ mil	
	Valor	%
Alagoas	85.800	16,3
Bahia	167.906	31,9
Ceará	69.988	13,3
Espírito Santo	2.611	0,5
Maranhão	4.056	0,8
Minas Gerais	661	0,1
Paraíba	8.162	1,6
Pernambuco	53.719	10,2
Piauí	10.499	2,0
Rio Grande do Norte	120.568	22,9
Sergipe	1.891	0,4
Total	525.861	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.5– Setor Comércio e Serviços

O FNE - Setor Comércio e Serviços contratou, no ano de 2015, cerca de R\$ 3,4 bilhões, representando 29,2% do total do FNE (Tabela 3). Em relação ao número de operações, observou-se, no período em referência, a contratação de 24.399 operações (Tabela 3). A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada com a importância do Setor para a economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

No segmento de Comércio, que contratou 62,7% (R\$ 2,1 bilhões) do Setor, observou-se incremento de 10,8% no volume de contratações, em relação ao exercício de 2014. Merece registrar que ao comércio varejista foi destinado 80,0% do montante do referido segmento (Tabela 17).

Tabela 17–FNE–Contratações⁽¹⁾ por atividade no Setor Com. Serviços–Exercício de 2015

Atividade	Valores em R\$ mil		
	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	2.106.774	62,7	18,3
Comércio varejista	1.684.849	50,1	14,6
Comércio atacadista	325.564	9,7	2,8
Alimentação	66.065	2,0	0,6
Intermediários do comércio	5.842	0,2	0,1
Outros	24.454	0,7	0,2
SERVIÇOS	1.256.407	37,3	10,9
Assessoria, consultoria e treinamento	10.873	0,3	0,1
Imobiliárias e aluguéis	300.069	8,9	2,5
Saúde	173.316	5,2	1,5
Serv. auxiliar à indústria	25	-	-
Telecomunicações	17.212	0,5	0,2
Educação	118.304	3,5	1,0
Transporte rodoviário	91.583	2,7	0,8
Reparação e conservação	23.218	0,7	0,2
Serviços Pessoais	22.381	0,7	0,2
Edifícios e obras de eng.civil	88.659	2,6	0,8
Entretenimento e lazer	48.992	1,5	0,4
Informática	6.636	0,2	0,1
Aluguel máq. e equipamento	55.364	1,6	0,5
Ativ. aux. transportes	141.983	4,2	1,2
Serv. aux. adm.empresas	34.301	1,0	0,3
Serv. aux. de construção	5.258	0,2	0,1
Serv. aux. agropec. extrativismo e silvicultura	4.885	0,1	0,0
Alimentação	19.311	0,6	0,2
Outros	94.037	2,8	0,8
Total	3.363.181	100,0	29,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na distribuição dos recursos por região climática, o semiárido foi beneficiado com R\$ 1,2 bilhão dos recursos do FNE Setor Comércio e Serviços no ano de 2015, correspondendo a 37,0% dos valores contratados pelo Setor (Tabela 1.A).

Vale ressaltar que na área de abrangência do Banco, as capitais dos estados são as maiores demandantes de recursos deste Setor, e estão situadas fora do semiárido, podendo justificar a diferença percentual entre as duas regiões.

Em relação à distribuição espacial, o FNE Setor Comércio e Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco. As unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram: Bahia (R\$ 888,6 milhões), Ceará (549,6 milhões), Pernambuco (R\$ 430,3 milhões) e Maranhão (R\$ 341,2 milhões), as quais absorveram 65,7% dos recursos destinados ao Setor (Tabela 18).

Tabela 18– FNE – Contratações⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comércio e Serviços – Exercício de 2015

Estado	Quantidade	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Alagoas	733	3,0	125.785	3,7
Bahia	4.724	19,4	888.622	26,4
Ceará	4.516	18,5	549.583	16,3
Espírito Santo	346	1,4	40.518	1,2
Maranhão	1.946	8,0	341.223	10,2
Minas Gerais	1.401	5,7	141.115	4,2
Paraíba	2.013	8,3	211.213	6,3
Pernambuco	3.405	14,0	430.325	12,8
Piauí	1.465	6,0	288.516	8,6
Rio Grande do Norte	2.506	10,3	221.643	6,6
Sergipe	1.344	5,5	124.638	3,7
Total	24.399	100,0	3.363.181	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Conforme visto na Tabela 36, o FNE - Setor Comércio e Serviços, esteve presente em 1.686 municípios, representando 84,7% dos municípios da área de atuação do FNE. Em 2014 havia alcançado 73,7% destes municípios.

3.1.6– Setor Infraestrutura

O Setor Infraestrutura, através do FNE, contratou cerca de R\$ 488,6 milhões no ano de 2015, o que correspondeu a 4,3% do total contratado pelo FNE no mesmo período (Tabela 3). Embora esse valor represente soma superior ao dobro do volume de recursos alocados para esse Setor em 2014, o indicador percentual reflete claramente a implementação, pelo Banco do Nordeste, de diretriz do Governo Federal no sentido de destinar os recursos do FNE aos empreendimentos de menor porte. Ressalte-se que, em geral, os financiamentos para infraestrutura requerem expressivo volume de recursos e são realizados por empreendedores de grande porte.

Em 2015, das três atividades que obtiveram recursos, conforme Tabela 19, aquelas vinculadas às Telecomunicações absorveram 75,8% do total de recursos do FNE destinados ao Setor.

Tabela 19– FNE -Contratações ⁽¹⁾ por atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2015

Atividade	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
Telecomunicações	370.615	75,8	3,3
Ativs. aux. transportes	44.810	9,2	0,4
Prod. e distrib..eletricidade, gas e agua	73.212	15,0	0,6
Total	488.637	100,0	4,3

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Do montante contratado neste Setor 82,3% foi destinado à região fora do semiárido. Contudo, os efeitos de contratações dessa natureza transbordam e podem afetar positivamente todo o tecido econômico e social da Região.

Os estados Ceará (75,8%), Pernambuco (15,0%) e Bahia (9,2%) concentraram os recursos do Setor em 2015, conforme a Tabela 20.

Tabela 20– FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2015

Estado	Valores em R\$ mil	
	Valor	%
Bahia	44.810	9,2
Ceará	370.615	75,8
Pernambuco	73.212	15,0
Total	488.637	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.2 – Valores programados e valores realizados

No exercício de 2015, foram contratados aproximadamente R\$ 11,5 bilhões no âmbito do FNE, o que corresponde a 89,1% do montante de recursos projetados para este exercício (Tabela 21), da ordem de R\$ 12,9 bilhões.

Observa-se que dois estados ultrapassaram os valores programados para contratação em 2015, quais sejam: Bahia (113,5%) e Minas Gerais (113,0%). A atividade que apresentou o maior volume de recursos financiados na Bahia foi o cultivo de grãos, principalmente o da soja. Relativamente ao estado de Minas Gerais, a Indústria de Produção de Alimentos concentrou 28,9% dos recursos contratados no Estado, no período de 2015.

Os demais estados não atingiram os valores programados para contratações nesse exercício. Os estados do Espírito Santo, de Pernambuco e de Sergipe apresentaram a menor relação valor contratado/valor programado, e o estado do Espírito Santo apresentou a menor proporção, o equivalente a 47,4%. Em média, estes estados contrataram 59,0% dos valores programados para os mesmos, enquanto os demais, excetuando-se os estados da Bahia e de Minas Gerais, apresentaram volumes médios contratados de 84,0% dos valores programados.

Tabela 21– FNE – Valores programados e realizados por estado – Exercício de 2015

UF	Valores em R\$ mil		
	Programação (A)	Contratações ⁽¹⁾ (B)	% B/A
Alagoas	585.000	430.740	73,6
Bahia	2.830.000	3.211.568	113,5
Ceará	1.960.000	1.795.346	91,6
Espírito Santo	320.000	151.772	47,4
Maranhão	1.260.000	1.218.330	96,7
Minas Gerais	705.000	796.851	113,0
Paraíba	790.000	631.454	79,9
Pernambuco	1.860.000	1.229.930	66,1
Piauí	1.145.000	1.061.452	92,7
Rio Grande do Norte	860.000	595.658	69,3
Sergipe	585.000	372.126	63,6
Total	12.900.000	11.495.227	89,1

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Ressalta-se que os esforços empreendidos pelas unidades operadoras do BNB foram efetivos no sentido de estimular a demanda por investimentos nos vários setores produtivos, em consonância com as políticas e programas dos governos estaduais e municipais, bem como com a PNDR.

A programação elaborada para o exercício de 2015 foi revista. Reduziu-se a previsão de alocação de recursos em R\$ 400,0 milhões (de R\$ 13,3 bilhões para R\$ 12,9 bilhões), e realocaram-se recursos para os setores Rural e de Infraestrutura. O Setor de Infraestrutura foi o mais impactado, alterando-se a meta de R\$ 155,0 milhões para R\$ 415,0 milhões.

Houve um aumento de R\$ 65,0 milhões na projeção de financiamento por mesorregião (PNDR). E a meta de contratações na região do semiárido foi reduzida em R\$ 400,0 milhões.

A redução da meta para o semiárido, de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 3,2 bilhões, justifica-se pela redução da atividade econômica observada, de maneira geral, na economia brasileira, agravada no Nordeste devido ao longo período de estiagem que vem assolando a região semiárida, nos últimos cinco anos. Além disso, as taxas de juros dos Programas do FNE para o semiárido, em 2013, deixaram de apresentar um diferencial de atratividade, relativamente às áreas fora do semiárido, tornando a alocação de recursos para aquela região climática ainda mais difícil.

Nos setores Rural e de Infraestrutura as contratações atingiram mais de 100,0% da respectiva meta para o mesmo exercício. Nos demais setores as contratações não atingiram a meta programada (Tabela 22). Os valores contratados nos demais setores, excetuando-se os setores Rural e de Infraestrutura, atingiram 73,8% dos valores projetados.

Tabela 22 – FNE – Valores programados e realizados por Setor – Exercício de 2015

UF	Valores em R\$ mil		
	Programação (A)	Contratações ⁽¹⁾ (B)	% B/A
Rural	5.035.000	5.510.079	109,4
Agroindustrial	200.000	125.400	62,7
Industrial	2.765.000	1.482.069	53,6
Turismo	615.000	525.861	85,5
Infraestrutura	415.000	488.637	117,7
Comercial e serviços	3.870.000	3.363.181	86,9
Total	12.900.000	11.495.227	89,1

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No âmbito das contratações por região climática (dentro e fora do semiárido), foram programados para aplicação, na região semiárida 50,0% dos ingressos no exercício, no montante de R\$ 3,2 bilhões. Nesse

exercício de 2015, foram aplicados R\$ 4,1 bilhões, ultrapassando a meta programada em 27,4%. (Tabelas 3 e 23).

Tabela 23 – Percentual de contratações⁽¹⁾ no semiárido em relação à meta programada – Exercício de 2015

Região	Contratações	Valor mínimo de aplicação programado ⁽¹⁾	Valores em R\$ mil
			Contratações / Valor mínimo de aplicação programado
Semiárido	4.072.675	3.197.391	127,4%

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar; (2) Mínimo de 50% dos ingressos de recursos transferidos pela STN.

No que se refere às mesorregiões definidas pelo MI, atendendo às prioridades estabelecidas pela PNDR, os valores contratados ultrapassaram a programação para o exercício de 2015 em 18,5% (Tabela 24).

Todas as sete mesorregiões da PNDR atingiram a meta programada para as contratações, e a relação realizado/programado está entre 103,7% e 131,5% (Tabela 24).

Na mesorregião da Chapada das Mangabeiras, 77,1% dos recursos foram contratados nas atividades de cultivo de grãos, predominantemente soja e milho, que totalizam 518,5 milhões⁷. Outras atividades notadamente financiadas, nessa mesorregião, foram a cultura do algodão e a bovinocultura.

A mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri apresentou aplicações de R\$ 356,7 milhões⁸ predominantemente nas atividades de bovinocultura, de bebidas, com a cultura do café; e do comércio varejista.

Na mesorregião da Chapada do Araripe, os maiores volumes de contratações foram realizados nas atividades de bovinocultura, comércio varejista⁹ e ovinocultura. Na Mesorregião do Xingó, os maiores volumes contratados foram nas atividades de bovinocultura; cultivo de grãos, predominantemente o milho; e comércio varejista¹⁰.

⁷ Base do Ativo do BNB.

⁸ Base do Ativo do BNB.

⁹ Base do Ativo do BNB.

¹⁰ Base do Ativo do BNB.

Na mesorregião de Bico do Papagaio, o montante financiado em bovinocultura, comércio varejista e cultivo de grãos, representam 81,4% do total contratado nessa mesorregião, no exercício de 2015¹¹.

A mesorregião do Seridó absorveu R\$ 114,1 milhões¹² e, 57,3% dos financiamentos estão relacionados às atividades de bovinocultura, comércio varejista.

Por fim, na mesorregião de Águas Emendadas, aproximadamente R\$ 28,6 milhões¹³ o que equivale a 63,4% do total dos recursos aportados, estão relacionados às atividades de bovinocultura e cultivo de grãos, principalmente soja.

Tabela 24 – FNE – Projetos contratados⁽¹⁾ nas mesorregiões PNDR – Exercício de 2015

Mesorregiões	Valores em R\$ mil		
	Programado (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Águas Emendadas	35.000	45.176	129,1
Bico do Papagaio	120.000	157.804	131,5
Chapada das Mangabeiras	600.000	677.694	112,9
Chapada do Araripe	290.000	380.300	131,1
Seridó	110.000	114.071	103,7
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	310.000	356.737	115,1
Xingó	260.000	312.057	120,0
Total	1.725.000	2.043.839	118,5

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Para os municípios das tipologias de renda da PNDR consideradas prioritárias, foram programados, nesse exercício de 2015, cerca de R\$ 9,0 bilhões. Ao final do exercício, foram contratados nesses municípios aproximadamente R\$ 9,1 bilhões, ultrapassando a meta em 1,4% (Tabela 25).

¹¹ Base do Ativo do BNB.

¹² Base do Ativo do BNB.

¹³ Base do Ativo do BNB.

Tabela 25 – FNE – Valores programados e realizados por tipo de município – Exercício de 2014

Tipologia	Valores em R\$ mil		
	Programação (A)	Contratações(1) (B)	% (B/A)
Alta renda	3.870.000	2.341.400	60,5
Tipologias prioritárias (baixa renda, estagnada, dinâmica)	9.030.000	9.153.827	101,4
Total	12.900.000	11.495.227	89,1

Fonte: BNB – Ambiente de Políticas de Desenvolvimento.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3 – Impactos redistributivos das aplicações do FNE

3.3.1 – Contratações por estado

O BNB contratou em 2015, com recursos do FNE, em todos os estados da sua área de atuação, merecendo destaque a Bahia (R\$ 3,2 bilhões), o Ceará (R\$ 1,8 bilhão) e Pernambuco (R\$ 1,2 bilhão), que juntos representaram 54,3% dos recursos no período (Tabela 26).

Tabela 26 – FNE – Contratações e demanda de recursos por estado – Exercício de 2015

Estado	Valores em R\$ mil				
	Contratações ⁽¹⁾	%	Propostas em Carteira ⁽²⁾	Demanda Total	%
Alagoas	430.740	3,8	59.817	490.557	3,8
Bahia	3.211.568	27,9	322.466	3.534.034	27,4
Ceará	1.795.346	15,6	356.651	2.151.997	16,7
Espírito Santo	151.772	1,3	102.796	254.568	2,0
Maranhão	1.218.330	10,6	54.718	1.273.048	9,9
Minas Gerais	796.851	6,9	57.142	853.993	6,6
Paraíba	631.454	5,5	68.558	700.012	5,4
Pernambuco	1.229.930	10,7	276.868	1.506.798	11,7
Piauí	1.061.452	9,2	38.840	1.100.292	8,5
Rio Grande do Norte	595.658	5,2	16.998	612.656	4,8
Sergipe	372.126	3,2	36.989	409.115	3,2
Total	11.495.227	100,0	1.391.843	12.887.070	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

As propostas em carteira totalizaram R\$ 1,4 bilhão no final do exercício de 2015, volume nominal 34,4% inferior ao registrado no ano anterior. Assim, a demanda total de recursos pelos estados no exercício

de 2015 (R\$ 12,9 bilhões) apresentou-se 17,3% inferior à demanda total do exercício de 2014 (R\$ 15,6 bilhões). A queda nos índices de confiança do empresário (indústria, comércio e serviços) e do consumidor, associada à retração econômica discutidas no capítulo “Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste” podem explicar em parte esse quadro.

Com relação aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, no exercício de 2015, verifica-se que apenas os estados de Alagoas e Sergipe não atingiram o piso de 4,5% do total de contratações do Fundo. Vale destacar que o estado do Espírito Santo que apresenta 1,3% das contratações realizadas em 2015, não está compreendido no limite mínimo estabelecido. No que se refere ao limite superior, observa-se que, a exemplo de anos anteriores, nenhum estado obteve volume de contratações acima a 30,0%, conforme recomendações internas do BNB (Tabela 26).

Considerando-se o período acumulado de 1989 a 2015, todos os estados atingiram o piso de 4,5%, com exceção do estado do Espírito Santo (1,2%), cuja região Norte, composta por 28 municípios de um total de 78 do Estado, foi integrada à área de atuação do Banco do Nordeste no ano de 1999, iniciando-se, a partir desse ano, o atendimento pelo FNE, com dez anos de defasagem em relação aos demais estados da área de atuação do Banco. Contudo, conforme abordado no parágrafo anterior, essa unidade da federação está excluída do atendimento a esse limite mínimo de contratações (Tabela 27).

No acumulado, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R\$ 45,4 bilhões), Ceará (R\$ 27,8 bilhões), Pernambuco (R\$ 24,8 bilhões) e Maranhão (R\$ 19,2 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por aproximadamente 64,9% do total dos valores contratados. A distribuição de recursos por estado está diretamente relacionada às bases econômicas dos mesmos que tendem a crescer e tornar cada vez mais equitativa essa distribuição de recursos, na área de atuação do FNE (Tabela 27).

Tabela 27– FNE – Contratações⁽¹⁾ acumuladas por estado – Período: 1989 a 2015

Estado	Valores em R\$ mil	
	Valor ⁽²⁾	%
Alagoas	8.555.875	4,7
Bahia	45.384.171	25,1
Ceará	27.797.874	15,4
Espírito Santo	2.102.314	1,2
Maranhão	19.153.660	10,6
Minas Gerais	9.037.399	5,0
Paraíba	9.912.798	5,5
Pernambuco	24.828.827	13,8
Piauí	13.198.084	7,3
Rio Grande do Norte	11.676.718	6,5
Sergipe	8.756.700	4,9
Total	180.404.420	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas:(1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. Inclusive operações ao amparo de Repasses do FNE ao BNB com base no Art. 9º A da Lei nº 7.827/89. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI.

O número de beneficiários do FNE totalizou 1,46 milhão no exercício de 2015. O estado com o maior número de beneficiários foi a Bahia (318,8 mil), seguido do Ceará (199,8 mil), Pernambuco (158,0 mil) e Piauí (147,0 mil) (Tabela 28).

Tabela 28 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em relação ao número de beneficiários – Exercício de 2015

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº. de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R\$/Benef.	Ordem
Alagoas	430.740	78.906	5.458,90	10
Bahia	3.211.568	318.849	10.072,38	2
Ceará	1.795.346	199.800	8.985,72	3
Espírito Santo	151.772	2.065	73.497,34	1
Maranhão	1.218.330	144.704	8.419,46	4
Minas Gerais	796.851	144.290	5.522,57	9
Paraíba	631.454	131.595	4.798,46	11
Pernambuco	1.229.930	157.957	7.786,49	5
Piauí	1.061.452	146.991	7.221,20	6
Rio Grande do Norte	595.658	81.544	7.304,74	7
Sergipe	372.126	55.701	6.680,78	8
Total	11.495.227	1.462.402	7.860,51	-

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário no exercício de 2015 foi de R\$ 7.860,51, 21,2% inferior àquele do exercício de 2014 (R\$ 9.978,98). A maior relação crédito por beneficiário foi observada no estado do Espírito Santo (R\$ 73.497,34) cujo valor apresenta-se distante das três maiores relações contratação/beneficiário apresentadas pelos estados da Bahia, Ceará e Maranhão, conforme a Tabela 28.

Considerando-se toda a área de atuação do FNE, a relação valor contratado por residente foi de R\$ 190,30 por habitante, aproximadamente 15,1% inferior aos R\$ 224,19 por habitante registrado em 2014. O estado do Piauí apresentou a relação mais elevada, equivalente a R\$ 331,29/habitante, seguido pelos estados de Minas Gerais (R\$ 273,45/habitante), Bahia (R\$ 211,23/habitante) e Ceará (R\$ 201,62/habitante) (Tabela 29).

Tabela 29 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em relação à população residente – Exercício de 2015

Estado	Contratações ⁽¹⁾ (R\$ Mil)	População (mil hab.)	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Alagoas	430.740	3.341	128,93	11
Bahia	3.211.568	15.204	211,23	3
Ceará	1.795.346	8.904	201,62	4
Espírito Santo	151.772	932	162,92	8
Maranhão	1.218.330	6.904	176,46	5
Minas Gerais	796.851	2.914	273,45	2
Paraíba	631.454	3.972	158,97	9
Pernambuco	1.229.930	9.345	131,61	10
Piauí	1.061.452	3.204	331,29	1
Rio Grande do Norte	595.658	3.442	173,05	6
Sergipe	372.126	2.243	165,91	7
Total	11.495.227	60.405	190,30	

Fontes: 1 - BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito; 2 - IBGE/Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2015.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tendo em vista avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, a Tabela 30 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE.

No setor primário, o FNE - Setor Rural representou aproximadamente 10,9% do PIB desse Setor, gerado nos estados da área

de atuação do FNE. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário foram Piauí, Paraíba e Bahia, em torno de 34,9%, 12,6% e 12,4%, respectivamente. No restante dos estados, exceto no Espírito Santo e Alagoas, a relação contratações no Setor Rural por PIB Rural manteve-se acima de 7,0%. No caso do Espírito Santo, essa relação ficou em 3,4% (Tabela 30).

Tabela 30 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em relação ao PIB dos estados – Exercício de 2015

Unidade geográfica	FNE Setor Rural / PIB Setor Primário		(FNE Setor Industrial + FNE Setor Turismo) / PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	4,0	10	1,7	4
Bahia	12,4	3	0,9	8
Ceará	7,9	8	1,9	2
Espírito Santo ⁽²⁾	3,4	11	0,7	9
Maranhão	10,7	6	0,3	11
Minas Gerais ⁽³⁾	11,4	4	5,0	1
Paraíba	12,6	2	1,8	3
Pernambuco	7,7	9	1,1	7
Piauí	34,9	1	1,3	6
Rio Grande do Norte	11,3	5	1,4	5
Sergipe	8,8	7	0,7	10
Área de Atuação do FNE	10,9	-	1,3	-

Fontes: 1 - BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito; 2 - IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios 2012.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os PIBs Rural e Industrial do Norte do Espírito Santo correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE. (3) Os PIBs Rural e Industrial do Norte de Minas Gerais correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE; (4) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2013 atualizado para dezembro de 2015 pelo IGP-DI da FGV.

No setor secundário, a importância relativa da soma entre o FNE Setor Industrial e o FNE Setor Turismo sobre o PIB do Setor Secundário foi de 1,3%, com participações mais expressivas apresentadas pelos estados de Minas Gerais (5,0%), Ceará (1,9%), Paraíba (1,8%) e Alagoas (1,7%) (Tabela 36).

3.3.2 – Contratações no semiárido e fora do semiárido

A área de atuação do FNE não incluía as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o Norte do Espírito Santo, que foram incorporadas em 1999. Observa-se que essa unidade da federação, bem como alguns dos municípios do estado de Minas Gerais que compõem os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha estão localizados fora do semiárido, o que ocasionou uma ampliação na relação dessa zona climática e a área de atuação total do FNE.

O BNB atende ao dispositivo legal que estabelece a obrigatoriedade de aplicação mínima no semiárido de 50,0% dos ingressos de recursos anuais para o FNE, relação que ficou em 63,7% em 2015 (Tabela 31).

Considerando o período 1989 a 2015, foram alocados R\$ 69,0 bilhões para esse espaço. As localidades fora do semiárido, especialmente o litoral, a Zona da Mata, e as áreas dos serrados nordestinas que compõem a nova fronteira agrícola do País, localizadas no oeste da Bahia, sul do Maranhão e sul do Piauí, por possuírem maior base econômica instalada, captaram recursos na ordem de R\$ 111,4 bilhões, nesse mesmo período.

No exercício de 2015, foram contratados, com recursos do FNE, R\$ 4,1 bilhões na região do semiárido nordestino. Aproximadamente, 967,4 mil pessoas e empresas foram favorecidas com recursos do FNE nesse espaço territorial, equivalendo a 66,1% do total de beneficiários do Fundo, no período em análise (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2015
Valores em R\$ mil

Região	Nº. de beneficiários	%	Valor
Semiárido	967.360	66,1	4.072.675
Fora do semiárido	495.042	33,9	7.422.552
Total	1.462.402	100,0	11.495.227

3.3.2.1 – Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

O Banco do Nordeste adota ações sistemáticas no sentido de elevar a participação do FNE no semiárido brasileiro, espaço que se caracteriza pelas frequentes secas, geralmente atribuídas à ausência, escassez, alta variabilidade espacial e temporal das chuvas, e está presente em 10 dos 11 estados que compõem a área de atuação do FNE.

Para isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o Banco busca promover a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes nessa região climática.

A Programação do FNE, por exemplo, é o instrumento normativo e de planejamento direcionador dos financiamentos anuais desse Fundo Constitucional. Anualmente é elaborada sob a coordenação do Banco do Nordeste com ativa participação da SUDENE e do Ministério da Integração Nacional, além da contribuição dos governos estaduais, dos movimentos sociais e dos setores produtivos.

Para elevar as aplicações nessa subregião, projetos que venham a se localizar no semiárido continuam sendo considerados como prioritários, para efeito de aplicação do FNE, podendo contar com maiores limites de financiamento e de prazos para pagamento.

Entretanto, a partir da Lei nº 12.793/2013, os encargos financeiros e o bônus de adimplência do FNE e dos demais fundos constitucionais de financiamento passaram a ser estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Assim, por meio da Resolução CMN nº 4.297, de 30/12/2013, foi definido um bônus de adimplência de 15% sobre a taxa de juros vigente, independente da localização do empreendimento financiado (dentro ou fora do Semiárido).

Ainda em 2013, foram incluídas para as superintendências estaduais, metas específicas no Programa de Ação do Banco para aplicação dos recursos do FNE no semiárido. Por meio da atribuição de pontuação específica por eficácia, as superintendências estaduais e agências são estimuladas a aplicarem recursos do FNE em empreendimentos localizados na região semiárida.

Ainda nesse aspecto, em 2015 foram realizados 189 eventos de FNE Itinerante, representando incremento de quase 90% em relação à edição anterior, dos quais 107 em municípios do semiárido. Tais eventos são voltados para promoção e divulgação, de maneira prática e objetiva, das possibilidades de financiamento com recursos do FNE às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e aos microempreendedores individuais (MEIs), especialmente no setor de comércio e serviços. Os municípios priorizados são aqueles que atendem a certos critérios coadunados às prioridades espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), notadamente o semiárido. Desde 2010, quando foi instituído o FNE Itinerante, foram realizados 533 eventos, sendo que 421 no Semiárido, ou seja, praticamente 79% dos eventos foram nessa sub-região. Ressalte-se que houve evolução ano a ano, na quantidade de eventos, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Número de eventos realizados no âmbito de FNE Itinerante – 2010-2015

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Número de Eventos	11	65	68	79	91	107	421

Fonte: BNB - Ambiente de Políticas de Desenvolvimento.

Atualmente existem 1.134 municípios no Semiárido. Assim, os 421 eventos de FNE Itinerante correspondem ao atendimento a 37,1% desses municípios.

Também merecem destaque as seguintes iniciativas:

- a) Expansão do programa de exportação a empresas do semiárido: em sintonia com as diretrizes do Governo Federal voltadas a estimular as exportações e a geração de divisas, a Diretoria do Banco do Nordeste aprovou a ampliação das condições do programa Nordeste Exportação (NEXPORT)

expandindo o seu alcance para as empresas exportadoras de grande porte da Região, desde que localizadas no semiárido. Em 2015 foram contratadas 11 operações, perfazendo um total de R\$ 40.872,0 mil. No período de 2010 a 2015 foram contratadas 58 operações, totalizando R\$ 176.492,6 mil.

- b) Promoção de eventos nos estados para alavancar atividades econômicas no semiárido: com a intenção de fortalecer cadeias produtivas e arranjos produtivos locais no semiárido e, conseqüentemente, impulsionar os respectivos financiamentos, o Banco do Nordeste organiza e participa, frequentemente, de eventos para discutir as dificuldades, desafios e medidas para incentivar a ampliação do mercado de atividades econômicas desenvolvidas na região semiárida, interagindo suas ações creditícia e supletiva de instituição financeira de desenvolvimento regional, bem como articulando parcerias com várias instituições para complementação de ações.

Assim, podemos citar o projeto piloto da bovinocultura de leite implementado em Sobral - CE e alguns municípios circunvizinhos, que tem como objetivo aumentar em 25% a produtividade leiteira (litros/matriz/dia) do rebanho bovino de 150 pecuaristas dos municípios integrantes do Polo de Sobral, em três anos, e teve como ápice o evento de sua implantação, ocorrido em outubro de 2015, contando com a participação de diversas entidades apoiadoras do aludido projeto.

Outra ação desse tipo são os vários eventos de intercâmbio de experiências de sucesso com as cisternas de produção, nos quais o BNB e os diversos parceiros promoveram capacitações, além de divulgarem seus produtos e serviços, com o objetivo precípua, por parte do Banco, de financiar os produtores que desejassem obter financiamento, visando ao incremento de sua atividade. Especificamente sobre as cisternas, trata-se de um programa que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, dentro da ação Água para Todos, que tem como objetivo levar o acesso a água a todos os brasileiros, existe o Programa Cisternas, que pelas suas características, apresenta aderência e caráter de complementaridade aos programas de financiamento do BNB como Agroamigo, PRONAF e outros programas, voltados para mini e pequenos produtores rurais. Saliente-se que o Programa Cisternas promove a formação e a capacitação para a convivência sustentável com o Semiárido.

Além dessa preocupação com o incremento das aplicações no semiárido, o Banco do Nordeste procura desenvolver ações para estimular o atendimento às áreas prioritárias da PNDR, priorizar os beneficiários de menor porte, além da contratação de novos clientes. Dentre elas, merecem destaque:

- a) Significativo aumento da capilaridade com a abertura de novas agências nos últimos anos;

- b) Implantação do *credit score* MPE para maior agilidade na concessão do crédito;
- c) Criação do Cartão FNE, em que o cliente poderá realizar contratações de longo prazo pelo celular e até mesmo pela Internet;
- d) Atuação dos assessores de microcrédito rural do Agroamigo na aplicação do Pronaf B com recursos do FNE;
- e) Participação em programas de convivência com o semiárido, com conseqüente aumento da produtividade e da competitividade de atividades potenciais e aumento da renda das famílias dessa região;
- f) Integração do crédito do FNE com ações e programas de modo integrado que englobam pesquisa, assistência técnica, parcerias, capacitação, entre outras ferramentas de apoio ao desenvolvimento;
- g) Formalização de parcerias, convênios com Federações da Indústria e Comércio com vistas a prospectar novos negócios com novo clientes;
- h) Atuação dos Agentes de Desenvolvimento na estruturação de cadeias/arranjos/aglomerados produtivos, em especial nos municípios localizados no semiárido;
- i) Promoção e atração de investimentos pelas Agências Extrarregionais com o objetivo de prospectar novos negócios e clientes para empreendimentos na Região Nordeste.

3.3.3 – Contratações por porte de beneficiário

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de mini, micro e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes receberam 41,8% do total de recursos contratados do FNE, o que equivale a, aproximadamente, R\$ 75,4 bilhões, no período de 1989 a 2015. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou cerca de R\$ 24,0 bilhões, ou seja, 13,3% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R\$ 81,0 bilhões, o equivalente a 44,8% do total dos valores contratados no âmbito do FNE (Tabela 32).

Tabela 32 – FNE – Contratações⁽¹⁾ acumuladas por porte de beneficiários – Período: 1989 a 2015

Valores em R\$ milhões		
Porte	Valor ⁽²⁾	%
Mini / Micro	60.182.721	33,4
Pequeno	10.202.350	5,7
Pequeno / Médio	5.055.558	2,8
Médio	23.991.287	13,3
Grande	80.972.504	44,8
Total	180.404.420	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas:(1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI.

Os empreendedores de mini/micro, pequeno portes predominaram em todos os setores atendidos pelo FNE, exceto no de Infraestrutura, no exercício de 2015, relativamente à quantidade de beneficiários.

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE se verificou no Setor Rural (1,42 milhão), segmento que registra 98,7% dos beneficiários responsáveis por empreendimentos que pertencem à categoria de mini/micro porte e 97,3% do total de beneficiários do Fundo no exercício de 2015 (Tabela 33).

Os beneficiários de pequeno-médio, médio e grande portes não tiveram participação significativa no total de beneficiários atendidos pelo FNE, em 2015 (Tabela 33).

Quanto aos valores contratados no exercício de 2015, 59,1% dos recursos do FNE foram destinados aos mini/micro, pequenos e pequeno-médios produtores, perfazendo um total de R\$ 6,8 bilhões. Os valores para estes portes de empreendedores foram mais expressivos nos setores: Rural (R\$ 4,1 bilhões) e Comércio e Serviços (R\$ 2,1 bilhões), conforme a Tabela 34.

Os produtores de porte médio, no exercício de 2015, obtiveram recursos da ordem de R\$ 1,7 bilhão, enquanto no segmento grande porte foram contratados R\$ 3,0 bilhões (Tabela 34).

Tabela 33 – FNE – Beneficiários por porte e setor – Exercício de 2015

Porte	Rural		Agroindustrial		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini / Micro	1.415.955	99,5	10.164	96,1	615	19,1	173	29,9	-	-	7.446	30,4	1.434.353	98,1
Pequeno	5.496	0,4	270	2,6	1.998	62,2	363	62,8	-	-	14.673	59,9	22.800	1,6
Pequeno / Médio	1.512	0,100	80	0,8	368	11,5	21	3,6	-	-	1.563	6,4	3.544	0,2
Médio	510	-	62	0,6	190	5,9	11	1,9	1	16,7	713	2,9	1.487	-
Grande	53	-	6	0,1	42	1,3	10	1,7	5	83,3	102	0,4	218	-
Total	1.423.526	100,0	10.582	100,0	3.213	100,0	578	99,9	6	100,0	24.497	100,0	1.462.402	99,9

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 34– FNE – Contratações⁽¹⁾ por porte dos beneficiários e setor – Exercício de 2015

Porte	Valores em R\$ mil												Total	
	Rural	%	Agro-industrial	%	Indústria	%	Turismo	%	Infraestrutura	%	Comércio e Serviços	%	Total	%
Mini / Micro	2.765.716	50,2	14.845	11,8	41.170	2,8	8.323	1,6	-	-	256.886	7,6	3.086.940	26,9
Pequeno	693.826	12,6	14.550	11,6	273.050	18,4	61.227	11,6	-	-	1.448.275	43,1	2.490.928	21,7
Pequeno / Médio	597.014	10,8	5.111	4,1	143.615	9,7	67.153	12,8	-	-	410.643	12,2	1.223.536	10,6
Médio	743.514	13,5	23.517	18,8	242.169	16,3	136.169	25,9	16.233	3,3	576.948	17,2	1.738.550	15,1
Grande	710.009	12,9	67.377	53,7	782.065	52,8	252.989	48,1	472.404	96,7	670.429	19,9	2.955.273	25,7
Total	5.510.079	100,0	125.400	100,0	1.482.069	100,0	525.861	100,0	488.637	100,0	3.363.181	100,0	11.495.227	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.4 – Municípios atendidos pelo FNE

A área de abrangência do FNE é composta por 1.990 municípios, sendo todos eles atendidos com recursos do Fundo neste exercício de 2015, demonstrando a amplitude da abrangência territorial do FNE, em todos os estados (Tabela 35).

Tabela 35 – FNE – Distribuição territorial dos recursos – Exercício de 2015

Estado	Nº. de municípios da área de atuação do FNE (A)	Nº. de municípios atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	102	100,0
Bahia	417	417	100,0
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	28	100,0
Maranhão	217	217	100,0
Minas Gerais	168	168	100,0
Paraíba	223	223	100,0
Pernambuco ⁽¹⁾	185	185	100,0
Piauí	224	224	100,0
Rio Grande do Norte	167	167	100,0
Sergipe	75	75	100,0
Total	1.990	1.990	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 99,8% da sua área de atuação, o que corresponde a 1.987 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 1.686 municípios no Setor Comércio e Serviços, equivalentes a 84,7% da área de abrangência do Fundo (Tabela 36).

Tabela 36– FNE – Distribuição territorial e setorial dos recursos – Exercício de 2015

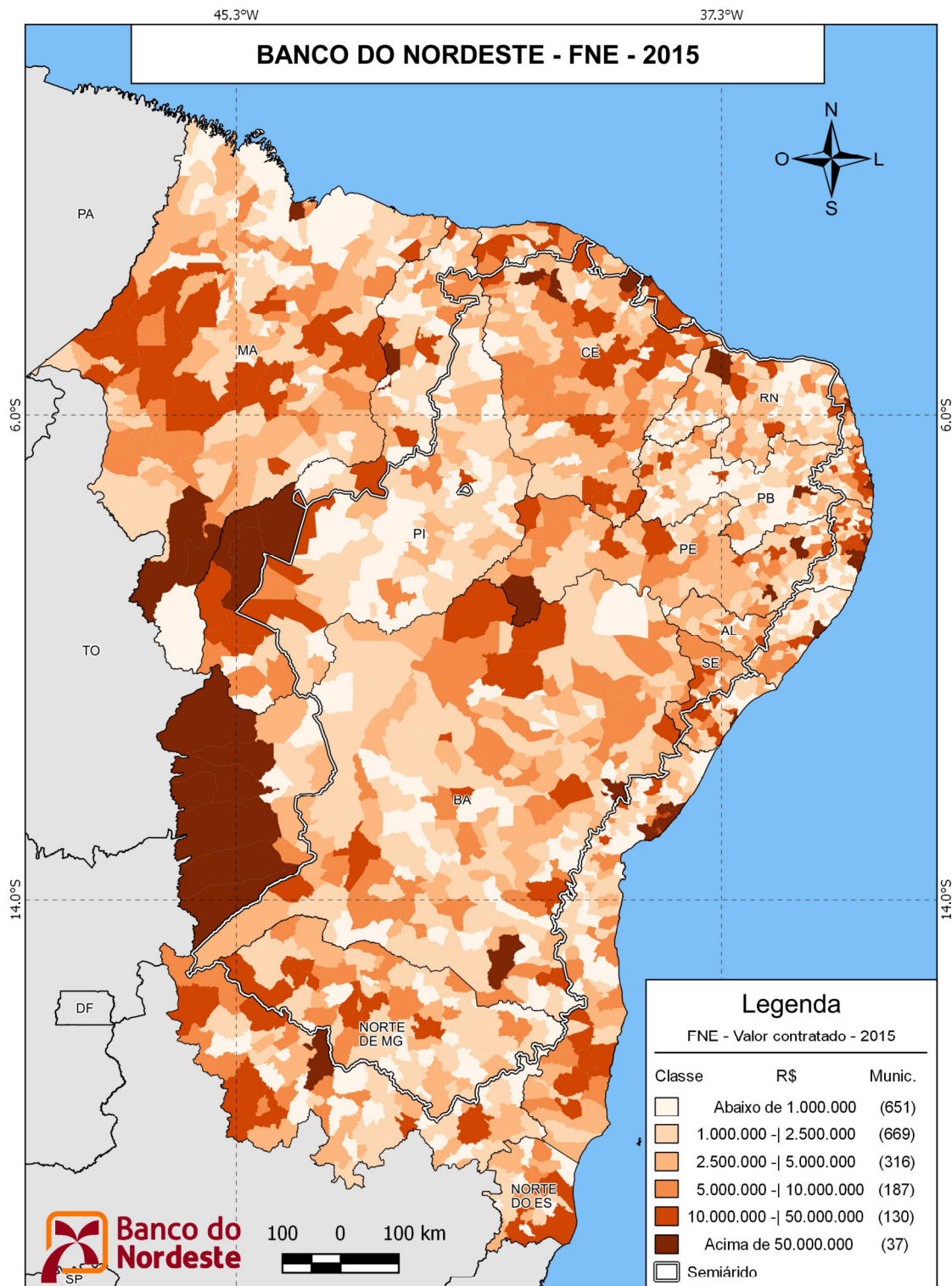
Setor	Nº. de municípios atendidos pelo FNE no período	% em relação ao nº. de municípios da área de atuação do FNE
Rural	1.987	99,8
Agroindustrial	520	26,1
Industrial	537	27,0
Infraestrutura	5	0,3
Comercial	1.686	84,7
Turismo	173	8,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Quanto à quantidade de operações por tipo de município, os de baixa e média renda realizaram 98,1% de todas as operações do Fundo, no exercício de 2015. No que se refere aos valores contratados, nesse mesmo período, a maior parte destinou-se aos municípios de média renda (R\$ 7,5 bilhões ou 65,1% dos recursos contratados).

A Figura 1 apresenta o mapa da distribuição espacial por faixa de valor contratado, onde se percebe que 66,3% dos municípios realizaram contratações nas duas primeiras faixas, até R\$ 2,5 milhões.

Figura 1 – FNE – Valor contratado - 2015



Fonte: IBGE, malha municipal digital 2014 e BNB, Ambiente de Controle e Contratações de Crédito.
 Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

Tabela 37– FNE – Contratações por tipo de município ⁽¹⁾ – Exercício de 2015

Tipologia	Valores em R\$ mil			
	Quantidade de operações	%	Valor contratado (em R\$ mil)	%
Alta Renda ⁽⁵⁾	9.457	1,9	2.341.400	20,4
Baixa Renda ⁽²⁾	148.749	29,4	1.669.580	14,5
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	175.404	34,6	3.548.136	30,9
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	172.507	34,1	3.936.111	34,2
Total	506.117	100,0	11.495.227	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

3.4 – Repasses do FNE a outras instituições

Em conformidade com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827 de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores poderão repassar recursos dos fundos constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar, pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estruturas operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Assim, com o objetivo de ampliar ainda mais a capilaridade do FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras. No exercício de 2015, três instituições receberam repasses de recursos do FNE, absorvendo cerca de R\$ 23,1 milhões. O Banco do Estado de Sergipe (Banese) destaca-se tanto em relação ao número de operações contratadas, com 50,0% do total, quanto em relação aos valores contratados, com 80,1% do total repassado às instituições financeiras (Tabela 38).

Tabela 38 – FNE – Bancos repassadores – Contratações⁽¹⁾ – Exercício de 2015

Valores em R\$ mil

UF	Bancos repassadores	Nº. de operações	%	Valor contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	4	28,6	645	2,8
SE	Banco do Estado de Sergipe (Banese)	7	50,0	18.509	80,1
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia)	3	21,4	3.958	17,1
Total		14	100,0	23.112	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG e Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação à distribuição setorial dos recursos contratados pelos bancos repassadores, 96,9% foram destinados ao Setor Comércio e Serviços (Tabela 39).

Tabela 39 – FNE – Bancos repassadores – Desempenho operacional – Contratações⁽¹⁾ exercício de 2015

Valores em R\$ mil

Setor / Programa	Contratações (1)				Valor das propostas em carteira
	Nº. de operações	Quant. beneficiários	Valor	%	
RURAL	5	5	790	3,4	-
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	3	3	179	0,8	-
Programa de Financ. à Agricultura Irrigada (FNE-IRRIGAÇÃO)	2	2	611	2,6	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	9	9	22.322	96,6	-
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	6	6	21.727	94,0	-
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-COMÉRCIO E SERVIÇOS)	3	3	595	2,6	-
Total	14	14	23.112	100,0	-

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Conforme pode ser observado na Tabela 40, a pecuária absorveu grande parte dos recursos destinados ao Setor Rural (62,2%).

Tabela 40– FNE – Bancos repassadores – Contratações⁽¹⁾ por atividade no Setor Rural – Exercício de 2015

Atividade	Nº. de operações	Valores em R\$ mil	
		Valor	%
PECUÁRIA	3	491	62,2
Bovinocultura	2	439	55,6
Ovinocaprinocultura	1	52	6,6
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	3	299	37,9
Fruticultura	1	29	3,7
Cultivo de mamão	2	270	34,2
Total	6	790	100

Nota: ⁽¹⁾ Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O Setor de Serviços absorveu R\$ 22,3 milhões, representando a totalidade das contratações no Setor de Comércio e Serviços (Tabela 41).

Tabela 41– FNE – Bancos repassadores – Contratações⁽¹⁾ por atividade nos Setor de Comércio e Serviços – Exercício de 2015

Atividade	Nº. de operações	Valores em R\$ mil		
		Valor	% Setor	% FNE
SERVIÇOS	9	22.322	100,0	5,2
Saúde	1	297	1,3	0,1
Transporte	2	6.047	27,1	1,4
Outros	6	15.978	71,6	3,7
Total	9	22.322	100,0	5,2

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Sob a perspectiva das regiões climáticas (Tabela 42), as áreas geográficas localizadas fora do semiárido absorveram 73,0% do volume de recursos contratados por meio das instituições repassadoras.

Tabela 42– FNE – Bancos repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2015

Área	Nº. de beneficiários	%	Valores em R\$ mil	
			Valor ⁽¹⁾	%
Semiárido	4	28,6	6.229	27,0
Fora do Semiárido	10	71,4	16.883	73,0
Total	14	100,0	23.112	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Considerando-se o perfil dos beneficiários destas operações de crédito, verifica-se que a maioria encontra-se na categoria de mini/micro, pequeno e pequeno-médio produtores (92,9%). Outro aspecto a considerar é que do total de beneficiários, 35,7% desenvolvem atividades rurais (Tabela 43).

Tabela 43– FNE – Bancos repassadores – Beneficiários por porte e setor – Exercício de 2015

Porte/Setor	Rural		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini / Micro	-	-	3	33,3	3	21,4
Pequeno	4	80,0	4	44,4	8	57,1
Pequeno Médio	-	-	2	22,2	2	14,3
Médio	-	-	-	-	-	-
Grande	1	20,0	-	-	1	7,1
Total	5	100,0	9	100,0	14	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

No que concerne ao volume de recursos contratados segundo o porte dos beneficiários, constata-se que 98,8% do montante financiado foram destinados a mini/micro, pequeno e pequeno-médio produtores. As empresas de porte médio não foram beneficiadas e as grandes empresas apenas 1,2% dos recursos repassados (Tabela 44).

Tabela 44– FNE – Bancos repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por porte e setor do beneficiário – Exercício de 2015

Porte	Valores em R\$ mil			
	Rural	Comércio e Serviços	Total	%
Mini / Micro	-	195	195	0,8
Pequeno	521	6.752	7.273	31,5
Pequeno / Médio	-	15.375	15.375	66,5
Médio	-	-	-	-
Grande	269	-	269	1,2
Total	790	22.322	23.112	100

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na posição de 31.12.2015, o saldo devedor total das instituições repassadoras é de R\$ 157,7 milhões, contra R\$ 164,9 milhões do exercício anterior. Quanto à pontualidade no reembolso dos créditos, o BDMG e o Banese mantêm-se com 100% de adimplência. Por outro lado, o maior percentual de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras dos recursos do FNE foi observado na Desenhavia onde a inadimplência aumentou de 8,2% em 2014 para 10,4% em 2015 (Tabela 45).

Tabela 45– FNE – Bancos repassadores – Saldos devedores e inadimplência – Exercício de 2015

Valores em R\$ mil

Setor	Instituições repassadoras							
	AGN		Banese		Desenbahia		BDMG	
	Saldo devedor	% de inadimplência	Saldo devedor	% de inadimplência	Saldo devedor	% de inadimplência	Saldo devedor	% de inadimplência
Industrial	332	-	10.516	-	13.420	30,6	-	-
Rural	42	54,8	18.697	-	4.572	7,4	-	-
Outros	1.653	4,4	22.523	-	63.249	6,4	22.681	-
Total	2.027	4,7	51.736	-	81.241	10,4	22.681	-

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Tendo em vista a distribuição espacial dos recursos do FNE, os financiamentos realizados pelos bancos repassadores alcançaram 12 municípios da área de atuação do FNE (Tabela 47). Nesse contexto, o Setor Rural atendeu 5 municípios e o setor comercial e de serviços 7. Os municípios que receberam maior volume de recursos foram Aracaju (SE), Luiz Eduardo Magalhães (BA) e Canindé do São Francisco (SE), com respectivamente 67,6%, 14,5% e 11,7% do total de recursos contratados pelos bancos repassadores (Tabela 47).

Tabela 46– FNE – Bancos repassadores – Distribuição territorial e setorial dos recursos – Exercício de 2015

Setores/Programas	Nº de municípios atendidos ⁽¹⁾
Rural	5
Comércio/Serviços	7

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Tabela 47– FNE – Bancos repassadores – Contratações⁽¹⁾ por município – Exercício de 2015

Município	Valores em R\$ mil	
	Valor contratado	%
Assu (RN)	85	0,4
Natal (RN)	500	2,2
Parnamirim (RN)	60	0,3
Aracaju (SE)	15.630	67,6
Canindé de São Francisco (SE)	2.700	11,7
Frei Paulo (SE)	97	0,4
Pirambu (SE)	29	0,1
São Cristóvão (SE)	52	0,2
Itambé (BA)	342	1,5
Luis Eduardo Magalhães (BA)	3.347	14,5
São Francisco do Conde (BA)	270	1,2
TOTAL	23.112	100,00

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.5 – Prioridades definidas pelo Condell/Sudene para a aplicação do FNE

Compete ao Condell/Sudene estabelecer anualmente as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do FNE, observadas as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional (MI).

Dessa forma, a Portaria MI nº 297/2014, de 14/08/2014, e a Resolução nº 078/2014, de 15/08/2014, do Condel/Sudene estabeleceram as Diretrizes e Prioridades do FNE, para o exercício 2015 (BNB, 2015).

O presente item retrata o monitoramento de tais prioridades para o primeiro semestre do referido exercício.

3.5.1 – Prioridades espaciais

I. Apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs)

I. I. Atividades produtivas que congreguem e valorizem as potencialidades locais, considerando a integração e/ou complementação das oportunidades e atratividades dos investimentos.

Conforme pode ser observado na Tabela 48, foram contratados, durante o exercício de 2015, R\$ 119,2 milhões em projetos relacionados a arranjos produtivos locais. Diversas atividades produtivas foram financiadas, com destaque para o APL de Couro e Calçados, em Campina Grande (PB) que absorveu 33,2% dos recursos. Merecem, também, destaque os APLs de Fruticultura em Petrolina (PE) com participação de 24,6% nas contratações e Leite e Derivados, em Açailândia (MA) que absorveu 14,5% do volume de aplicações.

Tabela 48 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Exercício de 2015

Estado	APL	Produto	Nº. de operações	Valores em R\$ mil		
				%	Valor	%
AL	Mandioca no Agreste Alagoano - Arapiraca	Mandioca	22	0,7	136	0,1
	Ovinocaprinocultura - Delmiro Gouveia	Carne	34	1,1	346	0,3
	Laticínios do Sertão Alagoano - Major Isidoro	Leite	451	14,9	2.888	2,4
BA	Fruticultura - Juazeiro	Manga/Uva	78	2,6	2.585	2,2
	Transformação plástica - Salvador	Transformação Plástica	-	-	-	-
	Caprinocultura - Senhor do Bonfim	Carne	-	-	-	-
	Sisal - Valente	Sisal	-	-	-	-
CE	Cajucultura - Aracati	Castanha	207	6,8	975	0,8
	Calçados - Juazeiro do Norte	Calçados	15	0,5	1.978	1,7
	Bovinocultura leiteira - Morada Nova	Leite	453	15,0	6.546	5,5
	Ovinocaprinocultura - Tauá	Carne	65	2,2	1.102	0,9
PB	Couro e calçados - Campina Grande	Calçados	12	0,4	39.596	33,2
	Confecções - São Bento	Rede	-	-	-	-
	Ovinocaprinocultura do semiárido Paraibano - Serraria	Carne	2	0,1	8	0,0
ES	Fruticultura - São Mateus	Maracujá/Goiaba	-	-	-	-
	Café Conilon da Região Nordeste - São Gabriel da Palha	Café	3	0,1	77	0,1

MA	Leite e derivados - Açailândia	Leite	137	4,5	17.251	14,5
	Leite e derivados - Bacabal	Leite	147	4,9	7.880	6,6
	Ovinocaprinocultura - Chapadinha	Carne	86	2,8	395	0,3
	Turismo - São Luís	Turismo	-	-	-	-
MG	Fruticultura irrigada - Janaúba	Banana / Citrus (Laranja / Limão)	4	0,1	63	0,1
PE	Confecções - Caruaru	Jeans	-	-	-	-
	Laticínios - Garanhuns	Leite	412	13,6	2.228	1,9
	Fruticultura - Petrolina	Manga / Uva	90	3,0	29.374	24,6
PI	Leite e derivados da Região Norte - Parnaíba	Leite e derivados	5	0,2	20	0,0
	Apicultura - Picos	Apicultura	17	0,6	76	0,1
	Cajucultura - Picos	Castanha	-	-	-	-
	Ovinocaprinocultura - Teresina	Corte	24	0,8	183	0,2
RN	Cerâmica - Assu	Olaria (tijolo / telha)	4	0,1	685	0,6
	Fruticultura - Assu	Todas as frutas	5	0,2	55	0,1
	Laticínios - Caicó	Leite	253	8,4	1.893	1,6
	Tecelagem do Seridó - Jardim das Piranhas	Pano de prato	2	0,1	215	0,2
SE	Petróleo e gás - Aracaju	Petróleo e gás	-	-	-	-
	Cerâmica vermelha - Itabaianinha	Tijolos, telhas	-	-	-	-
	Mandioca - Lagarto	Mandioca	20	0,7	100	0,1
	Pecuária de leite - N. S. da Glória	Leite	479	15,8	2.557	2,1
Total			3.027	100,0	119.212	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II. Tratamento diferenciado e favorecido aos projetos que se localizem nos espaços reconhecidos como prioritários pela PNDR

Ver item 3.6

III. Apoio Preferencial a Projetos considerando o Meio Rural: Agricultores Familiares (Pronaf), Mini e Micro Produtores Rurais, suas Associações e Cooperativas, bem como empreendimentos localizados em municípios com situação de emergência ou de calamidade pública reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional, em decorrência de seca ou estiagem, e tendo como foco a recuperação ou preservação das atividades produtivas; o Meio Urbano: as Micro e Pequenas Empresas, inclusive Empreendedores Individuais, ressaltando aquelas situadas em áreas interioranas

III.I Apoio a agricultores familiares (Pronaf)

Ver item 3.1.1.1

III.II Apoio aos mini e micro produtores rurais, às micro e pequenas empresas e às suas associações e cooperativas, e aos empreendedores individuais

De acordo com a Tabela 49, foram destinados a essa prioridade, aproximadamente, R\$ 5,6 bilhões, distribuídos em 502.369 operações. Nesse segmento de beneficiários do FNE, destaque para o Setor Rural que efetivou 94,3% das operações e 62,0% dos recursos contratados. Em seguida, 30,6% dos valores foram contratados no Setor Comércio e Serviços, no âmbito dessa prioridade.

Tabela 49 – FNE – Contratações⁽¹⁾ com mini, micro e pequenos produtores rurais⁽²⁾/empresas – Exercício de 2015

Setores	Nº. de operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Rural	473.723	94,3	3.459.543	62,0
Cooperativas/Associações	6	-	1.318	0,0
Demais	473.717	94,3	3.458.225	62,0
Agroindustrial	3.484	0,7	29.395	0,5
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	3.484	0,7	29.395	0,5
Industrial	2.613	0,5	314.220	5,6
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	2.613	0,5	314.220	5,6
Turismo	536	0,1	69.550	1,3
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	536	0,1	69.550	1,3
Infraestrutura	-	-	-	-
Demais	-	-	-	-
Comércio e Serviços	22.021	4,4	1.705.161	30,6
Cooperativas/Associações	2	-	1.250	0,0
Demais	22.019	4,4	1.703.911	30,6
Total	502.377	100,0	5.577.869	100,0
Cooperativas/Associações	8	-	2.568	0,1
Demais	502.369	100,0	5.575.301	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusive operações com agricultores familiares.

Os empreendedores individuais são atendidos no âmbito do Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores

Individuais (FNE-MPE) que contribui para o fortalecimento e aumento da competitividade desse segmento. Nesse contexto, foram contratados R\$ 15,7 milhões junto aos empreendedores individuais, distribuídos em 1.204 operações. No Setor Comércio e Serviços encontra-se o maior volume de contratações e recursos nessa prioridade, com participação de 90,2% dos recursos contratados (Tabela 50).

Tabela 50 – FNE – Contratações⁽¹⁾ com empreendedores individuais – Exercício de 2015

Setor	Nº de operações	Valores em R\$ mil		
		%	Valor	%
Comércio e Serviços	1.084	90,0	14.152	90,2
Industrial	91	7,6	1.123	7,1
Turismo	29	2,4	420	2,7
Total	1.204	100,0	15.695	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.5.2 – Prioridades setoriais

I. Expansão, diversificação e modernização da base econômica regional

I.I Infraestrutura: Transporte (inclusive multimodais), telecomunicações, abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Ver item 3.1.6

I.II Cadeia produtiva de veículos automotores (inclusive veículos pesados), tratores e máquinas agrícolas e naval, enfocando a formação de rede de pequenos e médios fornecedores regionais;

Neste item serão tratados os projetos relacionados às atividades da Indústria de Transformação e Indústria dos Transportes. Como pode ser observado na Tabela 51, foram contratadas 37 operações nessa prioridade, sendo que para a Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhão foram contratados R\$ 4,8 milhões, o que corresponde a 64,1% dos recursos.

Tabela 51– FNE – Projetos contratados⁽¹⁾ na indústria automotiva – Exercício de 2015

Atividade	Produto	Qtde oper	Valores em R\$ mil		
			%	Valor	%
Ind. de Transformacao		7	18,9	555,5	7,5
	Fab. de maq. e equip. p/ a agricul. e pec., peças e acess., exceto p/ irrigação	5	13,5	284,2	3,8
	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	2	5,4	271,3	3,7

Ind. Transportes	30	81,1	6.875,4	92,5
Fab. cabines, carrocerias e reboques p/caminhao	12	32,4	4.766,8	64,1
Fab. pecas/acessorios	13	35,1	1.445,6	19,5
Recondicionamento ou fab. de Motores p/veículos rodoviaros	2	5,4	105,9	1,4
Constr./reparo embarcacoes e estruturas flutuantes	2	5,4	350,0	4,7
Fab cabines/carroc./reboques p/veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	1	2,7	207,0	2,8
Total	37	100,0	7.430,8	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

I.III Agroindústria e atividades complementares;

Ver item 3.1.2

I.IV. Indústria química (excluídos os explosivos), petroquímicos e biocombustíveis;

A Tabela 52 mostra os projetos relacionados à indústria química, petroquímica e de biocombustíveis. Nessa prioridade foram efetivadas 206 operações que resultaram em R\$ 135,9 milhões contratados. A fabricação de resinas termoplásticas foi a grande responsável pelas contratações nessa prioridade.

Tabela 52– FNE – Projetos contratados⁽¹⁾ na indústria química, petroquímica e biocombustíveis – Exercício de 2015

Atividade	Produto⁽²⁾	Qtde oper	%	Valor	%
Ind. Adesivos, Selantes, Explosivos, Catalisad		14	6,8	1.911	1,4
	Fab. adesivos e selantes	3	1,5	1.215,3	0,9
	Fab. aditivos de uso industrial	11	5,3	695,8	0,5
Ind. Combust. Nucleares, Refino Petróleo e álcool		3	1,5	7.497,4	5,5
	Fab. derivados do petróleo (Combustíveis, lubrificantes, asfalto etc.)	2	1,0	432,7	0,3
	Usina de álcool	1	0,5	7.064,8	5,2
Ind. Prod. Farmaceuticos e Defensivos Agrícolas		27	13,1	20.814	15,3
	Fab. Medicamentos	10	4,9	17.305,9	12,7
	Fabricação de artigos ópticos	1	0,5	112,0	0,1
	Serviços de prótese dentária	2	1,0	72,0	0,1
	Artigos medico, hospitalar e odontológicos	11	5,3	2.670,0	2,0
	Prod. Farmoquimicos	2	1,0	640,0	0,5
	Defensivos agrícolas	1	0,5	14,0	0,0
Ind. Prod. Limpeza, Perfumaria, Cosméticos		100	48,5	25.813	19,0
	Fab. velas	7	3,4	987,2	0,7
	Cosméticos	13	6,3	2.633,5	1,9

Prod.perfumaria	4	1,9	3.400,0	2,5
Prod.limpeza e polimento	40	19,4	5.392,0	4,0
Sabões, sabonetes e detergentes sintéticos	36	17,5	13.400,3	9,9
Ind.Prod.Químicos	16	7,8	47.108	34,7
Fab. de outros produtos químicos não especificados ou não classificados	4	1,9	28.207,7	20,8
Fab.corantes, pigmentos e silica-gel	1	0,5	245,0	0,2
Fab.prod.quim.organicos, exceto petroquímicos básicos e intermediários p/resinas	3	1,5	17.377,7	12,8
Fabricação de desinfetantes dom. sanitários	1	0,5	198,0	0,1
Fab. adubos, fertilizantes e corretivos do solo	2	1,0	323,5	0,2
Fab.gases industriais	5	2,4	756,4	0,6
Ind.Resinas e Elastromeros	3	1,5	30.336	22,3
Fab.resinas termofixas	2	1,0	336,0	0,2
Fab.resinas termoplásticas	1	0,5	30.000,0	22,1
Ind.Tintas,Vernizes e Esmaltes	43	20,9	2.392	1,8
Fab.tintas, vernizes, esmaltes e lacas	41	19,9	2.350,9	1,7
Fab.impermeabilizantes e solventes	2	1,0	40,8	0,0
Total	206	100,0	135.871	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar; (2) Os produtos foram selecionados de acordo com a nova classificação da CNAE 2.2.

I.V. Metalurgia, siderurgia e mecânica;

Conforme a Tabela 53, foram alocados para esta prioridade R\$ 55,5 milhões em 200 operações. Os maiores volumes de recursos foram contratados nos estados de Pernambuco, da Bahia e do Ceará¹⁴.

Tabela 53 – FNE – Projetos contratados⁽¹⁾ nas indústrias siderúrgica e metal-mecânica – Exercício de 2015

Atividade	Nº de operações		Valores em R\$ mil	
	Nº de operações	%	Valor	%
Ind. siderúrgica	2	1,0	21.369	38,5
Ind. metal-mecânica	198	99,0	34.168	61,50
Total	200	100,0	55.537	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

¹⁴ Base do Ativo do BNB.

I.VI. Extração de minerais metálicos e não metálicos;

De acordo com a Tabela 54, nesta prioridade foi alocado o maior volume de recursos nas atividades relativas à extração de minerais não metálicos (95,5%). O bom desempenho dessa atividade deve-se aos investimentos realizados para a extração e britamento de pedras e outros materiais para construção que absorveu 57,1% dos recursos contratados nessa atividade¹⁵.

Tabela 54– FNE – Projetos contratados⁽¹⁾ no Setor da Indústria Extrativa de Minerais – Exercício de 2015

Atividade	Nº de operações	Valores em R\$ mil		
		%	Valor	%
Extração de minerais metálicos	4	10,0	1.027	4,5
Extração de minerais não metálicos	36	90,0	22.027	95,5
Total	40	100,0	23.054	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

I.VII. Minerais não metálicos (beneficiamento e transformação)

Nesta prioridade, foram contratadas 280 operações, no montante de R\$ 212,0 milhões¹⁶. Os estados do Ceará e Paraíba concentram 70,0% do volume de contratações devido à importância da sua indústria de cimenteira.

Tabela 55 – FNE – Projetos contratados⁽¹⁾ na indústria de beneficiamento e transformação de minerais não metálicos – Exercício de 2015

Atividade	Valor	Valores em R\$ mil
		Quant. operações
Ind. prod. minerais não metálicos	211.982	280
Total	211.982	280

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

I.VIII. Pecuária: Ovinocaprinocultura, bovinocultura (corte e leite), avicultura, aquicultura e pesca;

Ver item 3.1.1

I.IX. Agropecuária irrigada

Ver item 3.1.1

¹⁵ Base do Ativo do BNB.

¹⁶ Base do Ativo do BNB.

I.X. Indústria de produtos alimentares e bebidas;

Nesta prioridade, foram contratadas 644 operações de crédito, num montante total de R\$ 430,2 milhões, dos quais 22,7% na indústria de bebidas, com destaque para a indústria de refrigerantes e refrescos, e 77,3% na indústria de produtos alimentares (Tabela 56).

Tabela 56 – FNE – Projetos contratados⁽¹⁾ nas indústrias de produtos alimentares e de bebidas – Exercício de 2015

Atividade	Produto	Valores em R\$ mil			
		Valor	%	Qtde. oper	%
Indústria de Produtos Alimentares		332.424,6	77,3	590	91,6
Café		3.315,3	1,0	18	3,1
Fab. de outros produtos alimentícios		245.012,4	73,7	71	12,0
Fab.biscoitos e bolachas		27.514,5	8,3	47	8,0
Fab.derivados do cacau e balas, gomas de mascar		105,5	0,0	2	0,3
Fab.doces caseiros		1.586,5	0,5	5	0,8
Fab.especiarias, molhos, temperos e condimentos		9.411,3	2,8	32	5,4
Fab.massas alimentícias		8.941,0	2,7	36	6,1
Fab.prod. dietéticos, alimentos p/crianças e conservados		220,0	0,1	2	0,3
Fab.prod.padaria, confeitaria e pastelaria		23.132,4	7,0	301	51,0
Fabricação de produtos do laticínio, inclusive preparação do leite		1.397,3	0,4	14	2,4
Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados		4.535,1	1,4	26	4,4
Produção de alimentos a base de cereais ou de flocos de cereais		4.655,0	1,4	3	0,5
Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis		2.581,5	0,8	32	5,4
Fabricação de alimentos e pratos prontos		16,9	0,0	1	0,2
Indústria de Bebidas		97.754,8	22,7	54	8,4
Engarrafamento e gaseificação de águas minerais		2.901,6	3,0	9	16,7
Fab.malte, cervejas e chopes		927,5	0,9	2	3,7
Fab.refrigerantes e refrescos		72.995,2	74,7	6	11,1
Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas		610,9	0,6	5	9,3
Fabricação de águas envasadas		19.896,7	20,4	31	57,4
Fab.vinho		422,8	0,4	1	1,9
Total		430.179,4	100,0	644	10,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

I.XI. Agricultura de sequeiro, desde que em áreas com comprovada aptidão edafoclimática, considerando-se, inclusive, os espaços de zoneamento ecológico-econômico

Ver item 3.1.1

I.XII. Turismo em suas diversas modalidades, considerados os empreendimentos hoteleiros e outros projetos integrados ou não a complexos turísticos localizados em áreas vocacionadas

Ver item 3.1.4

I.XIII. Indústria de calçados e artefatos, mobiliários, confecções, inclusive artigos de vestuários;

No exercício de 2015, o BNB financiou, no âmbito do FNE, 801 operações relacionadas às indústrias de calçados, de mobiliários e de vestuário e acessórios, totalizando R\$ 161,1 milhões. Do total dessa prioridade, 44,3% dos recursos foram destinados à Indústria de Calçados, 35,1% à Indústria de Vestuário e Acessórios, e 20,6% à Indústria de Mobiliário (Tabela 57).

Importante destacar que nessa prioridade 65,2%¹⁷ dos recursos foram destinados a empresas instaladas na região Semiárida, evidenciando a importância dessas atividades para o desenvolvimento dos municípios localizados nesse espaço subregional.

Tabela 57 – FNE – Projetos contratados⁽¹⁾ nas Indústrias de calçados, mobiliários e vestuário e acessórios – Exercício de 2015

Atividade	Produto	Qtde oper	%	Valores em R\$ mil	
				Valor	%
Ind.Calçados		61	7,6	71.362,0	44,3
	Fab.calçados de couro	23	2,9	2.786,6	1,7
	Fab.calçados de plástico	7	0,9	1.105,6	0,7
	Fab.calçados de tecidos, fibras, madeira ou borracha	20	2,5	66.045,0	41,0
	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	9	1,1	971,8	0,6
	Fab.tenis, de qualquer material	2	0,2	453,0	0,3
Ind.Mobiliario		250	31,2	33.164,5	20,6
	Fab.artef.bambu, vime, junco ou palha trancada	2	0,2	175,0	0,1
	Fab.colchões	18	2,2	2.388,0	1,5
	Fab.moveis com predominância de metal	39	4,9	4.386,1	2,7
	Fab.moveis de vime e junco	2	0,2	87,9	0,1
	Fab.moveis estofados	11	1,4	1.158,3	0,7
	Fabricação de móveis com predominância de madeira	162	20,2	22.001,7	13,7
	Serrarias com desdobramento de madeira	6	0,7	467,9	0,3
	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	10	1,2	2.499,5	1,6
Ind.Vestuário e Acessórios		490	61,2	56.569,6	35,1
	Confec de peças de vest. , exceto roupas íntimas e as confec. sob medida	233	29,1	20.561,2	12,8
	Confecção de roupas íntimas	40	5,0	4.463,5	2,8
	Fab. art. do vestuário	104	13,0	12.614,6	7,8
	Fab.acess.do vestuário	24	3,0	2.865,5	1,8
	Fab.bijuteria	2	0,2	148,5	0,1
	Fab.tecidos e art.de malha	5	0,6	131,8	0,1

¹⁷ Base do Ativo do BNB.

Fabr. de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	18	2,2	2.303,6	1,4
Fabr. aviamentos p/costura	6	0,7	461,0	0,3
Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	1	0,1	198,6	0,1
Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	1	0,1	36,0	0,0
Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	51	6,4	4.675,8	2,9
Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vest.	5	0,6	8.109,6	5,0
Total	801	100,0	161.096,1	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

I.XIV. Indústria de embalagens;

A indústria de embalagens pode ser usada para medir o ritmo da atividade econômica.

Tabela 58 – FNE – Projetos contratados⁽¹⁾ na indústria de embalagens – Exercício de 2015

Atividade	Produto	Qtde oper	Valores em R\$ mil		
			%	Valor	%
Ind.Celulose, Papel e Prod. Papel		27	41,5	3.144	10,0
	Fab.embalagens de papel e papelão	27	41,5	3.143,5	10,0
Ind.Madeira, Exceto Mobiliário		9	13,8	764	2,4
	Fab. embalagens de madeira, barris, toneis e pipas	5	7,7	246,0	0,8
	Fab.embalagens de madeira, barris, toneis, pipas	4	6,2	518,5	1,6
Ind.Prod.Plástico		29	44,6	27.529	87,6
	Fab. de embalagens de material de plástico	29	44,6	27.529,0	87,6
Total		65	100,0	31.437,0	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II. Apoio aos setores exportadores regionais;

No que se refere às exportações regionais, de acordo com a Tabela 59¹⁸, foram contratados R\$ 96,3 milhões, distribuídos entre os setores industrial (R\$ 90,7 milhões) e Comércio e Serviços (R\$ 5,6 milhões) representando, respectivamente, 94,2% e 5,8%.

¹⁸ Base do Ativo.

Tabela 59 – FNE – Projetos contratados⁽¹⁾ nos setores exportadores – Exercício de 2015

Setores	Nº. de operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Industrial	16	69,6	90.665	94,2
Comércio e Serviços	7	30,4	5.623	5,8
Total	23	100,0	96.288	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III. Instalação de uma base produtiva contemplando setores/atividades portadoras de futuro

Dentro dessa prioridade, foram identificados os projetos relacionados à Indústria de Eletroeletrônica, Indústria de Combustíveis Nucleares, Refino Petróleo e álcool, além da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas. Nesse sentido, o Banco do Nordeste contratou aproximadamente R\$ 29,3 milhões dentro das prioridades do Condel/Sudene para o FNE, no exercício de 2015, conforme demonstrado na Tabela 60.

Tabela 60 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Segmento de Fármacos, Eletroeletrônica, Biocombustíveis, Informática e Comunicação – Exercício de 2015

Atividade	Produto	Qtde oper	%	Valores em R\$ mil	
				Valor	%
Ind. Eletroeletrônica		12	30,8	1.411,1	4,8
	Apar/instrum.p/uso medico-hospitalares, odontologicos e de laboratorios e ap	1	2,6	79,8	0,3
	Fab.apar/instrum/materiais opticos, fotograficos e cinematograficos	2	5,1	553,1	1,9
	Fab.computadores	3	7,7	141,0	0,5
	Fab.eqptoperifericos p/ maquinas electronicas de tratamento de informacoes	1	2,6	49,3	0,2
	Fab.eqpto.elétricos p/fins industr, comerc. e técnicos	1	2,6	43,4	0,1
	Fab.material elétrico e de comunicação	1	2,6	47,9	0,2
	Fab.material eletrônico	1	2,6	390,0	1,3
	Fab.transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes	1	2,6	60,9	0,2
	Reprodução de software em qualquer suporte	1	2,6	45,7	0,2
Ind.Combust.Nucleares, Refino Petroleo e alco		1	2,6	7.064,8	24,1
	Usina de álcool	1	2,6	7.064,8	24,1
Ind.Prod.Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas		26	66,7	20.799,9	71,0
	Fab.medicamentos	10	25,6	17.305,9	59,1
	Fabricação de artigos ópticos	1	2,6	112,0	0,4
	Serviços de prótese dentária	2	5,1	72,0	0,2

Artigos médico, hospitalar e odontológicos	11	28,2	2.670,0	9,1
Prod.farmoquímicos	2	5,1	640,0	2,2
Total	39	100,0	29.275,9	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.6 – O FNE no Contexto da PNDR

I. *Projetos localizados no Semiárido*

Ver item 3.3.2

II. *Projetos localizados nas sub-regiões prioritárias da PNDR.*

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) tem como objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta Política se propõe: i) A dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura, crédito e tecnologia para o aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) a promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade de vida em todas as regiões; iii) a fortalecer as organizações socioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; e iv) a estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do País (BRASIL, 2012).

A PNDR adotou uma metodologia na intenção de qualificar, por tipologia, as sub-regiões objetos de sua política, utilizando as seguintes variáveis:

a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios e pensões); e

b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

Assim, foram definidos quatro tipos de sub-regiões, a saber: 1 - Sub-regiões de Alta Renda; 2 - Sub-regiões Dinâmicas; 3 - Sub-regiões Estagnadas; e 4 - Sub-regiões de Baixa Renda, sendo consideradas como áreas prioritárias as microrregiões pertencentes às sub-regiões Dinâmicas, Estagnadas e de Baixa Renda.

Dessa forma, este item tratará especificamente dos valores contratados nos municípios prioritários da PNDR. Nesse contexto, o BNB destinou, em 2015, R\$ 9,1 bilhões do FNE para os municípios pertencentes a essas sub-

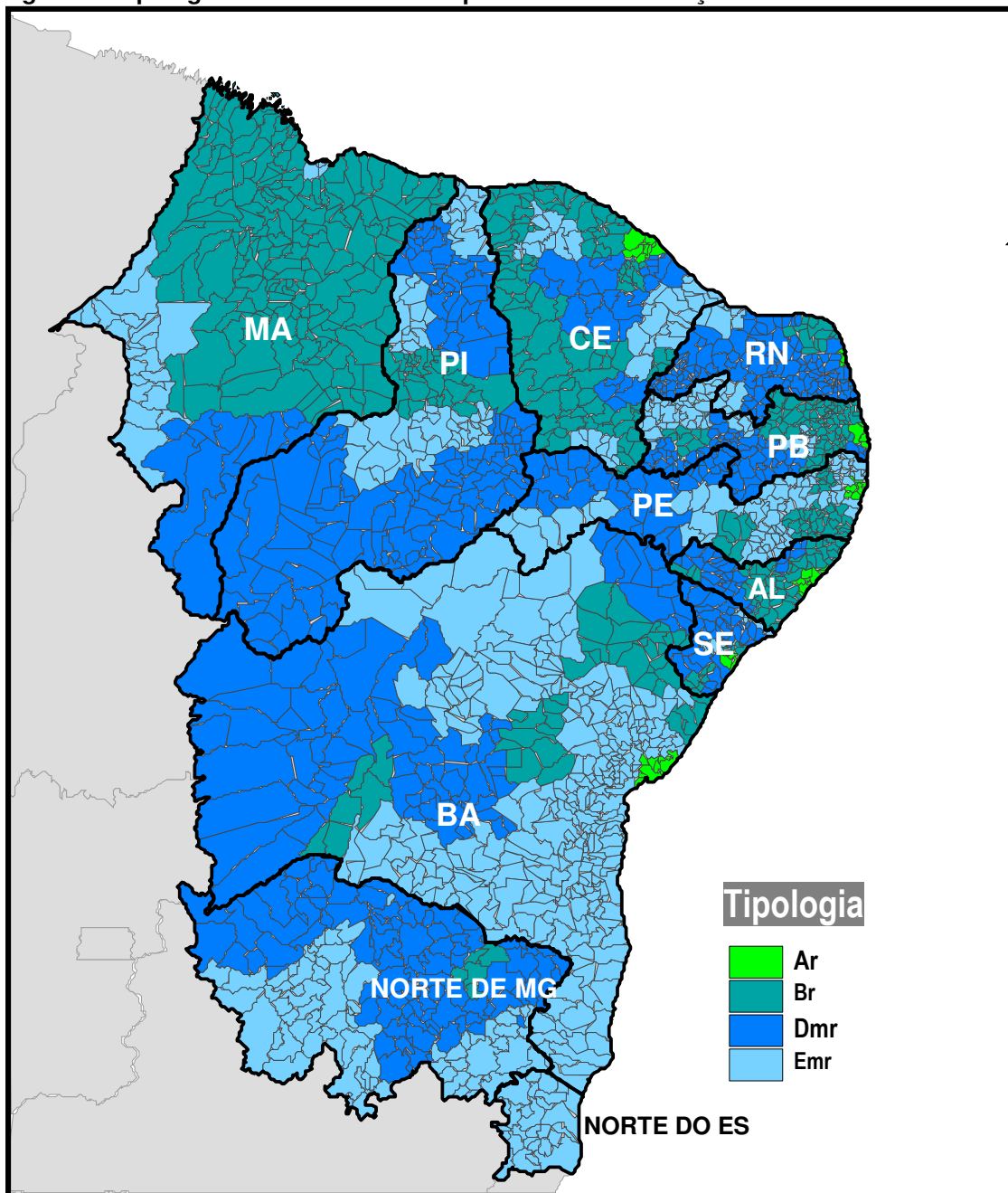
regiões prioritárias, o que representa 79,6% dos valores contratados com recursos desse Fundo Constitucional, no período (Tabela 62).

Observe-se que os investimentos realizados nos municípios das sub-regiões estagnadas, tendem a contribuir para o processo de melhoria do perfil econômico dessas localidades.

A Figura 1 mostra a distribuição dos municípios conforme as tipologias. Como pode ser observado, fazem parte das microrregiões consideradas de alta renda as cidades de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador, bem como os municípios localizados no entorno dessas cidades.

Com isso, observa-se que as contratações realizadas com recursos do FNE nos municípios prioritários da PNDR, que em geral, estão mais distantes dos grandes centros urbanos, podem contribuir para a dinamização econômica desses municípios e conseqüentemente para uma redução das disparidades intrarregionais.

Figura 2– Tipologia de renda dos municípios na área de atuação do FNE



Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda.

Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

II.I Contratações por tipo de município e porte (áreas prioritárias)

De acordo com a Tabela 61, verifica-se que os empreendimentos de porte mini/micro, pequeno e pequeno-médio, foram responsáveis dentro das áreas prioritárias, por 66,4% do volume contratado, evidenciando a preocupação do BNB em atender, principalmente, os empreendedores de menor porte.

Tabela 61– FNE – Contratações⁽¹⁾ por tipo de município e porte (áreas prioritárias) – Exercício de 2015

Tipologia	Valores em R\$ mil											
	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	4.710	79.475	3.831	416.134	569	227.514	279	518.744	68	1.099.533	9.457	2.341.400
Baixa Renda	144.858	931.186	3.492	448.999	273	124.918	105	97.279	21	67.198	148.749	1.669.580
Dinâmico de Média Renda	170.393	1.037.405	4.093	600.287	566	490.485	305	694.081	47	725.878	175.404	3.548.136
Estagnado de Média Renda	163.558	1.038.875	7.442	1.025.508	942	380.618	483	428.447	82	1.062.663	172.507	3.936.111
Total	483.519	3.086.941	18.858	2.490.928	2.350	1.223.535	1.172	1.738.551	218	2.955.272	506.117	11.495.227

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.II Contratações por tipo de município e setor (áreas prioritárias)

A partir das informações apresentadas na Tabela 62, verifica-se que o Setor Rural foi responsável por 59,6% do volume de recursos contratados nas regiões prioritárias. O desempenho, desse setor é reflexo da estrutura produtiva dos municípios localizados nas regiões prioritárias, onde, em geral, predominam as atividades relacionadas à agropecuária. Em seguida, aparece o Setor Comércio e Serviços, que efetivou 19.694 operações, contratando 25,0% do volume de recursos (R\$ 2,3 bilhões), dentro das áreas prioritárias.

Tabela 62– FNE – Contratações⁽¹⁾ por tipo de município e setor (áreas prioritárias) – Exercício de 2015

Valores em R\$ mil

Tipologia	Rural		Agroindústria		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	3.498	52.438	69	4.210	932	538.423	250	296.383	3	378.363	4.705	1.071.583	9.457	2.341.400
Baixa Renda	142.565	1.140.792	1.246	36.695	332	55.247	80	9.509	-	-	4.526	427.337	148.749	1.669.580
Dinâmico de Média Renda	168.230	2.933.678	1.099	17.491	549	154.048	81	14.640	-	-	5.445	428.278	175.404	3.548.135
Estagnado de Média Renda	160.087	1.383.171	1.127	67.004	1.400	734.351	167	205.329	3	110.274	9.723	1.435.983	172.507	3.936.112
Total	474.380	5.510.079	3.541	125.400	3.213	1.482.069	578	525.861	6	488.637	24.399	3.363.181	506.117	11.495.227

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.III - Contratações por tipo de município por estado (áreas prioritárias)

No âmbito estadual, levando-se em consideração as operações realizadas nas tipologias baixa renda, média renda estagnada e média renda dinâmica, verifica-se com base na Tabela 63, que o estado da Bahia aparece com o maior número de contratos firmados (108.701), seguido do Ceará e de Pernambuco com 66.432 e 54.339 operações efetuadas, respectivamente. Nesses estados as atividades mais financiadas nos municípios classificados como de baixa renda são bovinocultura e comércio varejista¹⁹.

Tabela 63 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por tipo de município e estado (áreas prioritárias) – Exercício de 2015

Estados	Tipologia	Quant.	Valor em R\$ mil
			Valor
AL	Alta Renda	623	180.716
	Baixa Renda	14.594	172.082
	Dinâmica	11.633	77.942
BA	Alta Renda	1.060	579.097
	Baixa Renda	15.225	152.334
	Dinâmica	21.667	1.263.585
	Estagnada	71.809	1.216.552
CE	Alta Renda	3.829	936.397
	Baixa Renda	38.218	371.344
	Dinâmica	13.441	181.045
	Estagnada	14.773	306.560
ES	Estagnada	971	151.772
MA	Baixa Renda	39.978	580.026
	Dinâmica	3.089	302.981
	Estagnada	6.500	335.323
MG	Baixa Renda	881	5.358
	Dinâmica	30.414	325.749
	Estagnada	17.781	465.744
PB	Alta Renda	1.141	124.681
	Baixa renda	17.862	175.762

¹⁹ Base do Ativo do BNB.

	Dinâmica	11.173	128.242
	Estagnada	15.295	202.769
PE	Alta Renda	1.008	209.701
	Baixa Renda	10.035	91.571
	Dinâmica	18.478	164.729
	Estagnada	25.826	763.929
PI	Baixa Renda	7.181	59.329
	Dinâmica	29.802	646.124
	Estagnada	13.103	355.999
RN	Alta Renda	938	202.894
	Baixa Renda	1.860	28.877
	Dinâmica	23.428	277.048
	Estagnada	2.917	86.839
SE	Alta Renda	858	107.914
	Baixa Renda	2.915	32.897
	Dinâmica	12.279	180.691
	Estagnada	3.532	50.624
Total		506.117	11.495.227

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.IV - Contratações por tipo de município e região (áreas prioritárias)

Com base nas informações constantes na Tabela 64, os municípios com classificação Dinâmico de Média Renda, dentro da região Semiárida, se sobressaem no que se refere ao número de contratos firmados (141.707), ou seja 42,7% do total para essa região climática, enquanto que o maior volume de recursos foi contratado nos municípios de tipologia Estagnado de Média Renda (R\$ 1,8 bilhão), ou seja, 44,6% do volume de recursos destinados à região semiárida.

Nas demais regiões observa-se o maior número de contratos nos municípios de Baixa Renda (75.521). Sobre esse aspecto, vale ressaltar o número de contratos firmados no estado do Maranhão, onde foram efetivadas 39.978²⁰ operações no montante de R\$ 580,0 milhões²¹, o que corresponde a 57,5% dos valores contratados e a 52,9% do total de

²⁰ Base do Ativo do BNB.

²¹ Base do Ativo do BNB.

contratos, nessa tipologia de município, nessa região. Destaque-se que, muito embora o Maranhão esteja fora da zona semiárida do Nordeste, possui municípios com características socioeconômicas iguais ou inferiores aos municípios mais pobres localizados no semiárido dos demais estados nordestinos.

Tabela 64 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por tipo de município e região (áreas prioritárias) – Exercício de 2015

Valores em R\$ mil			
Região	Tipologia	Quant.	Valor
Semiárido	AR	1.717	195.173
	BR	73.228	660.786
	DMR	141.707	1.400.429
	EMR	115.024	1.816.288
Outras Regiões	AR	7.740	2.146.227
	BR	75.521	1.008.794
	DMR	33.697	2.147.707
	EMR	57.483	2.119.823
Total		250.623	4.994.581

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III. Projetos localizados nas mesorregiões diferenciadas do Ministério da Integração Nacional

Constam na Tabela 65 os projetos financiados nas mesorregiões diferenciadas da PNDR. Neste contexto, constata-se que as atividades produtivas localizadas nas mesorregiões da área de atuação do FNE, contrataram aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, por meio de 110.099 operações. Destacam-se os financiamentos realizados na mesorregião da Chapada das Mangabeiras no montante de R\$ 677,7 milhões, o que corresponde a 33,1% do valor total contratado nessas mesorregiões.

Essa expressiva participação reflete o financiamento das atividades agropecuárias, com predominância do cultivo de grãos e da bovinocultura. Essas duas atividades representam 81,8% (R\$ 554,7 milhões) do montante de recursos alocados nessa mesorregião, ao longo do exercício de 2015. Nessa mesorregião estão localizados os municípios maranhenses de Tasso

Fragoso e São Domingos do Azeitão, além dos municípios piauienses de Ribeiro Gonçalves e Uruçuí²².

As mesorregiões da Chapada do Araripe e do Xingó destacam-se tanto no número de operações quanto nos valores contratados. Nessas duas mesorregiões foram contratadas 59,9% das operações que totalizam 33,9% dos valores contratados. No caso dessas mesorregiões, o expressivo número de contratos está relacionado à estrutura produtiva do semiárido nordestino, onde as atividades relacionadas ao meio rural são desenvolvidas, principalmente nas pequenas propriedades, com destaque para a bovinocultura, ovinocultura e grãos. Destacam-se, também, as atividades relacionadas ao comércio varejista²³ (Tabela 66).

Tabela 65 – FNE – Projetos contratados⁽¹⁾ nas mesorregiões – Exercício de 2015

Mesorregiões	Nº. de operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Águas Emendadas	1.493	1,4	45.176	2,2
Bico do Papagaio	4.655	4,2	157.804	7,7
Chapada das Mangabeiras	7.468	6,8	677.694	33,1
Chapada do Araripe	34.892	31,7	380.300	18,6
Seridó	11.879	10,8	114.071	5,6
Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri	18.652	16,9	356.737	17,5
Xingó	31.060	28,2	312.057	15,3
Total	110.099	100,0	2.043.839	100,0

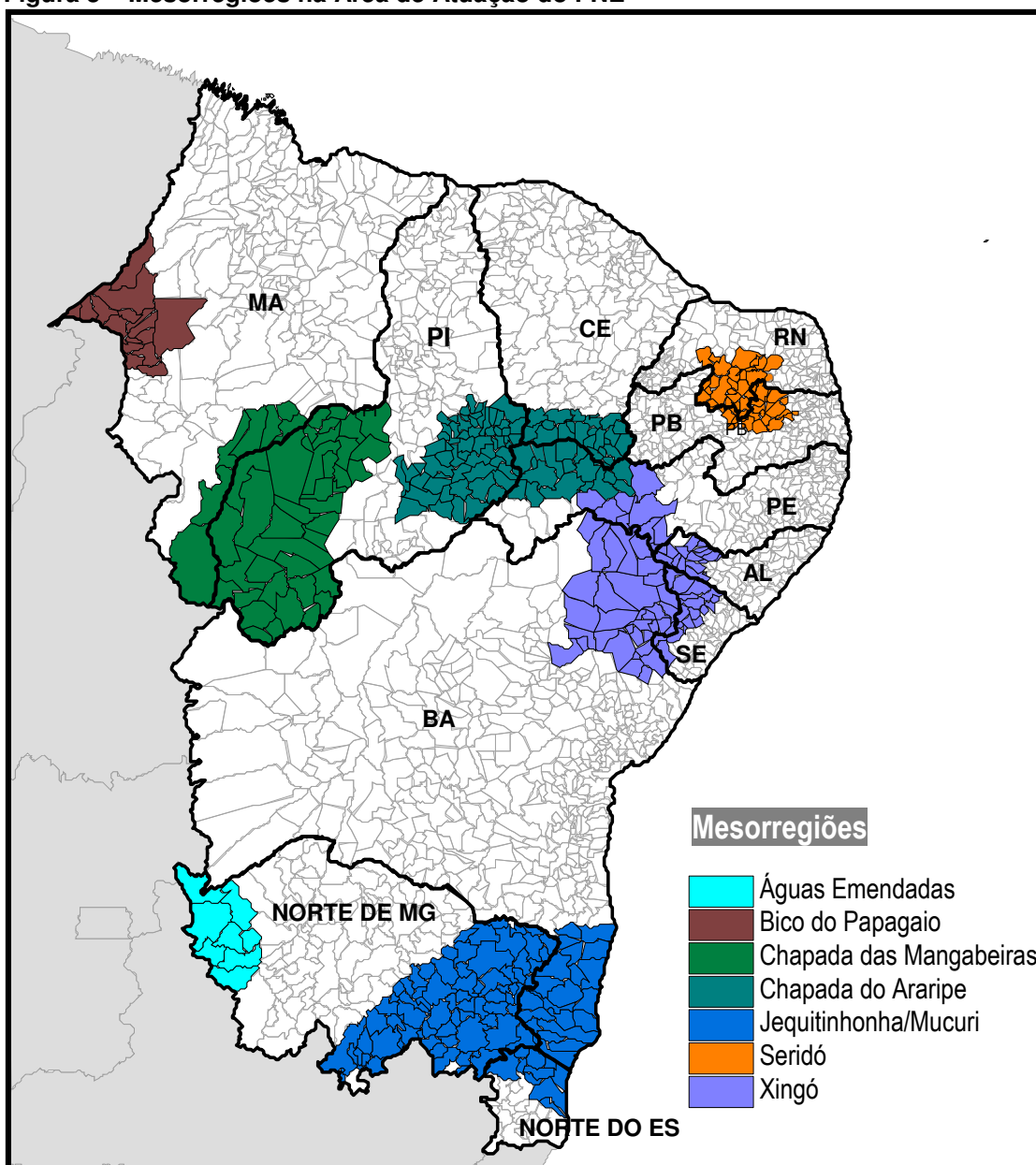
Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

²² Base do Ativo.

²³ Base do Ativo.

Figura 3 – Mesorregiões na Área de Atuação do FNE



Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

III. I Contratações em mesorregiões por porte

Conforme a Tabela 66, verifica-se que 71,9% dos recursos contratados foram destinados aos estabelecimentos classificados como mini/micro, pequeno e pequeno/médio portes, evidenciando a importância dos mesmos na dinamização da economia local, bem como o papel do Banco do Nordeste, em particular do FNE, em apoiar esses empreendimentos.

Tabela 66 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em mesorregiões por porte – Exercício de 2015

Valores em R\$ mil

Mesorregiões	Porte										Total	
	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Quant	Valor contratado
	Quant.	Valor contratado	Quant	Valor contratado	Quant	Valor contratado	Quant	Valor contratado	Quant	Valor contratado		
Águas Emendadas	1.432	14.212	55	18.617	4	7.588	2	4.759	-	-	1.493	45.176
Bico do Papagaio	4.373	37.472	234	62.327	31	28.283	15	27.049	2	2.673	4.655	157.804
Chapada das Mangabeiras	7.160	47.701	190	67.229	71	146.086	34	153.877	13	262.801	7.468	677.694
Chapada do Araripe	33.924	213.419	843	95.130	79	17.959	39	35.906	7	17.886	34.892	380.300
Seridó	11.437	67.771	419	40.163	15	2.707	8	3.430	-	-	11.879	114.071
Vale do Jequitinhonha / Mucuri	17.801	115.033	731	153.587	72	25.278	45	52.834	3	10.005	18.652	356.737
Xingó	30.381	213.563	625	83.011	41	12.896	12	2.467	1	120	31.060	312.057
Total	106.508	709.171	3.097	520.064	313	240.797	155	280.322	26	293.485	110.099	2.043.839

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

III. II Contratações em mesorregiões por estado

Analisando-se as contratações do FNE nas Mesorregiões, por estados da federação, é importante destacar que a delimitação dessas mesorregiões considera características socioeconômicas comuns entre municípios, o que permite que esses territórios compreendam municípios pertencentes a mais de um estado.

Nesse sentido, com base nas informações das Tabelas 67 e 68, verifica-se que o estado do Piauí foi responsável por 31,2% das contratações realizadas nas mesorregiões, compreendendo 76,6% do valor contratado na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras e 31,5% das contratações direcionadas à Mesorregião da Chapada do Araripe. Nessas duas mesorregiões foram contratados 33,2% e 18,6%, respectivamente, do volume financiado nessa prioridade.

No estado do Maranhão foram contratados 15,5% e no estado da Bahia, 14,7% dos valores financiados nas mesorregiões, posicionando-os, respectivamente, na segunda e terceira colocações, dentre as mesorregiões, relativamente ao volume de recursos contratados nessa prioridade (Tabelas 67 e 68).

No que se refere à quantidade de operações, 31,7% foram contratadas na Chapada de Araripe, 28,2% na mesorregião do Xingó e 16,9% na mesorregião do Vale do Jequitinhonha / Mucuri (Tabelas 67 e 68).

Tabela 67– FNE – Contratações⁽¹⁾ em mesorregiões por estado – Exercício de 2015
Valores em R\$ mil

Estados	Mesorregião	Quantidade de operações	Valor contratado
Alagoas	Xingó	6.645	46.200
Bahia	Vale do Jequitinhonha / Mucuri	5.593	188.785
	Xingó	12.115	110.721
Ceará	Chapada do Araripe	10.228	158.942
Espírito Santo	Vale do Jequitinhonha / Mucuri	262	35.334
Maranhão	Bico do Papagaio	4.655	157.804
	Chapada das Mangabeiras	631	158.776
Minas Gerais	Águas Emendadas	1.493	45.176
	Vale do Jequitinhonha / Mucuri	12.797	132.618

Paraíba	Seridó	4.708	35.437
Pernambuco	Chapada do Araripe	11.213	101.595
	Xingó	4.596	41.539
Piauí	Chapada das Mangabeiras	6.837	518.918
	Chapada do Araripe	13.451	119.763
Rio Grande do Norte	Seridó	7.171	78.634
Sergipe	Xingó	7.704	113.597
Total		110.099	2.043.839

Fonte:BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

III.III Contratações em mesorregiões – Região Semiárida e outras regiões

Com base na Tabela 68, constata-se que as áreas das mesorregiões pertencentes ao semiárido realizaram 79,4% das operações e contrataram 47,3% dos recursos. As mesorregiões da Chapada do Araripe e do Xingó influenciaram sobremaneira esse resultado, tendo em vista que estão totalmente localizadas no semiárido nordestino.

Tabela 68– FNE – Contratações⁽¹⁾ em mesorregiões – Região Semiárida e outras regiões – Exercício de 2015

Região	Mesorregiões	Valores em R\$ mil	
		Quantidade de operações	Valor contratado
Semiárido		87.388	967.193
	Chapada das Mangabeiras	3.652	113.856
	Chapada do Araripe	34.892	380.300
	Seridó	11.879	114.071
	Vale do Jequitinhonha e do Mucuri	5.905	46.909
	Xingo	31.060	312.057
Outras Regiões		22.711	1.076.646
	Águas Emendadas	1.493	45.176
	Bico do Papagaio	4.655	157.804
	Chapada das Mangabeiras	3.816	563.838
	Vale do Jequitinhonha / Mucuri	12.747	309.828
Total		110.099	2.043.839

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

III.IV Contratações em mesorregiões por setor

Com base na Tabela 69, constata-se que o Setor Rural foi responsável por R\$ 1,6 bilhão (76,0%) contratado em 105,6 mil operações (95,9%), evidenciando a importância desse setor para o dinamismo econômico desses espaços subnacionais.

No Setor Comércio e Serviços foram realizadas 3.557 contratações (3,2%), que resultaram em R\$ 386,2 milhões contratados (18,9%). Esse resultado teve forte influência da mesorregião Chapada do Araripe e da mesorregião do Vale do Jequitinhonha / Mucuri que, juntas registraram, aproximadamente, R\$ 204,2 milhões em 1.752 operações contratadas, no ano de 2015.

Tabela 69 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em mesorregiões por setor – Exercício de 2015

Valores em R\$ mil

Mesorregiões	Águas Emendadas		Bico do Papagaio		Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Seridó		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Total	
	Quant.	Vr. contratado	Quant.	Vr. contratado	Quant.	Vr. contratado	Quant.	Vr. contratado	Quant.	Vr. contratado	Quant.	Vr. contratado	Quant.	Vr. contratado	Quant.	Vr. contratado
Rural	1.441	41.714	4.391	118.848	7.202	626.858	33.508	208.468	11.221	62.520	17.703	254.400	30.162	240.919	105.628	1.553.726
Agroindústria	4	15	23	92	26	102	144	1.106	11	916	167	4.872	43	497	418	7.600
Indústria	-	-	17	4.610	24	3.181	164	43.183	114	13.017	72	16.295	52	6.681	443	86.967
Turismo Comércio e Serviços	-	-	3	500	1	2.864	29	3.191	9	606	5	1.351	6	829	53	9.342
	48	3.447	221	33.755	215	44.689	1.047	124.352	524	37.013	705	79.819	797	63.130	3.557	386.205
Total	1.493	45.176	4.655	157.804	7.468	677.694	34.892	380.300	11.879	114.071	18.652	356.737	31.060	312.056	110.099	2.043.839

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

IV. Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES de Petrolina - Juazeiro e Grande Teresina - Timon

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são áreas consideradas prioritárias pelo Decreto Nº 6.047/2007, que instituiu a PNDR. Dentro dessa prioridade, conforme tabelas 71 e 72, foram contratados na RIDE Petrolina-Juazeiro, aproximadamente, R\$ 138,1 milhões, em quase 5,0 mil operações. Destaque para o Setor Rural, onde foram contratados R\$ 70,4 milhões (Tabela 71).

Tabela 70– FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por município – Exercício de 2015

Municípios	Valor	Valores em mil	
		Quant	% valor
Casa Nova	17.378,7	984	12,6
Curaçá	1.418,3	240	1,0
Juazeiro	44.054,6	1.398	31,9
Lagoa Grande	1.396,8	215	1,0
Orocó	2.499,5	478	1,8
Petrolina	67.913,2	1.291	49,2
Santa Maria da Boa Vista	1.428,3	212	1,0
Sobradinho	2.024,5	180	1,5
Total	138.113,9	4.998	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Vale destacar, também, as contratações no âmbito do Setor de Comércio que somaram R\$ 58,8 milhões, num total de 461 operações, no ano de 2015 (Tabela 71).

Tabela 71 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por setor – Exercício de 2015

Setor	Valores em mil		
	Valor	Quant	% valor
Agricultura	53.740,2	925	38,9
Agroindústria	5.496,9	8	4,0
Comercio e Serviços	58.767,8	461	42,6
Indústria	3.060,6	23	2,2
Pecuária	16.622,3	3.576	12,0
Turismo	426,0	5	0,3
Total	138.113,9	4.998	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Na RIDE Grande Teresina - Timon, de acordo com as tabelas 72 e 73, foram realizadas 4.095 operações, resultando em R\$ 241,3 milhões contratados. No Setor Comércio e Serviços foram financiadas 3.842 operações, representando 76,2% do volume contratado nessa região integrada de desenvolvimento, com destaque para as atividades comércio varejista, comércio atacadista, e saúde e serviços médicos²⁴.

Tabela 72 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon – Por município – Exercício 2015

Município	Valores em mil		
	Valor	Quant	% valor
Altos	7.498,8	552	3,1
Benedictinos	1.566,9	242	0,6
Coivaras	497,5	102	0,2
Curralinhos	846,5	72	0,4
Demerval Lobão	522,5	79	0,2
José de Freitas	1.782,4	265	0,7
Lagoa Alegre	2.059,5	178	0,9
Lagoa do Piauí	1.372,9	55	0,6
Miguel Leão	89,9	19	0,0
Monsenhor Gil	1.164,4	106	0,5
Nazária	439,5	78	0,2
Pau D'Arco do Piauí	1.065,7	173	0,4
Teresina	182.991,8	1.078	75,8
Timon	34.068,7	744	14,1
União	5.344,8	352	2,2
Total	241.312,0	4.095	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

²⁴ Base do Ativo do BNB.

Em relação ao volume de recursos aplicados, merecem destaque os setores Comercial e Industrial, nos quais foram contratados 76,2 e 12,1% dos recursos, respectivamente (Tabela 73).

Tabela 73 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon – Por setor – Exercício 2015

Setor	Valores em R\$ mil		
	Valor	Quant	% valor
Rural	3.888,0	136	1,6
Agroindustrial	396,6	8	0,2
Comercial	183.890,8	514	76,2
Industrial	29.137,8	91	12,1
Serviços	20.867,7	3.328	8,6
Total	241.312,0	4.095	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

4 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

4.1 – Inadimplimento das operações

A inadimplência das operações no âmbito do FNE registrada durante o ano de 2015 foi de 3,4%, apresentando leve incremento em relação ao exercício de 2014, que foi de 2,8% (Tabela 74).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às aplicações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (16,5%) que apresentaram significativa redução em relação a 2014, cujo índice foi de 20,1%.

Tabela 74– FNE – Saldos de aplicações e atraso por porte dos beneficiários⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2015

Porte	Valores em R\$ mil				
	Saldo aplicações	Aplicações (%) ⁽²⁾	Saldo em atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do segmento (%) ⁽⁵⁾
Cooperativas/Associações	212.923	0,4	35.129	0,1	16,5
Micro e Mini	11.108.598	23,2	537.092	1,1	4,8
Pequeno	6.874.051	14,4	353.849	0,7	5,1
Pequeno-Médio	2.223.842	4,6	67.795	0,2	3,0
Médio	6.750.117	14,1	282.062	0,6	4,2
Grande	20.691.945	43,2	337.680	0,7	1,6
Total	47.861.476	99,9	1.613.607	3,4	3,4

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

O contínuo trabalho desenvolvido pelo BNB em aprimorar seus mecanismos de controle, acompanhamento e cobrança das operações de crédito, frente a fatores adversos de âmbito externo, colaborou para a redução dos índices de inadimplência.

Os setores Financiamento à Exportação, Agroindustrial e Rural foram os que apresentaram os maiores índices de inadimplência, com registros de 23,8%, 8,0% e 5,0%, respectivamente (Tabela 75).

Tabela 75 – FNE – Saldos de aplicações e atraso por setor ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2015
Valores em R\$ mil

Setor	Saldo aplicações	Aplicações (%) ⁽²⁾	Saldo em atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do segmento (%) ⁽⁵⁾
Rural	19.034.028	39,8	958.548	2,0	5,0
Agroindustrial	992.754	2,1	78.931	0,2	8,0
Industrial/Turismo	13.081.430	27,3	180.837	0,4	1,4
Infraestrutura	4.951.147	10,3	-	-	-
Comércio e Serviços	9.714.051	20,3	374.369	0,8	3,9
Financ. à Exportação	88.066	0,2	20.922	-	23,8
Total	47.861.476	100,0	1.613.607	3,4	3,4

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se a diminuição do índice de inadimplência para as operações formalizadas até 30.11.1998, de 4,9% (2014) para 4,5% (2015). No caso das operações após essa data, observou-se leve incremento, passando de 2,4%, em 2014, para 3,1% no exercício de 2015 (Tabela 76).

Tabela 76 – FNE – Saldos de aplicações e atraso por data de contratação ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2015

Valores em R\$ mil

Data contratação	Saldo aplicações	(%) ⁽²⁾	Saldo em atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do segmento (%) ⁽⁵⁾
Até 30.11.1998 ⁽⁶⁾	7.868.691	16,4	357.122	0,8	4,5
Após 30.11.1998 ⁽⁷⁾	39.992.785	83,6	1.256.485	2,6	3,1
Total	47.861.476	100,0	1.613.607	3,4	3,4

Fontes: BNB – Ambiente de Controle das Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.
 Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A, da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento. (6) Refere-se a operações contratadas originalmente com recursos do FNE. (7) Abrange as operações contratadas originalmente com recursos do FNE e aquelas convertidas, adquiridas ou reclassificadas para o FNE, com base nas Leis 10.464, 10.696, 11.322, 11.775 etc.

4.2 – Recuperação de crédito

No ano de 2015, o Banco do Nordeste regularizou 41.953 operações de crédito no âmbito do FNE, implicando a recuperação de dívidas no montante de R\$ 404,4 milhões.

Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie de aproximadamente R\$ 52,2 milhões, equivalente a 12,9% do total recuperado (Tabela 77).

Tabela 77 – FNE – Recuperação de dívidas ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2015

Valores em R\$ mil

Estado	Quantidade	Valor em espécie	Valor renegociado	Total recuperado
Alagoas	1.330	1.114	39.163	40.277
Bahia	6.396	12.922	80.348	93.270
Ceará	9.496	6.080	50.161	56.241
Espírito Santo	86	1.070	13.110	14.180
Maranhão	1.823	6.211	30.955	37.166
Minas Gerais	925	1.829	16.291	18.120
Paraíba	3.521	884	8.363	9.247
Pernambuco	9.664	13.080	63.867	76.947
Piauí	2.586	3.621	20.220	23.841
Rio Grande do Norte	5.567	4.486	24.519	29.005
Sergipe	559	897	5.219	6.116
Total	41.953	52.194	352.216	404.410

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, considerando as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais, excluindo os bônus e dispensas.

É inegável o esforço empreendido pelo Banco ao longo dos anos para reduzir os indicadores de inadimplência. Dentro da política de gestão dos créditos em situação de atraso ou prejuízo, destacamos as seguintes ações estratégicas com foco especial nos valores mais expressivos:

- ⇒ Definição e divulgação de melhores práticas de recuperação de crédito nas áreas de controle, segurança e apoio operacionais, possibilitando o cumprimento das políticas e diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva com vistas a preservar a qualidade dos ativos do Banco;
- ⇒ Acompanhamento e disseminação diários dos resultados do Programa de Ação - Variável REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS, dissociando a atuação das AGÊNCIAS e GERATs;
- ⇒ Sistematização de reuniões com parceiros institucionais externos para revelar as condições estabelecidas nos Instrumentos Legais de Renegociação de Dívidas (Leis e Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN);
- ⇒ Difusão contínua em mídia externa para produtores rurais com condições de enquadramento nas disposições dos instrumentos legais de renegociações de dívidas;
- ⇒ Formação de mutirões nas agências para elaboração de cálculos das dívidas e registros nos sistemas operacionais de controle;
- ⇒ Monitoramento dos resultados obtidos nas regularizações de dívidas amparadas em legislações específicas, com ênfase na Lei nº 12.844/2013, e também nas renegociações com base na Resolução do CONDEL nº 55/2012 e nas Resoluções do CMN nºs 4.298 de 2013, 4.314, 4.315 e 4.365 de 2014;
- ⇒ Realização periódica de Reuniões de Trabalho por meio de áudios e videoconferências com os funcionários das Gerências de Reestruturação de Ativos – GERATs, Superintendências Estaduais e Ambiente de Recuperação de Crédito, para análise do desempenho de cada Unidade e direcionamento de ações em prol da melhoria dos resultados, envolvendo as Centrais de Crédito, Centrais Regionais de Controle Interno e Ambiente de Contencioso Jurídico;
- ⇒ Revisão constante do fluxo de renegociação de dívidas, com o propósito de simplificar o processo, mantendo elevados níveis de controle e governança;
- ⇒ Estudo dos roteiros e ferramentas utilizados na verificação de conformidade das propostas de renegociação de dívidas, com o objetivo de promover a melhoria do Índice Médio de Conformidade (IMC) do produto 'Renegociação de Dívidas';

- ⇒ Monitoramento diário do cumprimento dos prazos normativos referentes à instrução da Autorização de Cobrança Judicial (ACJ);
- ⇒ Aprovação da política de supervisão do Processo de Instrução e Processamento da Autorização de Cobrança Judicial (ACJ), com a definição das ações dos diversos níveis de supervisão, cujo Projeto já se encontra priorizado pelo Comitê de Tecnologia (COTEC);
- ⇒ Elaboração/Atualização permanente de plano de resultados de renegociações de dívidas, onde ocorre o monitoramento das Propostas de Regularização de Dívidas-PRDs em tramitação, em articulação com os diversos agentes envolvidos no processo, com o objetivo de promover celeridade à formalização das negociações;
- ⇒ Redefinições pontuais da Campanha de Recuperação de Crédito – Dívidas Rurais, em parceria com a Superintendência de Marketing e Comunicação, viabilizando o contato através do Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão com os clientes responsáveis por operações que reúnam características de enquadramento na Lei nº 12.844/2013, bem como nas resoluções 4.314 e 4.315/2014;
- ⇒ Inserção do curso Master of Business Administration (MBA) em 'Gestão de Crédito e Reestruturação de Ativos' no Programa de Educação Corporativa, em parceria com o Instituto Pesquisa em Administração (Inepad), na modalidade à distância, objetivando a atualização e qualificação teórica/prática do corpo funcional, transformando as atuais políticas de recuperação de crédito em ações de cobranças mais efetivas. Curso em andamento, com previsão de conclusão em MAR/2016.

4.3 – Operações renegociadas com base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27/09/1989

Conforme preconiza o artigo 15-D, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, regulamentado pela Resolução do CONDEL nº 55/2012, de 13/07/2012, apresentam-se as informações das operações com recursos do FNE renegociadas sob a metodologia de liquidação com base no valor presente dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e coobrigados, durante o ano de 2015, em conformidade com as práticas e regulamentações do BNB (Tabela 78).

Tabela 78 – FNE – Liquidações pelo equivalente financeiro em 2015 – Resolução 55/2012 do CONDEL – Posição 31/12/2015

Valores em R\$ mil			
Qtde Operações	Qtde Clientes	Vr. Cliente	Vr Total Regularizado
22	8	4.087	16.260

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito.

As operações estavam sendo cobradas judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores inadimplidos e foram liquidadas pelo equivalente financeiro do valor atual do patrimônio passível de penhora dos mutuários e respectivos garantidores.

4.4 - Operações liquidadas/renegociadas com base nas medidas legais de regularização de dívidas (resoluções CMN nº 4.298, 4.299, 4.314, 4.315, 4.365 e Art. 8º e 9º da Lei 12.844/2013)

As medidas governamentais de regularização de dívidas rurais representadas pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional de nºs 4.298, 4.299, 4.314, 4.315 e 4.365, assim como com respaldo nos Arts. 8º e 9º da Lei 12.844/2013 permitiram a regularização de 32.966 operações, envolvendo recursos na ordem de R\$ 816,1 milhões (Tabela 79).

Tabela 79 – FNE – Regularizações de operações realizadas em 2015 com base nas resoluções CMN nº 4.298, 4.299, 4.314, 4.315, 4.365 e Art. 8º e 9º da Lei 12.844/2013 – Posição 31/12/2015

Valores em R\$ mil			
Instrumentos legais	Qtde operações	Qtde clientes	Total regularizado
Art. 8º Lei nº 12.844	23.826	16.665	537.366
Art. 9º Lei nº 12.844	3.096	2.086	77.152
Res.4.298	1.518	1.180	13.842
Res.4.299	49	46	90
Res.4.314	95	79	52.743
Res.4.315	388	315	38.838
Res.4.365	3.994	2.545	96.142
Total	32.966	22.916	816.173

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito

O art. 8º da mencionada Lei, por exemplo, garantiu aos produtores rurais até 31/12/2015 a liquidação das operações pactuadas até 31/12/2006 com rebate de até 85% sobre o saldo devedor atualizado pelos encargos para a situação de normalidade.

Já as Resoluções de nºs 4.314 e 4.315, de 27/03/2014 permitiram a renegociação de dívidas originárias de operações do FNE 'não rurais' e 'rurais', respectivamente, com base nos encargos contratuais de normalidade, excluídos os bônus de adimplência, rebate, sem cômputo de multa, mora, quaisquer outros encargos por inadimplemento, e prazo para pagamento de até 10 anos.

Por sua vez, foi aplicada a remissão das operações contratadas até 28/11/2014 com recursos do FNE ao amparo do extinto Programa da Terra, cujo somatório de seus saldos devedores fosse de até R\$ 10.000,00. Também puderam ser liquidadas até 31/08/2015 as operações com aplicação de rebate 80% e com desconto fixo de R\$ 2.000,00, em que o somatório de seus saldos devedores fosse superior a R\$ 10.000,00 na posição de 27/12/2013, consoante o Decreto nº 8.179/2013 e o art. 8º da Lei nº 13.001/2014 regulamentados pela Resolução nº 4.365/2014, do Conselho Monetário Nacional.

Dessa forma, de um modo geral, as medidas legais se constituem importantes mecanismos de recuperação de crédito, em particular dos valores inadimplidos, pelo que se reforça continuamente o apelo para que as unidades operadoras busquem o enquadramento do maior número possível de operações, com vistas à melhoria contínua dos resultados corporativos.

5 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações da área rural:

Fase de desembolso

- Vistoria por amostragem nos clientes com saldo devedor (mais valor a desembolsar) até R\$ 250.000,00, incluídas as operações no âmbito do Pronaf Grupo A e as operações no âmbito do Pronaf Grupo B, observando-se as seguintes faixas de valor e percentuais:
 - até R\$ 40.000,00(quarenta mil reais); 5% de todas as operações rurais e não rurais;
 - superiores a R\$ 40.000,00(quarenta mil reais) até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); 10% de todas as operações rurais e não rurais;
 - superiores a R\$ 200.000,00(duzentos mil reais) até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); 15% (quinze por cento) de todas as operações rurais e não rurais;
- Vistoria de 100% das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R\$ 250.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

As operações não rurais "em ser", são vistoriadas após cada desembolso ocorrido no mês anterior.

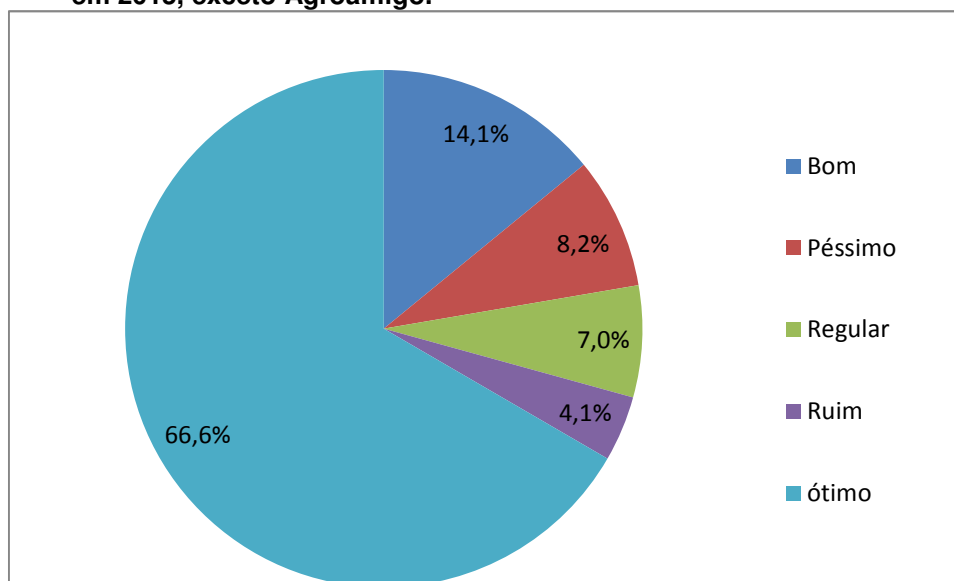
5.1 – Síntese das visitas de acompanhamento realizadas em 2015

O Banco do Nordeste realizou 185.576 atividades de campo em operações do FNE no ano de 2015, envolvendo vistorias de desembolso e rotina.

Excluindo-se as operações no âmbito do Programa Agroamigo (166.040), a situação dos empreendimentos visitados em 2015 (Gráfico 21), apresentou o seguinte resultado:

- ótimo, bom e regular –87,7%
- ruim ou péssimo –12,3%

Gráfico 21– Situação dos Empreendimentos Vistoriados pelo BNB, no âmbito do FNE, em 2015, exceto Agroamigo.



Fonte: BNB - Ambiente de Concessão de Crédito.

5.2 – Principais ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações em 2015 cujos empreendimentos estão considerados na situação de ótimo, bom e regular (87,7%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto.
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas.
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente.
- O planejamento técnico do projeto foi adequado.
- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais.
- Não houve ocorrência de fatores adversos.
- O empreendimento é competitivo.
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto.

- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória.
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado.
- As exigências ambientais do projeto foram atendidas.
- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidas à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema, ou ainda medidas drásticas, tais como a execução judicial da operação.

6 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

6.1 - Síntese dos indicadores utilizados na avaliação de resultados e impactos do FNE – Exercício 2015

6.1.1 - Indicadores de eficácia

Área Responsável pelos dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Algoritmo referente a cada indicador, calculado com os dados constantes na base do ativo operacional do Banco.

Quadro 2 – Indicadores de eficácia – FNE 2015

Indicador	Descrição do indicador	2015		Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
		Reprog. (%)	Real. (%)	
% financiado na região semiárida	Somatório dos valores das operações contratadas na região semiárida com recursos do FNE, no exercício / valores dos ingressos de recursos do FNE, no exercício	50,0	63,7	Ver item 3.3.2 – Contratações no semiárido e fora do semiárido
% financiado em empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	51,0	59,2	Ver item 3.3.3 – Contratações por porte de beneficiário
% financiado em empreendimentos de médio e grande portes	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos de médio e grande portes, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	49,0	40,8	
% financiado no Setor Rural	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor rural, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	39,0	47,9	Ver item 3.1 – Contratações setoriais
% financiado no Setor Agroindustrial	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor agroindustrial, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	1,6	1,1	
% financiado no Setor Industrial	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor industrial, com recursos do FNE /	21,4	12,9	

	somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE.			
% financiado no Setor Turismo	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor turismo, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE.	4,8	4,6	
% financiado no Setor de Infraestrutura	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor de infraestrutura, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE.	3,2	4,3	
% financiado no Setor Comércio/Serviços	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor de comércio/serviços, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE.	30,0	29,3	

Indicador: % financiado por Estado

Descrição do Indicador: Somatório dos valores das operações contratadas por Estado com recursos do FNE / Somatório dos valores das operações contratadas com recursos do FNE.

Área Responsável pelos dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Algoritmo referente a cada indicador, calculado com os dados constantes na base do ativo operacional do Banco.

Quadro 3 – Indicadores de eficácia – Contratação por estado – FNE 2015

Estado	2015		Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
	Reprog. (%)	Real. (%)	
Alagoas	4,5	3,8	Ver item 3.3.1– Contratações por estado
Bahia	21,9	28,0	
Ceará	15,2	15,6	
Espírito Santo	2,5	1,3	
Maranhão	9,8	10,6	
Minas Gerais	5,5	6,9	
Paraíba	6,1	5,5	
Pernambuco	14,4	10,7	
Piauí	8,9	9,2	
Rio Grande do Norte	6,7	5,2	
Sergipe	4,5	3,2	
Total	100,0	100,0	

6.1.2 - Indicadores de efetividade

Área Responsável pelos dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), base 2009

Quadro 4 – Indicadores de efetividade – FNE 2015

Indicador	Descrição do indicador	2015	Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
Pagamento de salários	Acréscimo no pagamento de salários devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda, na região Nordeste	R\$ 4,2 bilhões	Ver item 6.3.2 – Impactos socioeconômicos do FNE – Contratações no ano 2015
Emprego	Número de empregos formais e informais que serão gerados devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda, na região Nordeste	839,1 mil ocupações	
Geração de tributos	Acréscimo na arrecadação de impostos devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda, na região Nordeste	R\$ 1,7 bilhão	
Valor adicionado à economia	Acréscimo à economia da região Nordeste devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 14,3 bilhões	
Valor Bruto da Produção	Acréscimo na produção bruta da região Nordeste devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 23,7 bilhões	

6.1.3 - Indicadores de eficiência operacional

Área responsável pelos indicadores: Ambiente de Controladoria

Quadro 5 – Indicadores de eficiência operacional – FNE 2015

Indicadores de desempenho	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Retorno s/ PL (1)	0,6%	1,1%	1,8%	2,6%	1,6%	1,5%	1,5%	1,8%
Margem financeira (2) s/ PL	5,2%	4,9%	4,3%	4,8%	4,4%	3,6%	4,1%	5,6%
Inadimplência (3)	4,7%	3,6%	3,8%	3,4%	3,6%	3,4%	2,9%	3,4%

Notas: (1) Retorno sobre o PL sem considerar os efeitos de desconto em renegociações, rebates e bônus. Taxa anualizada. (2) Margem Financeira = Receitas operações de crédito + Remuneração das disponibilidades - Del credere - Rebates e Bônus. Taxa anualizada. (3) Inadimplência = Saldo de parcelas em atraso a partir de 01 dia / Saldo total de operações de crédito.

6.2 - Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das contratações realizadas pelo FNE no ano de 2015

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumental de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste e Estados, que a partir de 2015 passou a adotar o nome de Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE)²⁵. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB nas avaliações do FNE, sendo um dos métodos previstos em sua metodologia (SOUSA, 2010) para mensurar os impactos dessa importante fonte de recursos.

6.2.1 - Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

²⁵ GUILHOTO, Joaquim José Martins... [et al]. Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados: Metodologia e Resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), elaborado em 2014 pela FIPE-USP por solicitação do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste- ETENE, do Banco do Nordeste do Brasil S.A., para apoio aos estudos por ele desenvolvidos. A publicação que sempre acompanha e apresenta as novas versões das matrizes de insumo-produto do Nordeste, da parceria FIPE/BNB-ETENE está em elaboração.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da Matriz de Insumo-Produto, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do País eles são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e às suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como Tabela de Insumo-Produto.

O SIIPNE, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica, construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre todos estados do País, abertos em sessenta zonas. Utiliza dados de estoque de empregos, exportações e importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com o SIIPNE, é possível identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do Banco, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste, do Norte do Espírito Santo e do Norte de Minas Gerais, integrando-os à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e geram-se valores adicionados (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, o consumo da administração pública, a formação bruta de capital fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre

no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias, decorrente do aumento de horas trabalhadas ou novas contratações, é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada Matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Na construção do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE) foram considerados sessenta “regiões” ou zonas (os estados nordestinos subdivididos em áreas menores, computando 38 zonas, mais Espírito Santo e Minas Gerais abertos em três zonas – isto porque interessa ao Banco as áreas norte de cada estado pois fazem parte de sua área de atuação, e os outros dezesseis estados brasileiros, cada um deles considerado por inteiro, ou seja, constituído de apenas uma zona) e oitenta e dois setores econômicos, perfazendo, apenas no que diz respeito aos insumos intermediários, uma sub-matriz de 4.920 linhas e 4.920 colunas. O SIIPNE utiliza dados das contas regionais e nacionais de 2009, e de outras fontes estaduais, porém, o valor da produção menos o consumo intermediário de cada estado, converge para o PIB estadual do ano em questão. É importante assinalar que, embora o quadro socioeconômico dos Estados do Nordeste tenha apresentado consideráveis mudanças na última década, as transformações na estrutura produtiva de um determinado território costumam ocorrer somente no médio ou no longo prazo.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da Matriz Inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um ano, os impactos serão, principalmente, dentro daquele ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado

o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores os impactos são residuais.

O SIIPNE, entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados no processo de avaliação das aplicações do FNE. Com ele, é possível estimar os impactos das contratações (empréstimos) do FNE no valor bruto da produção, valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, nos estados da Área de Atuação do Banco do Nordeste (estados do Nordeste e o Norte do Espírito Santo e de Minas Gerais), além dos efeitos de transbordamento para outras regiões do País. Quanto aos impactos estimados, vale observar que estes passam a ocorrer a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP (SIIPNE), para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor das contratações, dado que, mesmo que ocorram vários desembolsos, eles fecharão com o valor da contratação. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

O volume estimado de empregos é uma variável que requer maior atenção, dada sua conotação social em termos de qualificação do trabalho, formalidade ou informalidade dentro das cadeias produtivas, sendo necessário tecer algumas considerações:

a) o efeito direto é o emprego estimado no setor que deve aumentar sua produção para atender o aumento da demanda final. Como exemplo, temos o caso de uma empresa que para obter o financiamento, necessita atender todos os requisitos legais, incluindo a formalização dos empregados. Assim, a qualidade do emprego gerado deve estar de acordo com o perfil médio de qualificação exigido pelas empresas dentro da atividade, inclusive por causa da concorrência (não seguir o padrão do setor significaria perda de competitividade). As exigências feitas pelo Banco do Nordeste para o fornecimento do crédito também induzem à qualificação exigida pelo setor;

b) o efeito indireto é o emprego estimado em função do aumento das demandas intermediárias nos diversos setores que atenderão à atividade que teve aumentada a demanda final. Nesse caso, a MIP estima o emprego a partir das relações intersetoriais que compõem a matriz de recursos e usos do Nordeste (base para o cálculo da MIP), e não existem possibilidades de se detectar o volume de emprego e sua qualidade em cada elo da cadeia produtiva impactada pelo aumento da demanda final. O que se tem é o total do emprego estimado pelo efeito indireto, que não pode ser aberto por qualificação ou outras características, como formal e informal. Pode-se apenas inferir, considerando o mesmo critério da concorrência entre as empresas de

um mesmo setor, que as empresas afetadas indiretamente seguem o padrão do setor para não incorrerem em custos maiores do que os dos concorrentes;

c) o efeito induzido é o emprego estimado decorrente do aumento da renda das famílias que tiveram incremento em horas trabalhadas ou pelas novas contratações, a partir do aumento da demanda final (efeito direto) e das demandas intermediárias (efeito indireto). As mesmas limitações destacadas na estimação do efeito indireto, também ocorrem, no efeito induzido.

6.2.2 - Impactos socioeconômicos do FNE na área de atuação do Banco do Nordeste – Contratações no ano de 2015²⁶

Cabe salientar que os valores analisados nesta seção se referem às contratações nos estados nordestinos, assim como no Norte do Espírito Santo e no Norte de Minas Gerais.

Considerando apenas os **efeitos dentro da área de atuação do Banco do Nordeste**, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo II²⁷, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 23,7 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados no ano de 2015²⁸. O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção regional é o Rural, com 47,1% desse valor, ficando o setor de comércio e serviços como segundo em participação, 34,1%, condizentes com a participação de tais setores no volume contratado pelo FNE em 2015.

O valor agregado (renda) à economia da área de atuação do Banco do Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação da parcela do PIB da Região²⁹, decorrente dos financiamentos do FNE) é estimado em R\$ 14,3 bilhões (Tabela 80).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 839 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas ou mantidas na área de atuação do Banco do Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2015. Isto significa que, à medida que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo das cadeias de produção, essas novas ocupações serão criadas, ou

²⁶ Para efeito da MIP, as contratações do Setor Turismo foram agregadas ao Setor Comércio e Serviços.

²⁷ Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo I refere-se aos efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, se refere ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e indireto, e o conseqüente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, automóveis, etc).

²⁸ A suposição é que as contratações de 2015 geram investimentos e operações em custeio, realizados no mesmo período em referência, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

²⁹ Representa o PIB a preços básicos, sem incluir os impostos.

mantidas, a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Cabe salientar que essas ocupações **não significam o saldo no final do ano**, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais), ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise. Os dados do CAGED (empregados com vínculo celetista), para o ano de 2015, indicam uma entrada de **2.723 mil** novas ocupações na área de atuação do Banco do Nordeste. A estimativa de empregos gerados pelas contratações do FNE, formais e informais, representam **30,8%** dos empregos formais gerados no período, informados pelo CAGED. Do total estimado de novas ocupações a partir dos financiamentos do FNE, aproximadamente 498 mil ocupações deverão ser geradas ou mantidas no Setor Rural, representando 59,3% dos empregos gerados na área de atuação do Banco do Nordeste. Desse valor, pode-se observar a característica de intensidade em mão de obra, típico da agropecuária nordestina. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano³⁰, utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos estimados serão mantidos durante um ano.

Todavia, cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Comércio e Serviços e Indústria deverão gerar ou manter em torno de 250 mil e 65 mil ocupações, respectivamente, representando 29,8% e 7,7% do total esperado³¹ (Tabela 80).

³⁰ Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

³¹ Cabe observar que, para o cálculo da estimativa da geração de empregos, o valor do financiamento deve ser deflacionado para 2009, que é a base do gerador de emprego na MIP.

Tabela 80 – Repercussões econômicas das contratações do FNE – 2015¹ - R\$ Milhões e empregos em número de pessoas

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
Valor Contratado	2.667,4	2.842,7	125,4	1.482,1	488,6	3.889,0	11.495,2
Resultados por Setor - Área de Atuação do BNB							
Valor Bruto da Produção	5.373,9	5.786,2	279,7	3.118,7	1.056,1	8.072,4	23.687,0
Valor Agregado/ Renda	3.451,7	3.667,8	122,2	1.369,4	536,4	5.104,8	14.252,3
Empregos	190.126	307.601	7.856	64.505	19.230	249.762	839.080
Salários	694,6	1.189,1	44,8	471,7	147,5	1.647,6	4.195,2
Tributos	332,1	441,9	27,2	338,9	138,3	459,2	1.737,6
Resultados por Setor - Brasil: Área de Atuação do BNB + Resto do Brasil							
Valor Bruto da Produção	10.327,0	11.438,2	548,2	6.072,4	1.972,6	15.419,9	45.778,4
Valor Agregado/ Renda	5.740,1	6.267,1	245,5	2.734,7	973,0	8.556,1	24.516,3
Empregos	240.383	367.345	10.791	94.112	28.522	325.721	1.066.873
Salários	1.485,9	2.083,7	87,1	944,4	299,6	2.851,5	7.752,3
Tributos	824,6	1.007,2	52,8	626,7	229,8	1.195,7	3.936,8

Fonte: Ambiente de Controle de Operações Financeiras e de Crédito. Elaboração: Etene-Célula de Estudos e Pesquisas. 1. Impactos estimados a partir do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), base 2009, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação de recursos. 2. Valores a preços correntes do ano de 2015.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na área de atuação do Banco do Nordeste, totalizam R\$ 4,2 bilhões, cabendo ao Setor Rural a importância de R\$ 1,9 bilhão, representando 44,9% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Comércio e Serviços com 39,3% de participação nos salários, seguido pela Indústria, com 11,2%.

Quanto à geração de impostos (tributação) na área de atuação do Banco do Nordeste, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, com destaque para os setores Rural, Comércio e Serviços e Indústria.

Cabe, ainda, comentar sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração ou manutenção de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos (que necessitam de mão de obra mais qualificada e mais cara). Vale lembrar que esses números levam em consideração tanto os empregos gerados na área de atuação do Banco do Nordeste como também no resto do País, devido às contratações do FNE e aos efeitos de transbordamento.

O menor valor para a geração de um emprego encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra e tem maior destaque, em sua composição estrutural do trabalho, o componente informal. A contratação de R\$ 9.067 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural³². Para os demais

³² Olhando as atividades agrícola e pecuária, para se gerar um emprego, são necessários, R\$ 11.096 e R\$ 7.739, respectivamente. O valor para a agricultura é maior em função de que 71% dos empregos gerados são nas atividades de soja, algodão e fibras e têxteis, que têm uma intensidade tecnológica maior que as outras atividades da pecuária.

setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 15.748 na Indústria, R\$ 17.132 no Setor de Infraestrutura, R\$ 11.940 em Comércio e Serviços, R\$ 11.621 na Agroindústria e R\$ 10.775 na média das contratações. As maiores relações se dão nos setores mais intensivos em capital. No Setor Comércio e Serviços, o valor médio se reduz por causa do subsetor comércio, que tem um salário mais baixo. O subsetor de Serviços deve puxar o valor de geração de emprego para cima, que é, onde se observa o maior aumento de salários nos últimos anos.

6.2.2.1 Os Efeitos transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE ocorrem fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como da demanda final da área de atuação do Banco do Nordeste. Esses impactos são captados, no SIIPNE, através dos efeitos indiretos e induzidos. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção, decorrentes de novos investimentos, principalmente no valor bruto da produção e nos tributos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para impactos totais de R\$ 45,8 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 22,1 bilhões (48,3%) ocorrem fora da área de atuação do Banco do Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 1.067 mil novas ocupações ou a manutenção, 21,4% dessas devem ser geradas fora da Região de atuação do Banco (Tabela 80). Com relação à geração de tributos, de um total de R\$ 3,9 bilhões, R\$ 2,2 bilhões (55,9%) são tributos enviados para fora da Região, fato que aponta para uma estrutura tributária concentrada em tributos federais. Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento da área de atuação do Banco do Nordeste beneficia conjuntamente o restante do País. Também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, indicando a baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender à demanda para consumo de sua população.

6.2.2.2 Impactos socioeconômicos previstos dos financiamentos do FNE para Mini/Micro, Pequenos, Pequeno-Médio e Médios Empreendimentos na região Nordeste

Os valores contratados pelo FNE para os mini/micro, pequenos, pequeno-médios e médios empreendimentos, alcançaram R\$ 8,5 bilhões no ano de 2015 (Tabela 81), consumindo 74,3% do total das aplicações do fundo. Vale enfatizar a representatividade das contratações desses empreendedores, no total das contratações do FNE, por setor. Essa participação, no período em análise, para as atividades agrícola, pecuária e comércio e serviços, representam 74,3%, 99,2% e 76,3%, respectivamente. A participação dos empreendimentos até o porte médio, no total dos financiamentos da atividade industrial chega a quase metade, 47,2%. A menor participação dos empreendedores até o porte médio está no Setor de Infraestrutura, que chega a apenas 3,3% dos financiamentos do período em referência, notadamente uma atividade mais intensiva em capital e que, por isto, exige recursos em maior escala. Cabe ainda salientar, quanto ao setor de Infraestrutura, que ele é a base para a redução de custos nos outros setores. A orientação estratégica do Banco do Nordeste do Brasil é focar os empreendimentos até médio porte, fato constatado na evolução das aplicações: em 2012, 58,6% dos financiamentos foram para esses empreendedores; no ano de 2013, o percentual cresceu para 61,7%. No ano de 2014, o percentual permanece no mesmo padrão de 2013, aproximadamente 60,0% e, agora, no ano de 2015, os micro, mini, pequena e média empresas detêm 74,3% do total contratado do FNE.

Tabela 81 - Repercussões econômicas das contratações do FNE por porte da empresa (micro, mini, pequena e média) – 2015¹ – R\$ milhões e empregos em número de pessoas

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
Valor Contratado	1.981,0	2.819,0	58,0	700,0	16,2	2.965,6	8.540,0
Resultados por Setor - Área de Atuação do BNB							
Valor Bruto da Produção	3.986,9	5.737,3	124,8	1.451,8	33,1	6.170,1	17.503,9
Valor Agregado/ Renda	2.560,1	3.640,7	53,6	649,6	18,0	3.833,2	10.755,2
Empregos	160.183	303.704	3.806	45.723	833	194.959	709.208
Salários	528,3	1.181,5	17,2	225,5	5,9	1.283,2	3.241,7
Tributos	245,5	438,1	11,5	167,9	1,8	343,1	1.208,0
Resultados por Setor - Brasil: Area de Atuação do BNB + Resto do Brasil							
Valor Bruto da Produção	7.675,7	11.340,3	252,6	2.851,2	65,3	11.779,1	33.964,4
Valor Agregado/ Renda	4.264,3	6.217,6	111,9	1.294,2	33,0	6.466,4	18.387,4
Empregos	197.600	362.909	5.214	45.825	1.152	252.770	865.470
Salários	1.117,7	2.068,5	36,8	450,2	11,1	2.201,7	5.886,1
Tributos	612,2	998,6	23,6	304,9	5,0	905,0	2.849,3

Fonte: Ambiente de Controle de Crédito. Elaboração: Etene-Célula de Estudos e Pesquisas. 1. Impactos estimados a partir do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), base 2009, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação de recursos. 2. Valores a preços correntes do ano de 2015.

O Setor Agropecuário, que contratou o montante de R\$ 4,8 bilhões, ou 56,2% do total dos recursos e que representa mais de 90% das operações contratadas nos segmentos analisados, é o principal em valor de contratações. Em seguida, figura o Setor de Comércio e Serviços, com 34,7% do total dos recursos financiados e o Setor Industrial, com 8,2% de participação. O setor com menor participação foi a Infraestrutura, com apenas 0,2% dos recursos. A menor participação dos empreendedores deste setor é explicada pelas características naturais dessa atividade, volume de investimento e escala, conforme explicado no parágrafo anterior (Tabela 81).

Calcula-se que os referidos financiamentos acarretarão, por meio dos efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2, acréscimos na produção bruta regional (dentro da área de atuação do Banco do Nordeste) de, aproximadamente, R\$ 17,5 bilhões, e impactos extrarregionais (efeito transbordamento) no montante de R\$ 16,5 bilhões, um vazamento de 48,5% da produção bruta. O número de empregos, formais e informais, estimados pela MIP para a área de atuação do Banco do Nordeste, a partir das contratações e desembolsos no ano de 2015, é de 709 mil, e aproximadamente 156 mil empregos gerados ou mantidos fora da Região. É a variável que menos vazamentos gera para fora da Região de atuação do Banco, quer dizer, 18,1% dos empregos gerados se encontram fora do Nordeste, enquanto os vazamentos dos outros indicadores (valor bruto da produção, valor adicionado, massa salarial e tributos) se encontram entre 41,0% e 58,0%, caso dos tributos. Quanto à renda, sinaliza-se um valor agregado de R\$ 10,8 bilhões na área de atuação do Banco do Nordeste e um vazamento de R\$ 7,6 bilhões para as demais regiões brasileiras, o que representa 41,5% do valor adicionado total gerado.

Os impactos em salários e tributos, dentro da região de atuação do Banco, das contratações dos empreendimentos de até médio porte, são de R\$ 3,2 bilhões e R\$ 1,2 bilhão, respectivamente. Os impactos para fora da Região (vazamentos) estão estimados em R\$ 2,6 bilhões, para salários, e R\$ 1,6 bilhão, para tributos, que representam 44,9% e 57,6%, respectivamente, do total do impacto gerado nestes indicadores. Cabe aqui observar que o maior vazamento ocorrido nos tributos, tem como fator importante a grande participação dos tributos federais na estrutura fiscal do País.

6.3 - Avaliação do FNE por análise espacial e por tipologia da PNDR entre 1999 e 2011, realizada por Guilherme Mendes Resende (IPEA), Diego Firmino Costa da Silva (UFRPE) e Luís Abel da Silva Filho (URCA)

O estudo teve por objetivo avaliar a relação entre o FNE e o crescimento do PIB per capita, no período de 1999 a 2011, dos municípios e microrregiões da área de cobertura desse Fundo.

A metodologia adotada avalia os empréstimos do FNE e seus impactos sobre um indicador econômico (PIB per capita) dos municípios e microrregiões. O foco em diferentes escalas regionais pode ajudar na melhor interpretação dos resultados obtidos e fornecer importantes informações para aperfeiçoar o desenho de políticas públicas. Sabe-se que, na presença do modifiable areal unit problem - MAUP (Resende, 2011), os resultados podem variar de acordo com a escala geográfica, e a sistematização dos diferentes resultados para as diferentes escalas geográficas é muito importante para a definição e avaliação de políticas regionais.

O estudo dos impactos do FNE na sua respectiva área de atuação emprega dados municipais das Contas Regionais do Brasil (IBGE, 2012), da base de dados macroeconômicos do Ipea (Ipeadata), da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Ministério da Integração (MI). Todos os valores das variáveis monetárias estão expressos a preços constantes de 2010 (em reais).

A variável dependente é a taxa de crescimento médio anual do PIB per capita dos municípios ou micro regiões entre os anos de 1999 e 2011. Para as análises com dados em painel e painel espacial utilizou-se o crescimento médio anual do PIB per capita em três subperíodo: 1999-2003, 2003-2007 e 2007-2011. O PIB dos municípios brasileiros é calculado anualmente pelo IBGE desde 1999. O IBGE também foi fonte de informação da população residente total em nível municipal, utilizada para o cálculo do PIB per capita. Em sequência, estes dados foram agregados para as escalas geográficas microrregionais. O mesmo procedimento foi executado para as outras variáveis descritas a seguir. Construiu-se a variável explicativa, para o FNE, 'proporção do FNE-total em relação ao PIB' a partir das informações do MI sobre o montante dos empréstimos para pessoas físicas e jurídicas em nível municipal no período 1999-2011 em relação ao PIB. Com base nestas informações, calculou-se o total de empréstimos do fundo como proporção do PIB total municipal naquele ano. Todos os valores monetários foram convertidos para preços constantes de 2010. Por fim, as variáveis de controle utilizadas, para o início de cada período (1999, 2003 e 2007) nas estimações de dados em painel, incluem: anos de escolaridade média dos trabalhadores (calculados a

partir de dados da Rais), densidade populacional (calculada a partir de dados do Ipeadata) e PIB per capita.

Os resultados indicam que para cada uma das escalas geográficas analisadas, inicialmente, são examinados os resultados das regressões em painel padrão e, em seguida, as avaliações com dados em painel espacial, o que tem a vantagem de permitir a análise dos efeitos diretos e indiretos (efeitos de vizinhança) do FNE sobre o crescimento econômico (LeSage e Pace, 2009).

Em escala municipal, observou-se que quando não se leva em consideração o efeito do tempo sobre as variáveis, os coeficientes das variáveis de interação da tipologia e a proporção do FNE em relação ao PIB apresentam efeitos positivos e estatisticamente significantes sobre o crescimento anual do PIB municipal. Quando, além dos efeitos fixos das unidades espaciais, são considerados os efeitos fixos do tempo, observamos uma redução da magnitude destes coeficientes. Especificamente, o efeito é de um crescimento de 0,85% no PIB para os municípios pertencentes à tipologia Alta Renda quando houver um aumento de 1 ponto percentual na proporção do FNE/PIB destes municípios. Se não consideramos o efeito do tempo, esse impacto é superestimado para 0,99%. Esta superestimação é mais grave para os municípios de Baixa Renda, com uma diferença de mais de 50% no coeficiente da relação FNE/PIB, e para os municípios Estagnados, com coeficientes estatisticamente insignificantes quando a variável tempo é levada em conta.

Ainda sob a perspectiva municipal, os municípios de Alta Renda apresentaram esse efeito da relação FNE/PIB mais forte que os municípios das demais tipologias, cerca de quatro vezes maior em relação aos municípios de Baixa Renda e, aproximadamente, sete vezes maior em relação aos municípios Dinâmicos. De acordo com as diretrizes da PNDR (MI, 2009), as regiões de Alta Renda não são prioritárias, apesar disto, as áreas de Alta Renda constituem um papel importante para o desenvolvimento de ações estratégicas de cunho macrorregional. Diante disto, apesar do FNE estar relacionado a um crescimento relativo mais forte nas áreas consideradas de Alta Renda, esse resultado pode ser uma evidência de que a PNDR vem desempenhando de certa forma um papel de redutor das desigualdades ao nível macrorregional, onde a região Nordeste é historicamente menos favorecida. Ademais, os coeficientes positivos para os municípios pertencentes às tipologias Dinâmicas e Baixa Renda, ambas frequentes na região Nordeste, também reforça a evidência do papel exercido pelo FNE sobre a redução das desigualdades aos níveis macrorregional e intra-regional.

Seguindo na análise dos resultados, tomou-se como variável independente a proporção do FNE acumulado por dois anos sobre o PIB do

período base. O que observamos é que, a princípio, o maior volume de recursos do FNE pode levar a um efeito estatisticamente significativo para os municípios considerados da tipologia Estagnados. Nesse tocante, as áreas consideradas estagnadas pela PNDR são caracterizadas pelo histórico de dinamismo em períodos passados e possuem, em muitos casos, estrutura socioeconômica e capital social consideráveis. Desta forma, este resultado traz indicações de que a continuidade do volume de empréstimos ao longo dos anos pode desempenhar um papel importante para que economias com estruturas mais complexas retornem a uma trajetória mais dinâmica.

A análise de uma política pública de cunho regional é importante não só no sentido de verificar a eficácia da política, mas também como uma possibilidade de mensurar seus efeitos e repercussões sobre o território, haja vista que políticas que pretendem dinamizar uma certa área podem fazer “transbordar” os efeitos e afetar toda uma vizinhança. Neste sentido, a diversidade de ferramentas disponíveis nos últimos anos no âmbito da econometria espacial permite uma averiguação mais acurada do cenário econômico que envolve os Fundos Constitucionais de Financiamento.

A estimação dos efeitos diretos, indiretos e totais das variáveis explanatórias sobre o crescimento do PIB dos municípios está resumido na Tabela 82, a seguir. Da estimação dos efeitos diretos, indiretos e totais das variáveis explanatórias sobre o crescimento do PIB dos municípios observa-se que o efeito direto da proporção FNE/PIB para os municípios de Alta Renda apresenta sinal negativo e significativo a 10%. O resultado, apesar da baixa significância estatística, pode ser uma evidência de que o FNE acumulado nesses municípios intensifique o processo de convergência de renda. O efeito indireto da relação FNE/PIB para os municípios de Alta Renda apresentou-se como negativo, porém estatisticamente não-significante. Diferentemente, para os municípios Dinâmicos, a relação FNE/PIB apresenta efeitos diretos e indiretos positivos e estatisticamente significantes. Especificamente, nos municípios Dinâmicos um aumento de 1 ponto percentual na proporção FNE/PIB está relacionado a um aumento de 0,07% no crescimento do PIB desses municípios e um aumento de 0,32% nos municípios vizinhos aos dinâmicos. Ou seja, os investimentos realizados nesses municípios de alguma forma acaba beneficiando mais o crescimento dos seus vizinhos (efeito indireto) do que o seu próprio crescimento (efeito direto). Esse tipo de comportamento associado aos Fundos Constitucionais de Financiamento até então não estavam presentes na literatura disponível e, certamente, deve ser estudado em trabalhos futuros com mais profundidade, principalmente no que se refere aos possíveis canais pelos quais este efeito ocorre.

Além disso, este resultado traz uma importante evidência de que o FNE nestes municípios está contribuindo não só para o seu crescimento, mas

também para com o dos municípios vizinhos, ambos os efeitos corroboram o papel da política como redutor da desigualdade econômica na Região. Seguindo a análise, apesar do efeito direto da relação FNE/PIB não ser significativo estatisticamente para os municípios de Baixa Renda, o seu efeito indireto é positivo e significativo a 10%. Neste caso, um aumento em um ponto percentual dessa variável está relacionado a um aumento de 0,17% sobre o crescimento do PIB anual per capita dos vizinhos. Para os municípios Estagnados, o efeito direto da relação FNE/PIB foi estatisticamente significativo e os resultados mostram que essa relação não surte efeito sobre o crescimento dos vizinhos desses municípios.

Tabela 82 - Resultado dos impactos do FNE sobre o crescimento médio anual do PIB per capita no nível municipal (modelo espacial, efeitos diretos e indiretos)

	Efeito Direto		Efeito Indireto		Efeito Total	
Alta Renda_Proporção do FNE início do período (1 ^o + 2 ^o ano) em relação ao PIB do início de cada período	0.0904	0.0706	1.2284	0.1472	1.3188	0.1391
Dinâmica_Proporção do FNE início do período (1 ^o + 2 ^o ano) em relação ao PIB do início de cada período	0.0766	0.0001	0.3286	0.0000	0.4052	0.0000
Baixa Renda_Proporção do FNE início do período (1 ^o + 2 ^o ano) em relação ao PIB do início de cada período	0.0217	0.4203	0.1705	0.0541	0.1921	0.0515
Estagnada_Proporção do FNE início do período (1 ^o + 2 ^o ano) em relação ao PIB do início de cada período	0.0579	0.0480	0.0847	0.4848	0.0268	0.8393
Ln (PIB per capita no início de cada período)	0.2911	0.0000	0.0226	0.1972	0.3137	0.0000
Ln (anos médios de escolaridade no início de cada período, RAIS)	0.0102	0.0440	0.0415	0.0224	0.0517	0.0105
Ln (densidade populacional no início de cada período)	0.1179	0.0000	0.0422	0.4084	0.1601	0.0029

Foram também analisados os resultados dos impactos econômicos do FNE utilizando a escala microrregional, adotando como variável dependente a proporção do FNE acumulado por dois anos sobre o PIB do período base. O estudo analisou os efeitos fixos das unidades espaciais, e os efeitos fixos do tempo, e observou-se que as variáveis representando a proporção dos fundos sobre o PIB das microrregiões da tipologia de Alta Renda e de Baixa Renda apresentaram coeficientes positivos e estatisticamente significantes. De fato, os resultados são qualitativamente semelhantes aos obtidos para o nível municipal, exceto pelo fato da variável referente ao percentual dos fundos das regiões dinâmicas não terem apresentado coeficiente estatisticamente significativo. Quantitativamente, observamos coeficientes maiores para o nível microrregional o que pode ser uma evidência, por exemplo, de alguma forma

de interação espacial dentro das microrregiões, ampliando o efeito que o FNE desempenha sobre as unidades observadas. Especificamente, o efeito é de crescimento de 0,95% no PIB para as microrregiões pertencentes à tipologia Alta Renda quando houver um aumento de um ponto percentual na proporção do FNE/PIB destes municípios e de 0,85% para as microrregiões de Baixa Renda.

Quando se utiliza como variável dependente a proporção do FNE acumulado por dois anos sobre o PIB do período base, a variável de interesse apresenta coeficiente positivo e estatisticamente significativa quando a microrregião faz parte da tipologia Dinâmica e da tipologia Baixa Renda. A princípio, podemos chegar à conclusão que o maior volume de recursos do FNE pode levar a um efeito positivo sobre o crescimento do PIB per capita das microrregiões destas tipologias, que por terem presença forte no Nordeste, estes resultados trazem à tona o papel do FNE como direcionador da Região para um crescimento maior, reduzindo-se assim a desigualdade existente entre essa e as demais regiões.

Em síntese, o estudo demonstrou que os resultados das estimações dos modelos em painel de efeitos fixos evidenciaram que os recursos do FNE apresentaram, para algumas tipologias, impactos positivos sobre o crescimento do PIB per capita em nível municipal e microrregional. Os coeficientes significativos e positivos, na maioria das estimativas, para os municípios pertencentes às tipologias Dinâmica e Baixa Renda, que são frequentes na região Nordeste, reforçam a evidência do papel exercido pelo FNE sobre a redução das desigualdades aos níveis macrorregional e intrarregional.

Em escala municipal, por exemplo, os resultados trazem a evidência de que os municípios da tipologia Dinâmica têm a sua proporção FNE (acumulado)/PIB exercendo uma relação positiva com o crescimento do PIB per capita dos vizinhos. Esta é uma evidência nova, que não vinha sendo levada em conta na literatura e provavelmente pode trazer consequências importantes para reformulações futuras da política.

Além disso, o estudo conclui que este resultado traz uma importante evidência de que o FNE nestes municípios está contribuindo não só para o seu crescimento, mas também, para o crescimento dos municípios vizinhos, corroborando o papel da política como redutor da desigualdade econômica na região Nordeste e, assim, pode-se afirmar que a ação coordenada do FNE tende a ser mais bem sucedida do que ações isoladas.

7. - TÓPICOS ESPECÍFICOS CONSTANTES DO OFÍCIO Nº 142/SFRI DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Este capítulo trata especificamente do ofício encaminhado pelo Ministério da Integração Nacional nº 142/SFRI, de 22.02.2016, que trata sobre o “modelo de Relatório sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos” pelo BNB como banco operador do FNE, com prazo de envio até o dia 31.03.2016.

O Relatório de Resultados e Impactos do FNE vem sendo elaborado semestralmente pelo BNB obedecendo a uma estrutura definida em conjunto com o Ministério da Integração com o objetivo de atender às necessidades de supervisão, acompanhamento e controle da aplicação dos recursos do fundo.

Como de praxe, a elaboração do Relatório de Resultados e Impactos do FNE – Exercício de 2015 iniciou-se em meados de janeiro de 2016 para ser concluído no final de fevereiro. Portanto, quando o Ofício Nº 142/SFRI foi encaminhado ao BNB, dia 22.02.2016, o relatório já estava praticamente concluído na estrutura usual definida em conjunto com o referido Ministério.

Com o objetivo de compatibilizar a nova estrutura proposta, foi acertada reunião entre o BNB, representado pelo seu Presidente, Marcos Costa Holanda e pelo Superintendente do Etene, Francisco José Araújo Bezerra, e o representante deste ministério e Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, Raphel Rezende Neto.

Durante a reunião ficou definido que o Relatório de Resultados e Impactos – Exercício 2015 seria encaminhado na estrutura atualmente utilizada pelo Banco, uma vez que já contemplam grande parte das informações solicitadas no referido ofício. Algumas informações, a exemplo do item 7, seriam encaminhadas a partir do próximo relatório anual, exercício 2016, tendo em vista que este demanda a realização de estudos técnicos e avaliação *in loco* aos empreendimentos, atividade esta já no plano de trabalho dos Agentes de Desenvolvimento do BNB

Quanto ao item 8, seu atendimento depende do desenvolvimento e atualização de rotinas informatizadas para geração das informações a partir da base de dados do banco. Este assunto, também, foi discutido em videoconferência realizada em 03.03.2016 com representantes do BNB e do MI, na qual as decisões foram devidamente ratificadas e esclarecidas eventuais dúvidas. Vale destacar, ainda para o item 8, a inexistência de provisão sobre encargos, bônus e correção monetária.

A seguir, serão apresentadas as informações requeridas no referido ofício, sendo: i) apresentação da informação neste capítulo; ii) indicação do seu atendimento em outro capítulo deste relatório; ou iii) esclarecimento para seu não atendimento.

PERSPECTIVA: ASPECTOS GERAIS

7.1 Introdução

7.1.1. Apresentação

Vide capítulo 1 deste relatório.

7.2 Programação orçamentária

7.2.1. Recursos previstos para aplicação

Tabela 83 - Recursos previstos para aplicações – 2015

R\$ em bilhão	
Discriminação	Valor
ORIGEM DE RECURSOS (A)	24,7
Disponibilidades previstas ao final do exercício anterior	7,9
Transferências da União	7,2
Reembolsos de operações (líquido de bônus de adimplência)	8,3
Remuneração das disponibilidades	0,9
Recebimentos para liquidação de operações FNE - Art. 9º da Lei 12.844 ³	0,1
Outros ¹	0,3
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	(3)
Taxa de administração	(1,4)
<i>Del credere</i> BNB	(1,3)
Desembolsos para liquidação de operações FNE - Art. 9º da Lei 12.844	(0,1)
Desembolsos para liquidação de operações de outras fontes - Art. 9º Lei 12.844 ⁴	0
Outros ²	(0,2)
DISPONIBILIDADE TOTAL (A + B)	21,7
SALDO A LIBERAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(8,4)
DISPONÍVEL PARA APLICAÇÃO	13,3

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria

Notas: (1) Considerados: Reembolsos de créditos baixados como PJ, Cobertura de parcelas de risco do BNB e Cobertura de risco por fundos/PROAGRO/INCRA, num total de R\$ 0,31 bilhão; (2) Considerados: *Del Credere* de Instituições Operadoras, Remuneração do BNB sobre Operações PRONAF, Despesas de Auditoria Externa, num total de R\$ 0,23 bilhão; (3) Montante estimado de R\$ 49.352 mil de contratações/desembolsos exclusivamente para liquidação, 19/07/2013, inclusive parcelas de risco do Fundo inscritas em PJ. Não sendo confirmadas essas, Operações FNE - Art. 9º e 9º-A; (4) Total estimado (R\$ 10.648 mil) de contratações/desembolsos exclusivamente para liquidação, concomitante, de operações de outras fontes com base no Art. 9º da Lei Nº 12.844 de 19.07.2013. Não se confirmando essas contratações/liberações, não haverá o comprometimento dos recursos correspondentes ao item "Desembolsos para Liquidação Operações de outras Fontes - Art. 9º Lei 12.844".

7.3 Recursos previstos para aplicação

Tabela 84 – Valores da reprogramação de recursos

R\$ em bilhão	
Discriminação	valor
ORIGEM DE RECURSOS (A)	24,9
Disponibilidades previstas ao final do exercício anterior	7,8
Transferências da União ¹	6,4
Reembolsos de operações (líquido de bônus de adimplência)	9,0
Remuneração das disponibilidades	1,1
Recebimentos para liquidação de operações FNE - Art. 9º da Lei 12.844 ²	0,0
Outros ³	0,6
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	(2,8)
Taxa de administração	(1,3)
<i>Del credere</i> BNB	(1,2)
Desembolsos para liquidação de operações FNE - Art. 9º da Lei 12.844	(0,0)
Desembolsos para liquidação de operações de outras fontes - Art. 9º Lei 12.844 ⁴	(0,0)
Outros ⁵	(0,3)
DISPONIBILIDADE TOTAL (A + B)	22,1
SALDO A LIBERAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(9,2)
DISPONÍVEL PARA APLICAÇÃO⁶	12,9

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria / Superintendência de Controle Financeiro.

Notas: (1) Transferências da STN estimadas com base na arrecadação de IPI e IR para 2015 constante do Decreto nº 8.532, de 30.09.2015; (2) Montante estimado (R\$ 49.351 mil) de contratações/desembolsos exclusivamente para liquidação, concomitante, de operações do FNE com base no Art. 9º da Lei Nº 12.844 de 19.07.2013, inclusive parcelas de constante do item "Recebimentos para Liquidação Operações FNE - Art. 9º Lei 12.844"; (3) Considerados: Reembolsos de créditos baixados como PJ, Cobertura de parcelas de risco do BNB e Cobertura de risco por fundos/PROAGRO/INCRA, num total de R\$ 0,56 bilhão; (4) Total estimado (R\$ 10.648 mil) de contratações/desembolsos exclusivamente para liquidação, concomitante, de operações de outras fontes com base no Art. 9º da Lei Nº 12.844 de 19.07.2013. Não se item "Desembolsos para Liquidação Operações de outras Fontes - Art. 9º Lei 12.844"; (5) Considerados: Remuneração do BNB sobre Operações PRONAF, Prêmio de Performance sobre Reembolsos do PRONAF e Despesas de Auditoria Externa e *Del Credere* de Instituições Operadoras, num total de R\$ 0,31 bilhão; (6) Não foram consideradas as disponibilidades relativas aos repasses do FNE ao BNB com base no Art. 9º A da Lei 9.827/89 (R\$ 1,1 bilhão).

7.4 Orçamento por UF e 2.4 Orçamento por Setor/UF

Tabela 85 - Orçamento por UF e setor (*) (**)

SETOR / UF	R\$ em bilhão								TOTAL	[%] UF
	Agricultura (1) (2)	Pecuária (2) (3)	Indústria (1)	Agro- indústria (2) (4)	Turismo	Com. e Serv. (1)	Infra- estrutura (4)			
AL	55,0	85,0	175,0	50,0	90,0	130,0	-	585,0	4,5	
BA	1.085,0	500,0	540,0	45,0	50,0	590,0	20,0	2.830,0	21,9	
CE	90,0	245,0	560,0	10,0	75,0	610,0	370,0	1.960,0	15,2	
ES	85,0	25,0	150,0	23,0	4,0	33,0	-	320,0	2,5	
MA	370,0	405,0	95,0	10,0	10,0	370,0	-	1.260,0	9,8	
MG	145,0	245,0	150,0	2,0	1,0	162,0	-	705,0	5,5	
PB	65,0	190,0	150,0	10,0	60,0	315,0	-	790,0	6,1	
PE	140,0	230,0	460,0	20,0	245,0	740,0	25,0	1.860,0	14,4	
PI	495,0	200,0	85,0	10,0	10,0	345,0	-	1.145,0	8,9	
RN	35,0	155,0	235,0	5,0	60,0	370,0	-	860,0	6,7	
SE	95,0	95,0	165,0	15,0	10,0	205,0	-	585,0	4,5	
TOTAL	2.660,0	2.375,0	2.765,0	200,0	615,0	3.870,0	415,0	12.900,0	100,0	
SETOR (%)	20,6	18,4	21,4	1,6	4,8	30,0	3,2	100,0		

(*) Os valores são indicações para efeito de planejamento; (**) O BNB poderá repassar até 3% do total dos valores programados para 2015 a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, observados os limites de crédito aprovados a cada instituição, a existência de recursos para o atendimento da de 15.08.2014.

Notas: (1) Inclusive Meio Ambiente/ Inovação; (2) Inclusive Pronaf; (3) Inclusive Aquicultura e Pesca; (4) Inclusive Meio Ambiente.

8 Execução orçamentária

Vide Capítulo 3.

PERSPECTIVA: PNDR – DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES GERAIS / DIRETRIZES E PRIORIDADES / PROGRAMAÇÃO DOS BANCOS

9 Análise das contratações. Demonstrar o resultado da operacionalização dos fundos, valor e quantidade

9.1 Por tipologia dos municípios e por UF

Vide CD – ROM, Tabela A.10.1

9.2 Por áreas prioritárias (semiárido, mesorregiões e RIDEs)

Vide itens 3.3.2 e 3.6.

9.3 Por programa de financiamento e por UF

Vide CD – ROM, Tabela A.10.2

9.4 Por setor assistido e por UF

Vide CD – ROM, Tabela A.10.3

9.5 Por linha de financiamento e por UF

Vide item 10.3.

9.6 Por porte de mutuário e por UF

Vide CD – ROM, Tabela A.10.4

9.7 Demonstrar o Pronaf operacionalizado e por UF

Vide CD – ROM, Tabela A.10.5

9.8 Demonstrar as contratações por faixa de valores

Vide CD – ROM, Tabela A.10.6

9.9 Ticket médio das contratações

Tabela 86 - Ticket médio das contratações por estado e setor - Exercícios 2014 e 2015

Em R\$ mil

SETOR	Rural		Indústria		Agroindústria		Turismo		Comércio e Serviços		Infraestrutura		TOTAL		
	UF	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
AL		5,13	6,20	540,29	460,41	29,39	113,98	1.203,44	5.362,50	125,20	171,60			22,34	16,04
BA		17,42	18,03	308,48	442,03	87,58	44,87	700,22	3.228,98	334,54	188,11	90.952,50	22.405,00	35,85	29,26
CE		7,53	6,93	122,05	469,37	44,19	12,89	208,73	284,50	243,15	121,70	48.356,99	185.307,50	25,10	25,55
ES		119,78	96,81	499,55	441,34	469,63	7.479,33	1.694,00	1.305,00	141,06	117,10			244,87	156,30
MA		16,09	17,84	198,05	275,09	14,43	5,59	300,35	225,33	212,52	175,35			27,16	24,58
MG		7,47	8,71	154,07	2.645,64	5,27	4,21	398,80	110,17	138,36	100,72			12,32	16,24
PB		5,43	6,22	111,91	413,52	127,06	41,88	823,34	99,54	105,69	104,92	3.348,10		14,13	13,89
PE		7,23	7,37	405,04	468,09	326,34	456,85	834,61	1.096,31	264,63	126,38		36.606,00	34,61	22,22
PI		15,60	14,79	189,26	261,50	67,12	25,19	226,60	349,97	392,96	196,94			24,49	21,19
RN		7,03	7,50	107,24	149,70	29,25	11,72	2.485,46	1.826,79	262,56	88,44			32,94	20,44
SE		9,80	10,05	746,43	371,53	29,24	31,71	205,40	171,91	196,15	92,74			63,67	19,00

9.10 Demonstrar as aplicações realizadas por outras instituições financeiras

Vide item 3.4.

9.11 Demonstrar os beneficiários de primeira contratação por UF, setor, tipologia, espaço prioritário e porte

Vide CD – ROM, Tabela A.10.7

9.12 Demonstrar as contratações em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Não foram realizadas contratações com recursos do FNE com enquadramento no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

PERSPECTIVA: SUSTENTABILIDADE – GESTÃO / PNDR / ASPECTOS DA CARTEIRA E ECONÔMICO-FINANCEIRO / BALANÇO PATRIMONIAL DOS FUNDOS / PLANO DE PROVIDÊNCIAS

10 Demais informações sobre as contratações

10.1 Informações Condel/Programação

Vide item 3.5.

11 Gestão do Fundo pelo banco operador

11.1 Formação de alianças institucionais

Vide item 3.3.2.1

11.2 Ações realizadas com a finalidade de estimular o atendimento

Vide item 3.3.2.1

12 PNDR

Foi acordado com o MI que as informações seriam encaminhadas a partir do Relatório do exercício de 2016.

13 Perfil da carteira

13.1 Composição da carteira

Vide CD – ROM, tabelas A.10.8, A.10.9, A.10.10, A.10.11, A.10.12 e A.10.13

13.2 Índices de inadimplência

Vide CD – ROM, tabelas A.10.8, A.10.9, A.10.10, A.10.11, A.10.12 e A.10.13

13.3 Composição da conta de provisão

Vide CD – ROM, Tabela A.10.14 e item 14.4

Em face da inexistência de regras legais quanto ao assunto, o Banco não registra, na contabilidade do FNE, provisões para rebates sobre encargos, bônus de adimplência e para dispensa de correção monetária.

13.4 Renegociação de dívidas

Vide itens 4.2, 4.3 e 4.4

14 Demonstração do resultado

14.1 Demonstração do fluxo de caixa

Vide CD – ROM, tabelas A.10.15 e A.10.16

14.2 Demonstração das receitas e despesas do Fundo

Vide CD – ROM, Tabela A.10.17

14.3 Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido

Vide CD – ROM, Tabela A.10.18

15 Situação de demanda de crédito – propostas em carteira

Vide item 3

16 Plano de providências sobre recomendações

Vide Ofício DIRET- 2016 – 39 (em anexo).

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996. Consolida as normas aplicáveis aos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em

<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45783/Res_2310_v1_O.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Resolução 4.297, de 30 de dezembro de 2012. Define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48797/Res_4297_v1_O.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Resolução 4.365, de 28 de agosto de 2014. Dispõe sobre a remissão e a liquidação de dívidas decorrentes das operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera). Disponível em <

http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48667/Res_4365_v1_O.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989.** Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.177, de 12 de Janeiro de 2001.** Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE 2015: Programação Regional (Reprogramação).** Fortaleza. BNB, 2015. 109 p.

BRASIL. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 set. 1989. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7827.htm>. Acesso em: 16 mar. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.126, de 10 de nov. de 1995. Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 nov. 1995. Disponível em <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104138/lei-9126-95>>. Acesso em: ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 jul. 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura - MDA. **Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO)**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zoneamento-agricola/proagro>>. Acesso em: 04 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura - MDA. **Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-pgpaf/sobre-o-programa>>. Acesso em: 04 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional – MI. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. Brasília, DF [20--]. Disponível em <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/objetivos.asp#objetivos>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

BRASIL. Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 jan. 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10177.htm>. Acesso em: ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.464, de 24 de maio de 2002. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas, sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ou de outras fontes de recursos, por agricultores familiares, mini e pequenos agricultores, suas associações e cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 maio 2002. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10464.htm>. Acesso em: set. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 jul. 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm#art22>. Acesso em: set. 2015.

BRASIL. Lei 11.322, de 13 de julho de 2006. Dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11322-13-julho-2006-544556-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: set. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 fev. 2007. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6047.htm>. Acesso em: set. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11775.htm>. Acesso em: set. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo

Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira -RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nºs 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nºs 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nºs 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jun. 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm>. Acesso em: set. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013. Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para autorizar a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO; altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A.; altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estender à região Centro-Oeste incentivos fiscais vigentes em benefício das Regiões Norte e Nordeste; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 abr. 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12793.htm>. Acesso em: ago. 2015.

BRASIL. Lei 12.844, de 19 de julho de 2013. Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012; amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012; autoriza a distribuição de milho para venda a pequenos criadores, nos termos que especifica; institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA e para

alterar o regime de desoneração da folha de pagamentos, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.249, de 11 de junho de 2010, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 11.727, de 23 de junho de 2008, 12.468, de 26 de agosto de 2011, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 12.716, de 21 de setembro de 2012, a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; dispõe sobre a comprovação de regularidade fiscal pelo contribuinte; regula a compra, venda e transporte de ouro; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12844.htm>. Acesso: ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 8.179, de 27 de dezembro de 2013. Regulamenta o art. 8º da Medida Provisória nº 636, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D8179.htm>. Acesso em: ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014. Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.844, de 19 de julho de 2013, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 12.806, de 7 de maio de 2013, 12.429, de 20 de junho de 2011, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 8.918, de 14 de julho de 1994, 10.696, de 23 de junho de 2014; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13001.htm>. Acesso em: ago. 2015.

GUILHOTO, Joaquim José Martins, AZZONI, Carlos Roberto, ICHIHARA, Silvio Massaru, KADOTA, Décio Katsushigue e HADDAD, Eduardo Amaral. **Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados**. Metodologia e Resultado. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SANTOS, José Ailton Nogueira dos; *et al.* **A Agroindústria da Carne Bovina no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010. (Série Documentos do ETENE – nº 31)

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE. Resolução nº 55, de 13 de julho de 2012. Aprova, com alterações, a Proposição nº 053/2012, que trata de ajustes ao regulamento que orienta a liquidação de dívidas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), pelo equivalente financeiro do valor atual dos bens passíveis de penhora nos termos do art. 15-D da Lei nº 7.827/89, originalmente aprovado

pela Resolução CONDEL nº 30/2010. Disponível em <<http://www.sudene.gov.br/system/resources/W1siZiIsIjIwMTIvMDcvMTcvMTNfMjZfMjlfNzkzX3Jlc29sdWNhb19jb25kZWxfMDU1XzIwMTIucGRmI1d/resolucao-condel-055-2012.pdf>>. Acesso em: ago. 2015.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE. Resolução nº 78, de 15 de agosto de 2014. Aprova, “ad referendum” do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 076/2014, que trata das Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o exercício de 2015. Disponível em <<http://www.sudene.gov.br/system/resources/W1siZiIsIjIwMTQvMDkvMDMvMTRfMzdfNTNfMjY0X3Jlc29sdWNhb19jb25kZWxfMDc4XzIwMTQucGRmI1d/resolucao-condel-078-2014.pdf>>

VIDAL, Maria de Fátima; GONÇALVES, Marcos Falcão. **O Segmento da Pesca Marinha na Costa Nordestina: caracterização e mercado**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010. (Série Documentos do ETENE – nº 28)

ANEXOS

Tabela 1.A
FNE - Contratações ⁽¹⁾ por estados e setores na região Semiárida
Exercício de 2015

Valores em R\$ mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infra-estrutura	Comércio e Serviços	Total estado	Estado / total (%)
Alagoas	79.258	2.638	2.257	447	-	39.223	123.823	3,0
Bahia	538.162	6.806	84.758	2.882	-	298.961	931.569	22,9
Ceará	361.801	3.335	242.422	8.638	37.062	270.936	924.194	22,7
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	205.792	1.825	8.858	390	-	55.430	272.295	6,7
Paraíba	179.796	1.432	58.833	5.133	-	110.185	355.379	8,7
Pernambuco	302.159	4.137	39.983	22.196	49.408	237.769	655.652	16,1
Piauí	234.870	1.915	5.675	1.554	-	74.085	318.099	7,8
Rio Grande do Norte	166.130	5.247	36.965	2.726	-	137.757	348.825	8,6
Sergipe	115.062	894	5.364	-	-	21.519	142.839	3,5
Total	2.183.030	28.229	485.115	43.966	86.470	1.245.865	4.072.675	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 2.A
FNE - Contratações ⁽¹⁾ por estados e setores na região fora do Semiárido
Exercício de 2015

Valores em R\$ mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infra-estrutura	Comércio e Serviços	Total estado	Estado / total (%)
Alagoas	80.767	23.803	30.433	85.353	-	86.561	306.917	4,1
Bahia	1.339.669	9.437	131.397	165.024	44.810	589.662	2.279.999	30,8
Ceará	81.805	6.194	109.603	61.349	333.554	278.647	871.152	11,7
Espírito Santo	52.664	22.438	33.542	2.611	-	40.517	151.772	2,0
Maranhão	836.819	3.221	33.011	4.056	-	341.223	1.218.330	16,5
Minas Gerais	203.518	541	234.541	271	-	85.685	524.556	7,1
Paraíba	87.222	1.793	83.003	3.030	-	101.027	276.075	3,7
Pernambuco	75.767	20.989	229.638	31.523	23.803	192.558	574.278	7,7
Piauí	476.463	6.826	36.687	8.945	-	214.432	743.353	10,0
Rio Grande do Norte	26.480	951	17.675	117.842	-	83.885	246.833	3,3
Sergipe	65.876	978	57.424	1.891	-	103.118	229.287	3,1
Total	3.327.050	97.171	996.954	481.895	402.167	2.117.315	7.422.552	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratação" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.